Pedro Ferraz da Costa sobre a crise do CDS

Atlântico

REVISTA MENSAL DE IDEIAS E DEBATE | ANO 2 | NUMERO 14 | MAIO DE 2006
€3

SÓCRATES EM ANGOLA

O SKI AFRICANO DO PRIMEIRO-MINISTRO

POLÉMICA MARGARIDA REBELO PINTO
POR CARLA QUEVEDO E PAULO TUNHAS

MEDEIROS FERREIRA CRITICA DURAMENTE O ACTUAL DESMANTELAMENTO DO ESTADO

LUCIANO AMARAL REBATE OS ARGUMENTOS CONTRA A INTERVENÇÃO ALIADA NO IRAQUE

JOSÉ PEDRO ZÚQUETE ESCREVE DE JERUSALÉM SOBRE O CONFLITO ISRAELO-PALESTINIANO

5 601073 094191 00014

FERNANDO GIL: UM CONVITE À LEITURA

PROGRAMA

Prestige

TENHO MAIS

- SERVIÇO
  - Gestor de Cliente
  - Aconselhamento financeiro e patrimonial
- RENDIMENTO
  - Conta à ordem com investimento automático
  - Crédito com taxa especial
- PROTECÇÃO
  - Seguro de responsabilidade civil familiar gratuito
  - Seguro de assistência médica ao domicílio

Millennium bcp

A vida inspira-nos

www.millenniumbcp.pt

707 50 24 24

Sumário

NÚMERO 14 | MAIO DE 2006 | CAPA DE LUCY PEPPER

2 EDITORIAL

4 NOTAS DISPERSAS

6 VERDADE E CONSEQUÊNCIA
José Sócrates e os direitos humanos em Angola
Por Paulo Pinto Mascarenhas

8 DIÁRIO
Os Estados também se abatem?
Por José Medeiros Ferreira

9 CARTOON
O Sócrates
Por Lucy Pepper e Alexandre Borges

10 LÍDERES DE OPINIÃO
E Agora? Por M.Fátima Bonifácio
Legitimidades pós-revolucionárias Por J.Marques de Almeida
Um Cavaco Desconhecido Por Rui Ramos
O Sucessor de Sócrates já nasceu? Por Vítor Cunha
Quotas e Mulheres Por Vasco Rato
O Maior Agressor Por Luciano Amaral

16 DEBATE
Portugal precisa de um partido que o queira modernizar Por Pedro Ferraz da Costa

19 SPEAKEASY
Sobre Humanistas e Terroristas...
Por João Pereira Coutinho

20 ENSAIO
O Desastre Iraquiano Por Luciano Amaral

23 COLUNA SOCIAL
Respeito para os hipocondríacos
Por Pedro Lomba

24 TEMA DE CAPA
Esquiar em Angola Por Margarida Bon de Sousa

26 CIDADÃO EMPRESÁRIO
Por Joaquim Luiz Gomes

27 HUMILHADOS E OFENDIDOS
As minhas duas leis morais
Por Alexandre Soares Silva

28 REPORTAGEM
Nada de Novo em Israel Por José Pedro Zúquete

30 CORRESPONDENTES DE GUERRA
37 FIGURAS DE ESTILO
38 GOSTOS *Livros, filmes, discos, artes plásticas*

42 O CASO MARGARIDA REBELO PINTO
Por Carla Hilário Quevedo e Paulo Tunhas

49 O ENGRAXADOR
A Cultura do Artifício Por Fernando Sobral

50 ROTEIRO ATLÂNTICO
52 DESTE MUNDO E DO OUTRO
Manuel Falcão; Rita Barata Silvério; Bruno Alves; Pedro Marques Lopes; Inês Teotónio Pereira; Bruno Cardoso Reis; Francisco Trigo de Abreu; Nuno Costa Santos; Tiago Cavaco; Tiago Geraldo; Bernardo Pires de Lima; Henrique Raposo; Adolfo Mesquita Nunes; José Avillez; Nuno Amaral Jerónimo; Alexandre Borges; Bruno Alves; Jorge Madeira; Tiago Geraldo; Rodrigo Moita de Deus

60 ENSAIO
Fernando Gil: Um Convite à Leitura
Por Paulo Tunhas

64 CONFISSÕES - FAMÍLIA
Maria Filomena Mónica

A CRISE DAS DIREITAS

Paulo Pinto Mascarenhas

1 Marcado para os dias 6 e 7 de Maio, o congresso do CDS não foi agendado para discutir ideias ou programas alternativos que possam contribuir para uma oposição consequente ao governo do Partido Socialista. Teme-se mesmo que se limite a servir de cenário para uma sessão pública de exorcismo de fantasmas pessoais, medos dispersos, antigos complexos e antagonismos de grupos. Um espectáculo com utilidade apenas para a esquerda no poder e para a comunicação social especializada. Também as chamadas directas no PSD, convocadas por uma liderança de igual modo frágil e que por isso procura incessantemente a legitimação, estão longe de servir para discutir o essencial. O essencial, neste caso, são os motivos concretos que provocaram a depressão profunda em que se encontram hoje as direitas em Portugal, assim como a metodologia apropriada para ultrapassar a crise existencial em que mergulharam.

Depois do afastamento prematuro do poder e de dois governos que desperdiçaram a oportunidade de apresentar um programa consistente de reformas, a Direita está de novo sem rumo nem estratégia, com os principais protagonistas alternativos a agir em função do curto prazo – ou, na melhor das hipóteses, com crescente desinteresse perante a penosa evolução dos acontecimentos.

Contando com um governo que da procedência socialista tem muito pouco, chefiado por um primeiro-ministro que conseguiu criar com reconhecida eficácia uma imagem de coragem e de autoridade na decisão, seria de esperar que os dois partidos à direita aproveitassem a cura de oposição assegurada durante os próximos três anos – pelo menos – para repensar as principais bandeiras, preparando-se para o exercício do poder, a médio ou longo prazo. Mas não será isso que uma vez mais irá acontecer e nem os presumíveis calculismos políticos servem para explicar tudo.

Não existe em Portugal a tradição de respeitar o estatuto da Oposição. É como se a democracia se limitasse ao exercício do poder e a oposição se exercesse nas ruas, ao sabor das conveniências da extrema-esquerda, dos sindicatos e das corporações. Este desprezo por quem se opõe reflecte-se todos os dias na opinião pública e publicada, resultando em larga medida da construção interna dos próprios partidos, organizados como máquinas de distribuição de lugares e não como os centros privilegiados de reflexão e debate que poderiam e deveriam procurar ser.

Pedro Ferraz da Costa, personalidade à direita que dispensa apresentações, escreve nesta edição da *Atlântico* um receituário em 10 pontos para as maleitas de que o CDS padece. Começando desde logo pela necessidade de se definir em termos doutrinais. Defende ainda que o CDS se deve demarcar claramente de parte do seu passado, reconhecendo que não foi o centrista Prof. Diogo Freitas do Amaral quem mudou de posição, mas o partido que "eventualmente" pretenderá agora situar-se à direita. Uma direita liberal, não-confessional, anti-socialista e anti-burocrática. Uma direita, enfim, como as outras direitas democráticas e liberais dos países mais avançados e desenvolvidos. Concorde-se ou não, as ideias propostas por Ferraz da Costa merecem ser lidas com atenção e debatidas com abertura muito para além do interior do CDS. Não são sobretudo ideias para desperdiçar num momento em que muito poucos têm a coragem de assinar opiniões sérias, independentes e desassombradas sobre o estado lastimável em que se encontram os partidos à direita no nosso país.

2 Alargando o seu raio de acção, a *Atlântico* iniciou este mês uma parceria com a Rádio Europa Lx (90.4 FM e transmissão através da TV Cabo ou da internet em www.radioeuropa.fm), apresentando o programa "Descubra as Diferenças" todos os domingos às 11 horas da manhã, com repetição às 20h. Presentes, para além de mim e da directora da rádio, Antonieta Lopes da Costa, estarão sempre mais dois convidados, escolhidos entre os membros do Conselho Executivo, do Conselho Editorial, ou outros colaboradores da revista. Em nome das ideias e do debate que queremos continuar a promover. Contamos consigo e com a sua opinião. ●

Atlântico

www.revista-atlantico.com

DIRECTOR
PAULO PINTO MASCARENHAS
ppm@revista-atlantico.com

CONSELHO EXECUTIVO
JOÃO MARQUES DE ALMEIDA, LUCIANO AMARAL, RUI RAMOS E VASCO RATO

CONSELHO EDITORIAL
ANDRÉ AZEVEDO ALVES, ANTÓNIO NOGUEIRA LEITE, CONSTANÇA CUNHA E SÁ, JOÃO MARQUES DE ALMEIDA, JOÃO PEREIRA COUTINHO, JOSÉ MANUEL MORAIS CABRAL, LEONARDO MATHIAS, LUCIANO AMARAL, M. FÁTIMA BONIFÁCIO, MANUEL FALCÃO, MIGUEL MONJARDINO, NUNO GAROUPA, PAULO P. MASCARENHAS, PAULO TUNHAS, PEDRO FERRAZ DA COSTA, PEDRO LOMBA, PEDRO MARQUES LOPES, RUI RAMOS, VASCO RATO, VÍTOR CUNHA

PROJECTO GRÁFICO: JORGE COLOMBO
REVISÃO: MARIA ATHAYDE

COLABORAM NESTE NÚMERO
ADOLFO MESQUITA NUNES, ALAÍDE COSTA, ALEXANDRE SOARES SILVA, ANDRÉ AZEVEDO ALVES, ANTÓNIO COSTA AMARAL, ALEXANDRE BORGES, BERNARDO PIRES DE LIMA, BRUNO ALVES, BRUNO CARDOSO REIS CARLA HILÁRIO QUEVEDO, CONSTANÇA CUNHA E SÁ, CONSTANTINO XAVIER, FÁTIMA VIEIRA, FERNANDO SOBRAL, FRANCISCO MENDES DA SILVA, FRANCISCO TRIGO DE ABREU, GONÇALO CURADO, HENRIQUE BURNAY, HENRIQUE RAPOSO, INÊS TEOTÓNIO PEREIRA, JOÃO LUIZ NEVES, JOÃO MARQUES DE ALMEIDA, JOÃO PEREIRA COUTINHO, JOAQUIM LUÍS GOMES, JORGE MADEIRA, JOSÉ AVILLEZ, JOSÉ PEDRO ZÚQETE, LEONARDO RALHA, LUCIANO AMARAL, MANUEL FALCÃO, M. FÁTIMA BONIFÁCIO, MARGARIDA BON DE SOUSA, MARIA FILOMENA MÓNICA, NUNO AMARAL JERÓNIMO, NUNO COSTA SANTOS, NUNO GAROUPA, NUNO SENA, PAULO TUNHAS, PEDRO FERRAZ DA COSTA, PEDRO LOMBA, PEDRO MARQUES LOPES, RITA BARATA SILVÉRIO, RICARDO GROSS, RODRIGO MOITA DE DEUS, RUI RAMOS, SÉRGIO COIMBRA, SUSANA NUNES, TIAGO CAVACO, TIAGO GERALDO, VASCO RATO E VÍTOR CUNHA

CARTOONS
LUCY PEPPER (ILUSTRAÇÃO)
E ALEXANDRE BORGES (TEXTO)

ILUSTRAÇÃO
JOSÉ PEDRO ABREU, LUCY PEPPER, FERNANDO MARTINS

EDIÇÃO ON-LINE
TELEFONE: 21 3928862
ppm@revista-atlantico.com

CONTRIBUINTE Nº 507594924
PROPRIETÁRIO E EDITOR
COSTORIENTAL SOCIEDADE EDITORA LDA

IMPRESSÃO – MIRANDELA, ARTES GRÁFICAS, S.A.
RUA RODRIGUES FARIA, Nº 103, 1300-501 LISBOA
DISTRIBUIÇÃO – LOGISTA PORTUGAL,
DISTRIBUIÇÃO DE PUBLICAÇÕES, S.A.,
RUA REPUBLICA DA COREIA, Nº 34, RANHOLAS,
2714-526 MEM MARTINS

PERIODICIDADE: MENSAL
TIRAGEM DESTE Nº: 10 000 EXEMPLARES
DEPÓSITO LEGAL: 226062/05
ISSN: 1646-2130

ONE to ONE

Atlântico
REVISTA DE IDEIAS E DEBATE

DECLARAÇÃO DE ESTADO DE SÍTIO

1. Estado de direito que nasce torto, será que alguma vez se endireita? Afirmamos, exclamamos, questionamos. Sempre com voz activa, contra a passividade própria de uma democracia livre e, por isso, tantas vezes acomodada.

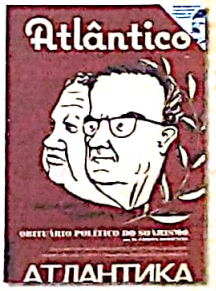
2. Vivemos em permanente estado de emergência. Emergência de opinar, de confrontar, de dividir e de reunir talentos. Da política, da economia e da cultura. Massa crítica, que nada tem de cinzenta.

3. O nosso estado de espírito é aberto à multiculturalidade, à multimparcialidade, ao multiliberalismo e ao multipluralismo.

4. Queremos estimular o estado de choque. Porque é através da tempestade de ideais que nasce a bonança de ideias.

5. Não defendemos estados de graça. Mas, no actual estado de coisas, há gente com tanta piada...

DECLARAÇÃO DE INTENÇÕES DE ASSINATURA



☑ SIM, desejo ser membro exclusivo do Estado-Maior da livre iniciativa, da democracia liberal, dos valores atlânticos e da cultura plural.

Assino a revista Atlântico e garanto que não perco um único número.

Todos os meses serei surpreendido pela imprevisibilidade – sempre irónica – de reconhecidos intelectuais, jornalistas e cartoonistas.

Recebo, comodamente em casa, os próximos 12 números pelo valor de €36 portes grátis

Resido fora de Portugal. Pago os portes no valor de: ☐ Europa – €25,56 ☐ Resto do Mundo – €37,44 ☐ Regime Especial* – €33,84
*Guiné-Bissau, S. Tomé e Príncipe e Timor-Leste

Nome _____

Morada _____

Cód. Postal _____

Tel. _____ Nº Contribuinte _____

FORMAS DE PAGAMENTO

☐ Pago por **Transferência Bancária** o valor acima indicado, para o NIB 003207010002035095357 2 do Barclays Bank. Anexo o comprovativo da transferência.

☐ Pago com **Cheque** o valor acima indicado. Junto envio cheque à ordem de **COSTORIENTAL Sociedade Editora, LDA.**

Envio o Cupão de Assinatura por correio para: Av. Duque d'Ávila, Nº 46, 5º 1050-083 Lisboa
Apoio ao Assinante: assinaturasatlantico@one-to-one.pt • Tel.: 210 115 103

O Mês

NOTAS DISPERSAS

A democracia segundo Khaddafi, as lideranças confusas de PSD e CDS, as amélias da FIFA, o politicamente correcto na Scotland Yard, os estudantes de Coimbra que sempre foram cobaias e a imensa repercussão pela morte de uma estrela dos "Morangos com Açúcar"...

O presidente Muammar Khaddafi da Líbia deu uma conferência na Universidade de Columbia, em Nova Iorque, e, entre outras pérolas dignas de registo, afirmou que, "excepto a Líbia, não existe nenhum Estado no planeta com uma democracia". É uma pena o presidente Khaddafi não conhecer o líder parlamentar do PCP, Bernardino Soares. Certamente que Bernardino questionaria as evidências do presidente. Muito provavelmente, Bernardino diria ter dúvidas sobre se, tal como a Coreia do Norte, a Líbia não será uma democracia.

Por vezes parece que Marques Mendes e Ribeiro e Castro ainda não perceberam que já não são segundas figuras dos partidos que lideram. Insistem em confrontar ministros ou em pedir a demissão de ministros, quando se deveriam procurar colocar ao nível do primeiro-ministro, José Sócrates. Não se nega o acerto das críticas do presidente do PSD ao ministro da Justiça, Alberto Costa, que tem feito os possíveis para ser uma das primeiras vítimas de uma putativa remodelação. A história muito mal contada na dança de cadeiras a que se assistiu na Polícia Judiciária é apenas mais um episódio a esquecer no triste rosário do ministro. A ideia de que a Justiça pode ser um bom cavalo de batalha para a oposição foi aliás recentemente esmiuçada por Marcelo Rebelo de Sousa no programa de domingo na RTP, como também já o tinha sido por Paulo Portas na SIC/N. As lições foram dadas e, pelos vistos, ouvidas. Só que os portugueses esperam que Marques Mendes seja mais do que o ministro-sombra de Alberto Costa – haverá certamente alguém no PSD que possa desempenhar com eficácia esse papel. Assim como se esperaria que Ribeiro e Castro esquecesse por um bocadinho a lavoura, nos intervalos do Parlamento Europeu, não sendo sempre ele também a pedir a demissão do ministro da Agricultura, Jaime Silva. Parece-nos que deverão existir muitos eleitores das cidades à espera de quem à direita lhes apresente novas ideias e novas soluções para os problemas urbanos. Mas não vivem em Bruxelas.

Era inevitável. O politicamente correcto chegou também ao futebol. Preocupada com aquilo a que chama "incidentes racistas" em estádios de futebol (traduzido por miúdos, insultos da assistência a jogadores de pele negra), a FIFA decidiu introduzir uma série de regras que penalizam os clubes cujos adeptos insultem jogadores por motivos racistas. Para além do problema da definição do que são insultos racistas, como a própria FIFA reconhece na bela prosa no seu site oficial, digna da mais bem intencionada organização humanitária ("o termo 'racismo' não é fácil de definir, já que surge em diferentes formas; não obstante, na essência baseia-se na cor da pele como indicador externo da origem étnica"), a grande questão é outra. O futebol era o último reduto para a expressão dos mais básicos instintos masculinos. A partir de agora, já não se pode assistir a um jogo e criticar legitimamente a acção de um jogador negro com a típica expressão: "filho da p*** do preto!!" E qualquer dia não se pode criticar o árbitro, por ofensas aos animais, com o velho grito: "o árbitro é cab***!!" E já nem sequer se pode dizer livremente que este jogador ou aquele são "panel*****", pois também a GALP foi obrigada a retirar a palavra da canção do seu mais recente anúncio alusivo ao mundial, depois de ser alvo de queixa de uma organização para a defesa dos "direitos dos homossexuais". É caso para dizer que os gajos da FIFA são umas verdadeiras amélias.

Por falar em politicamente correcto, parece que a ideia entrou já em plena roda livre. Veja-se a seguinte história: o sargento Leslie Turner, da Scotland Yard, processou a polícia britânica e ganhou, tendo recebido uma indemnização de cerca de 30.000 libras. Motivo: Turner considerou que teria sido demasiado promovido por causa da própria cor de pele. Turner foi o primeiro negro a chegar à posição de *Royal Bodyguard*, ou seja, guarda-costas da Duquesa de Cornualha, posição que abandonou há uns meses. A argumentação vencedora do advogado que o defendeu baseou-se na ideia de que, dado o facto de ele ser negro, os seus superiores (munidos de ideias politicamente correctas) o teriam escolhido para desempenhar uma função para a qual não se encontrava qualificado, o que só lhe teria trazido problemas. No mundo de hoje, isto é uma argumentação bem sucedida. Noutros tempos, uma ambulância teria chegado durante o julgamento, dela teriam saído dois enfermeiros, que colocariam duas camisas-de-forças no advogado e no seu cliente, internando-os depois numa instituição psiquiátrica.

Ficámos este mês a saber que os estudantes de Coimbra servem nas horas vagas de cobaias em ensaios clínicos. Segundo a edição do "Correio da Manhã" (CM) de 12 de Abril, a compensação dos voluntários depende do tipo de testes e do número de dias envolvidos. Quem faz um teste de dois dias recebe 125 euros, mas se implicar maiores riscos a remuneração chega aos 500 euros. Os motivos são obviamente pecuniários, porque não há amor à ciência que justifique os efeitos secundários de alguns dos testes realizados. Como confessava ao CM, Óscar Gaspar, um aluno do quinto ano de Medicina que é recordista em ensaios clínicos, nenhum dos estudantes se submete a tais experiências "pelo bem superior da raça humana. A comparticipação é o motivo". Ao menos que sejam realistas.

Francisco Adam morreu num acidente de viação durante a Páscoa. Mas quem era Francisco Adam? Também o desconheciamos quando ouvimos a notícia. Depois, descobrimos que se tratava de um dos jovens actores da novela "Morangos com Açúcar". Durante dias, adolescentes das mais diversas origens expressaram a sua dor, em programas de rádio e de televisão. Para muitos, Adam era um ídolo. Sempre bem-disposto, transmitindo um genuíno prazer de viver, transformou-se numa referência para muitos dos nossos miúdos que, bruscamente, tiveram de se confrontar com a morte. A "geração dos Morangos" acaba de crescer um pouco mais. As reacções à morte de Francisco Adam fizeram-nos recordar a influência que um ídolo pode ter junto dos adolescentes e a forma como estruturam os seus valores. O melhor é passar a ver os "Morangos" com os filhos.

O Mês

NOTAS DISPERSAS

...e ainda: as receitas de António Preto para ganhar eleições, a exultação dos que criticam a América mas esquecem a imensa liberdade que por lá se vive, a oposição da *Atlântico* ao pacote anti-tabagista, as palmadas do Supremo e as faltas injustificáveis dos deputados

Em declarações ao "Diário de Notícias", António Preto, presidente da Distrital de Lisboa do PSD, disse que Marques Mendes será primeiro-ministro porque a degradação do país "é visível no aumento das taxas de juro, aumento do preço dos combustíveis, os aumentos dos impostos previsto para 2007 e 2008 e o aumento do desemprego". Eis a receita ideal para conquistar o poder: esperar que os aumentos levem o eleitorado a optar pelo PSD. Aparentemente, basta que o partido denuncie os aumentos para conquistar o eleitorado. Preto, cujos problemas com a justiça são conhecidos, deve julgar que a questão da "credibilidade" uma bandeira de Marques Mendes, é irrelevante. Ou, pelo menos, que os "aumentos" levarão o eleitorado a fechar os olhos aos "protagonistas" que pretendem substituir o governo.

Muitos dos que defendem a subordinação absoluta do poder militar ao poder político exultaram com as críticas dos "generais americanos" ao Presidente George W. Bush e ao secretário da Defesa, Donald Rumsfeld, a propósito da guerra do Iraque. Compare-se, por exemplo, o entusiasmo sentido agora com os ataques que as mesmas pessoas fizeram às Forças Armadas espanholas, um dos pilares do "expansionismo castelhano", quando um dos seus generais condenou a classe política de Madrid em relação à Catalunha. Na parte que nos toca, a Atlântico gostou do que se passou nos Estados Unidos. Os membros do governo aceitam as críticas dos militares, sem naturalmente se demitirem, e os generais têm o direito de fazer essas críticas, sem acabar em prisão domiciliária, como aconteceu na vizinha Espanha. São as diferenças entre culturas democráticas.

A propósito da lei anti-fumo, vale a pena contar um pequeno episódio. Há umas semanas, a *Atlântico* entrou numa pequena localidade em Espanha. Parámos o carro e entrámos num café, que tinha pendurado na porta, com evidente orgulho, "aqui pode-se fumar". Naquele letreiro estava um apelo à resistência contra os tentáculos de um poder central que tudo quer legislar e um grito de defesa da propriedade privada: "no meu estabelecimento, só eu é que decido se se pode ou não fumar". Esta lei absurda revela como o Estado-providência, se não existir sensatez, se pode transformar numa ameaça às liberdades individuais. Este excesso voluntarista parte do princípio que se o Estado se encarrega da saúde dos cidadãos, então tem o direito de impor às pessoas comportamentos saudáveis. Pode ser que comece aqui uma inesperada solidariedade contra a arbitrariedade do Estado. A *Atlântico*,está neste caso inteiramente ao lado da liberdade de quem fuma.

O polémico Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça a propósito de uma funcionária que batia em crianças deficientes numa instituição de solidariedade, foi objecto das mais diversos comentários, incluindo os de alguns comentadores que não leram o documento nem conheciam a sentença (a propósito, a senhora não saiu absolvida, como lemos e ouvimos dizer: foi confirmada a sentença do tribunal de primeira instância que tinha aplicado dezoito meses de prisão, com pena suspensa por um ano). Ao contrário de muitas mentes chocadas, não nos parece que mereça especial relevância que os ilustres juízes do STJ considerem normal e até aconselhável qualquer "bom pai de família" aplicar "palmadas no rabo" ou "bofetadas" nos filhos insubordinados. É algo insólito, mas, ao que se sabe, os supremos juízes não são educadores de infância, nem têm especiais competências para serem escutados na matéria. Já o que parece grave à Atlântico é que uma instituição denominada "Centro de Reabilitação Profissional" coloque uma empregada de limpeza com a 4ª Classe a tomar conta de 15 "utentes" – e "utentes" neste caso quer dizer menores deficientes. O que parece realmente grave é que não tenham sido chamados à pedra os responsáveis pelo extraordinário "A.P.P.A.C.D.M. de Setúbal - Associação de Pais e amigos do Cidadão Deficiente Mental", a que pertente o tal "Centro de Reabilitação Profissional". Esperamos, enfim, que o "A.P.P.A.C.D.M." não seja mais uma daquelas fabulosas instituições de solidariedade que vivem à conta do erário público. Pagar impostos para baterem em crianças deficientes, já nos parece demais.

Costuma-se dizer que se regista cada vez mais um divórcio entre os cidadãos comuns e a classe política. Perante o espectáculo indecoro que foi a ausência injustificada da maioria esmagadora dos deputados na Assembleia da República, num dia útil durante a semana da Páscoa, justifica-se plenamente o divórcio. Litigioso, com justa causa e direito a indemnização.

Verdade & Consequência

PAULO PINTO MASCARENHAS

ILUSTRAÇÃO DE JOSÉ PEDRO ABREU

O QUE ACONTECEU?

"Estou a sentir-me em casa" – esta a frase de José Sócrates que marcou a visita de quatro dias a Angola, entre 4 e 7 de Abril. A competir com esta declaração arrebatada, só outra poderia ser apresentada, desta vez com inesperada inspiração maoísta, proferida pelo primeiro-ministro durante uma das últimas iniciativas no território: "Que mil flores possam florescer como a Refriango [empresa de capital misto luso-angolano] em Angola". A comitiva de peso – 77 empresários e gestores, "80 por cento do sistema bancário nacional", cerca de um terço do Produto Interno Bruto, cinco ministros e cinco secretários de estado – aterrou em Luanda no feriado nacional comemorativo do quarto aniversário dos acordos de Luena que assinala o fim da guerra entre o MPLA e a UNITA. Uma

O QUE DISSERAM OS COMENTADORES?

Dividiram-se as opiniões sobre a visita. Alguns editorialistas embarcaram no tom entusiástico sugerido pela mensagem de José Sócrates, salientando a importância do mercado em causa e o sucesso da estada governamental. Outros, porém, com o escritor angolano José Eduardo Agualusa e o director do "Público" à cabeça, não se esqueceram de recordar o risco, também económico e empresarial, que representa realizar negócios num Estado que não é de Direito. José Manuel Fernandes seria, por isso mesmo, alvo da lamentável intolerância do "Jornal de Angola", porta-voz oficial do regime santista. Se é compreensível a atitude de puro realismo do primeiro-ministro e, sobretudo, dos empresários portugueses, que se dispensam obviamente a considerações políticas, pode ser de estranhar o silêncio aquiescente de quem representa a imprensa em Portugal.

No primeiro grupo de entusiastas, conta-se o director-adjunto do "Expresso". Nicolau Santos, que participou na comitiva jornalística,

O QUE SE SEGUE?

Depois do sucesso diplomático, espera-se a confirmação dos diversos anúncios do primeiro-ministro durante a visita. Alguns deram os primeiros passos, como seja uma nova linha de crédito de 300 milhões de euros para quem queira exportar para Angola ou investir neste país onde o risco é, como se viu, muito elevado. Se o jogging diplomático de Sócrates pretendeu demonstrar o indemonstrável, ou seja, que Luanda é uma cidade onde já se poderia andar sem perigo nas ruas, a verdade é que o boom petrolífero angolano não corresponde a uma verdadeira economia de mercado.

Blog de Apontamentos

CITAÇÕES DA INTERNET PORTUGUESA

"Conversando com vários amigos angolanos e portugueses residentes em Angola, verifico que a visita de Sócrates ao país está a passar completamente despercebida. (...) O volume de notícias nos media portugueses (...) não tem qualquer correspondência na imprensa angolana."

Joana Amaral Dias, Bicho Carpinteiro, 04.04.06
(bichos-carpinteiros.blogspot.com)

"A visita, pelo que é, é Sócrates, Sócrates e Sócrates. E ainda mais Sócrates e se sobrar alguma coisa será Sócrates. Assim nesta visita, pelo que ela é, nem se percebe porque Freitas do Amaral e Cravinho rumaram para Luanda - ou um ou outro, pois um bastava."

Carlos Albino, Notas Verbais, 05.04.06,
(notasverbais.blogspot.com)

"Pergunto a propósito, se só eu é que fiquei incomodado com aqueles elogios tão.... gratos, diria mesmo sinceramente fundados na surpresa, por parte de José Eduardo dos Santos a José Sócrates depois dos encómios generosos que este lhe havia dirigido?"

Rui M. Cerdeira Branco, Adufe, 06.04.06
(adufe.weblog.com.pt)

operação que não foi apenas de marketing político, apesar do jogging matinal de José Sócrates na marginal da capital angolana.
"Quando chegamos a Luanda, sentimo-nos em casa. E eu estou a sentir-me em casa" – a frase, repetida na imprensa de diversos modos e feitios, foi citada do "Diário Económico" ao "Correio da Manhã" e ficou registada como imagem forte de uma viagem em que a palavra confiança serviu de lema para "uma nova fase das relações entre Portugal e Angola".
Os títulos dos jornais que acompanharam a visita – o número de jornalistas convidados, incluindo um grupo alargado de directores e outros titulares de altos cargos editoriais, acompanhou de perto o contabilizado entre os empresários não ficaram muito longe da mensagem institucional do Governo: "Sócrates põe Angola no topo das prioridades de Portugal" ("Diário Económico"); "Sócrates vai semear" ("Expresso"); "Viemos para ficar" ("Sábado"), entre outros.
No meio do consenso lusitano, destoou o "Público", recordando no dia 3 de Abril, a ausência de "melhorias dos direitos fundamentais para os angolanos", assim como "as parcerias portuguesas da filha de Eduardo dos Santos". Em matéria de nepotismo e corrupção não existem muitas razões para o primeiro-ministro português se sentir em casa quando está em Angola. Um dossier confirmado pelo mesmo "Público", sexta-feira dia 7 de Abril, numa manchete sobre "A Angola que Sócrates não viu", a "Terra Sem Direitos Humanos". Histórias "de horror, tortura e morte".

escrevia no primeiro dia de Abril no suplemento de Economia de que é responsável, que se tratava de "uma visita que tem mesmo de correr bem". Nem uma linha era dedicada a assuntos como os direitos humanos ou a democracia adiada de Angola, um país analisado apenas como "um mercado bem mais importante que no passado". Alguns dias depois, na edição de 14 de Abril, o mesmo jornalista reafirmava a sua posição, desta vez assumida em contraste directo com a de José Manuel Fernandes: "levantar a questão dos direitos humanos durante a visita de José Sócrates pode ser politicamente correcto, mas não retrata a situação e é contrário ao interesse nacional". Porque, como escrevia Nicolau Santos, "a excelente notícia em Angola não é a corrupção ou o atropelo dos direitos humanos, mas as melhorias visíveis em todos os planos".
No editorial do "Público" de 7 de Abril que iria provocar a fúria incontida dos escribas do "Jornal de Angola", Fernandes afirmava total discordância com o silêncio do primeiro-ministro sobre "temas como os direitos humanos, o respeito pelas regras da democracia ou até os gritantes contrastes que quem quer que chegue a Luanda não pode deixar de notar, a pobreza mais absoluta da maioria e o luxo de uma minoria vistosa de 'empresários'". Recordando que José Sócrates mais não fez do que outros responsáveis de anteriores governos portugueses, ignorando "os crimes do regime cleptocrata de José Eduardo dos Santos", o director do "Público" acrescenta que se trata de "um jogo perigoso, em que muitos empresários portugueses já se escaldaram". Se "Portugal deve negociar com Angola" e "as empresas portuguesas devem regressar a Angola", não se poderá jamais esquecer, também em nome do "futuro dos negócios", que "naquele país, quem sai à noite à rua tem medo de se dirigir a um polícia." A quem pedir socorro, quando nos assaltam a casa ou a empresa em Angola?

Com um presidente da república que ocupa o lugar há mais de vinte anos e que nunca foi eleito – a segunda volta das presidenciais não se chegou a realizar impedida pelo recrudescimento da guerra entre o MPLA e a UNITA, que só terminaria com a morte em combate do outro candidato presidencial, Jonas Savimbi – não é possível acreditar na institucionalização a médio prazo de uma democracia no país. Numa economia que é um gigantesco mercado negro, dominado por cliques financeiras afectas ao Futungo de Belas, sede da presidência de Angola, a segurança dos investimentos empresariais está permanentemente em risco, dependente pelo menos da benevolência do poder.
Longe de ser o novo Eldorado português (ver págs. 24 e 25), é porém possível prever que Angola continuará a ser um destino preferencial dos investidores portugueses, pela proximidade linguística e cultural. O novo programa de privatizações prometido para Maio pelo governo angolano, que deverá privilegiar as indústrias transformadoras, desde logo as de metalomecânica e agro-alimentar, irá atrair certamente mais empresários portugueses, até pelo conhecimento dos mercados em causa. Aconselha-se porém algum cuidado com as autoridades.

"Com todo este surrealismo estampado na comunicação social estatal de Angola [artigo no "Jornal de Angola" a atacar o "Público"], falta apenas Freitas do Amaral vir afirmar que «compreende» o que subjaz a este texto: o direito de o governo angolano ver respeitado o seu direito à honra"
Pedro Santos Cardoso, Dolo Eventual, 11.04.06
(odoloeventual.blogspot.com)

"O assunto [dos direitos humanos em Angola] voltará à superfície quando, nos próximos tempos, José Eduardo dos Santos visitar Portugal. Inevitavelmente, para além de José Sócrates, a crítica ao silêncio de Portugal acabará também por envolver o Presidente da República, Aníbal Cavaco Silva."
Paulo Gorjão, Bloguítica, 13.4.06
(bloguitica.blogspot.com)

"Como já é habitual, Nicolau Santos confunde o interesse nacional com interesses que lhe são totalmente estranhos, neste caso o interesse do Primeiro Ministro, o interesse do ditador angolano, o interesse de algumas empresas portuguesas (...) e de um certo nacionalismo económico."
João Miranda, Blasfémias, 15.04.06
(ablasfemia.blogspot.com)

Diário

TODOS OS MESES UM CONVIDADO

JOSÉ MEDEIROS FERREIRA

OS ESTADOS TAMBÉM SE ABATEM?

O Estado retrai-se nas suas funções públicas ao retirar escolas, centros de saúde, maternidades, estações de correio, esquadras de polícia, quartéis numa lógica de concentração nos grandes meios populacionais. O que faria a União Europeia caso um dos seus Estados-membros desaparecesse?

Ao corresponder ao convite formulado pela revista Atlântico quero sublinhar a importância cada vez maior dos espaços públicos de debate plural. E ao escolher o tema do Estado faço-o por ele estar banido praticamente do pensamento político explícito.

Dá a impressão que os portugueses não sabem claramente que objectivos prosseguir depois da entrada na zona monetária do euro. Depois do 25 de Abril foi relativamente fácil perceber que se tratava de descolonizar, de democratizar e de desenvolver. Com a posterior entrada na Comunidade Europeia houve uma estratégia empírica (passe o paradoxo...) de adaptação e modernização da sociedade portuguesa que ocupou os governos de Cavaco Silva e de António Guterres. Depois da entrada na moeda continental já consumimos três primeiros-ministros e agora estamos a consumir o Estado. E depois?

Depois da entrada na moeda continental já consumimos três primeiros-ministros e agora estamos a consumir o Estado. E depois?

O cavaquismo governamental corresponde à europeização de fachada da direita portuguesa. Muito prática na defesa do novo establishment conseguiu assentar, em dez anos, o modelo económico prevalecente na sociedade portuguesa: muita banca, muito cimento, muito comércio alimentar. Crédito, casa e consumo, eis o nosso rudimentar modelo. A variável da indústria exportadora perdeu terreno desde a entrada na zona monetária europeia e as obras públicas tomaram o seu lugar mas o Pacto de Estabilidade pressiona no sentido do desinvestimento e da alteração de prioridades.

Assistimos hoje em dia à maior retracção interna do Estado desde o Vintismo. Vivemos como se este Estado estivesse em vias de extinção e fosse nosso dever acompanhá-lo à sua estrita morada sem previsão nem comoção.

O Estado retrai-se nas suas funções públicas ao retirar escolas, centros de saúde, maternidades, estações de correio, esquadras de polícia, quartéis numa lógica de concentração nos grandes meios populacionais que poderá levar à transformação da República Portuguesa num aglomerado de Cidades-Estado na versão tecnocrática de áreas metropolitanas.... O Estado nacional suburbaniza-se. Esta é uma consequência fantástica da aplicação sem critério do Pacto de Estabilidade.

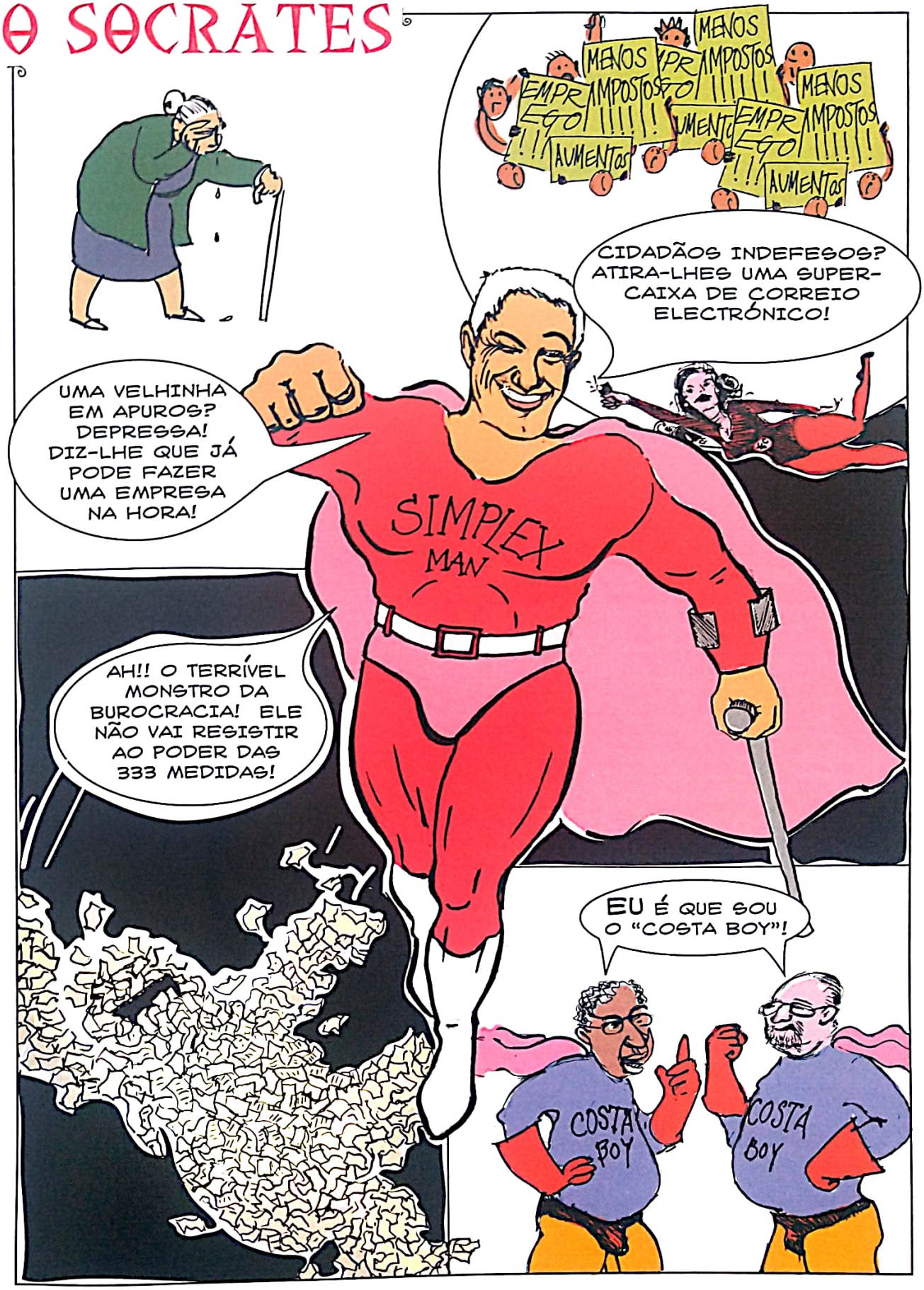
O poder financeiro e económico português aplicou-se tanto no enfraquecimento do poder político interno que isso teve consequências na percepção externa do Estado. Hoje o Estado português pouco mais exerce do que diplomacia no plano internacional. Por muito que se critique o "desarroi" de Freitas do Amaral, ele é o primeiro M.N.E. de há muitos anos a esta parte que tenta impor uma lógica de política externa própria, embora sem critério, e sobretudo sem meios.

Esta ausência do Estado nas questões internacionais relevantes para a sua afirmação, coloca ainda de forma mais pertinente a interrogativa sobre o seu papel na organização e na coesão internas da sociedade portuguesa. Sem comando estratégico na economia, sem ter ainda criado novos mecanismos de gestão financeira e monetária depois da entrada na zona Euro (e quem melhor que o Banco de Portugal para o fazer?) e de se ter deixado apanhar na malha solta do Pacto de Estabilidade, o Estado definha no seu próprio território.

Durante um momento, o Estado, quase sem soberania externa e sem funções determinantes na regulação económica, financeira e monetárias internas, inspirou-se na génese do poder político e virou-se para a administração da justiça. Foi a época dourada do Estado-Acusador Público com que se iniciou o século XXI. Foi no entanto chuva de pouca dura pois essa administração de justiça barata e popular investigava mal e à base da prisão preventiva, em termos domésticos; ou da colaboração com as informações fornecidas internacionalmente no quadro do combate ao crime organizado, cujas prioridades foram definidas por outras potências. Como o stendhaliano Fabrício del Dongo em Waterloo, a justiça em Portugal não sabia em que parte da batalha participava. Mesmo neste campo os protagonistas concretos não ajudaram. Talvez sem a consciência que estavam ainda a prestar um serviço à soberania perderam-se em questões co-laterais, em declarações avulsas para a comunicação social, num justicialismo primário que só subsistiria caso não encontrasse resistências de monta.

A erosão do estado nacional como acusador público e como administrador de justiça é mais um passo na necrose sem cheiro desse corpo. O que faria a UE caso um dos seus Estados-membros desaparecesse? ●

Θ SΘCRATES


MENOS IMPOSTOS!!!!!
EMPREGO!!!
AUMENTOS
MENOS IMPOSTOS!!!!!
EMPREGO!!!
AUMENTOS
MENOS IMPOSTOS!!!!!
EMPREGO!!!
AUMENTOS
CIDADÃOS INDEFESOS? ATIRA-LHES UMA SUPER-CAIXA DE CORREIO ELECTRÓNICO!
UMA VELHINHA EM APUROS? DEPRESSA! DIZ-LHE QUE JÁ PODE FAZER UMA EMPRESA NA HORA!
SIMPLEX MAN
AH!! O TERRÍVEL MONSTRO DA BUROCRACIA! ELE NÃO VAI RESISTIR AO PODER DAS 333 MEDIDAS!
EU É QUE SOU O "COSTA BOY"!
COSTA BOY
COSTA BOY

Líderes de Opinião

E AGORA?

M. Fátima Bonifácio

Ao contrário de Saddam Hussein, Mahmoud Ahmedinejad assusta a Europa. Com ele, o Irão terá em breve energia nuclear e, a prazo não muito longo, a bomba atómica. Dominará o Médio Oriente, subordinando o Iraque. E ameaçará Israel

Conto-me entre os que há ano e meio defenderam a invasão do Iraque. Não aleguei, então, nem a perspectiva de democratizar o Iraque ou de o transformar em alavanca de democratização do mundo árabe, nem o imperativo de eliminar armas de destruição maciça. O primeiro objectivo sempre me pareceu um excesso de ingenuidade ou irrealismo. O segundo não era, do meu ponto de vista, relevante, porque o importante não era que o Iraque efectivamente possuísse tais armas, mas que simulasse possuí-las – e que o mundo árabe acreditasse. Saddam, de resto e não por acaso, sempre fingiu que tinha muito a esconder; consta que iludia os seus próprios generais. Com este bluff deliberado desafiava o Ocidente e justificava a sua aspiração a converter-se em chefe da potência hegemónica no Médio Oriente, procurando impor-se como líder da nação árabe capaz de vir a arbitrar o desfecho do conflito israelo- palestiniano.

Mas a ameaça que Saddam representava para a paz e ordem mundiais ia para além disto. Por duas vezes invadiu os estados vizinhos, de ambas sobrevivendo ao desastre. O desprezo que exibia pelo mundo ocidental constituía, pelo seu exemplo, um incentivo ao terrorismo islâmico apostado em vingar a queda do Califado. Durante anos a fio ludibriou as inspecções ordenadas pela ONU e desrespeitou as resoluções do Conselho de Segurança. Se as suas aspirações a fazer do Iraque uma potência regional vingassem, não tardaria em usar o acesso ao petróleo como um meio de chantagem sobre o Ocidente. Pareceu-me então, e continua a parecer-me agora, que o Ocidente não devia capitular perante as provocações de um ditador sanguinário e megalómano, sob pena de confessar ao mundo a sua impotência para manter a ordem e a segurança internacional; e que não devia deixar as reservas petrolíferas nas mãos de um inimigo, sob pena de comprometer a estabilidade da base económica em que assenta a sua Civilização.

Escrevi também que o agravamento do descalabro em que o Iraque mergulhou a seguir a uma intervenção militar coroada de éxito, poderia comprometer estes legítimos objectivos. Notando que a paz do mundo dependia, quer gostemos quer não, da capacidade de os Estados Unidos, e do Ocidente por extensão, se fazerem respeitar, concluí que um falhanço político equivaleria a assinar o fim da América como superpotência mundial e a passar carta de alforria ao terrorismo internacional. Acontece que o Iraque mergulhou num pélago de sangue e sofrimento, e a guerra civil está virtualmente instalada. A Europa, subordinada à mítica grandeur da França e inibida pelo "olimpianismo" da cultura de esquerda dominante, vai pagar cara a greve de braços cruzados a que se entregou mesmo depois de ter subscrito a resolução 1511 da ONU, que implicava o reconhecimento de que a pacificação e reconstrução do Iraque constituíam uma obrigação colectiva. Os Estados Unidos não desapareceram como superpotência mundial, mas estão de pés e mãos atados quando emerge no Irão uma ameaça à paz tão ou mais grave do que a representada pelo regime torcionário de Saddam Hussein.

Do Irão têm-nos chegado notícias alarmantes. A troika europeia (Inglaterra, França e Alemanha), que há meses vinha tentando dissuadir Teerão de prosseguir com o enriquecimento do urânio com vistas a chegar à bomba atómica, admitiu oficialmente o seu fracasso e apelou para a "comunidade internacional", pedindo-lhe que "respondesse firmemente a este desafio". Mahmoud Ahmedinejad respondeu que as ameaças não o intimidavam e reafirmou a sua intenção de quebrar o monopólio nuclear do que ele chama as "potências coloniais". É ele quem aspira agora a potência regional dominante no Médio Oriente, tendo já dito o que pensa do conflito israelo-árabe: o Holocausto nunca existiu, e Israel deve ser erradicado da Terra.

Indiferente às compensações que a Europa lhe ofereceu através da sua troika de embaixadores, Teerão conhece demasiado bem o que seja actualmente a "comunidade internacional" e não hesita em assumir uma atitude de confronto. Já anunciou ao mundo que não desistirá do seu programa nuclear, e as negociações com vistas a enriquecer o urânio em território russo não passaram de uma manobra de dilação.

Conhece também os dilemas dessa "comunidade internacional": a crise do Iraque desestabilizou o mercado do petróleo, e a aplicação de sanções económicas ao Irão teria muito provavelmente o efeito de aumentar ainda mais o preço do barril. Tudo isto deixa Mahmoud Ahmedinejad a dormir descansado enquanto desfere a estocada final no sistema de não proliferação de armas nucleares e ameaça transformar dramaticamente a relação de forças no Médio Oriente.

Neste aperto, a União Europeia e os Estados Unidos resolveram-se, depois de muitas delongas e negociações falhadas, arecorrer para o Conselho de Segurança das Nações Unidas. Que não imporá sanções, por receio de efeitos perversos e porque a isso se opõem a Rússia e a China. A União Europeia, depois de ter assistido com indiferença ou, nalguns casos, até com íntima satisfação ao fracasso americano no Iraque, quer agora mobilizar a "comunidade internacional" depois de ter contribuído para o seu descrédito e impotência, para bem do orgulho nacional da França e para descanso da consciência "humanista" e "humanitária" das suas elites intelectuais e políticas. Depois de se terem mais ou menos secretamente regozijado com a humilhação do gigante americano, os europeus exigem agora firmeza da "comunidade internacional", que precisamente não é nada nem conta nada sem os Estados Unidos da América. Ora, a "comunidade internacional", enfraquecida e dividida, já se pronunciou de forma muito encorajadora. Moscovo, que tem boas relações económicas com Teerão, a quem vende tecnologia militar e tenciona vender mísseis, já exprimiu dúvidas sobre a bondade e a oportunidade das sanções, muito embora considere o programa nuclear iraniano "alarmante". E a China, cujo desenvolvimento económico depende do acesso irrestrito ao petróleo, essa até começou logo por exprimir discordância quanto a levar o caso iraniano perante o Conselho de Segurança da ONU, do qual tanto a Rússia como a China são membros permanentes com direito a veto. E a própria Inglaterra receia que eventuais sanções económicas se revelem contraproducentes, limitando-se afinal, pela boca de Jack Straw, a fazer votos para que se estabeleça na comunidade internacional "o mais for-

te consenso possível" e para que se reforcem os poderes da AIEA. Ora consenso é o que precisamente já se percebeu que não há.
Ao contrário de Saddam Hussein, Mahmoud Ahmedinejad assusta mesmo a Europa. Com ele, o Irão terá em breve energia nuclear e, a prazo não muito longo, a bomba atómica. Dominará o Médio Oriente, subordinando o Iraque. Ameaçará Israel. Depois de ter contribuído para a corrosão da autoridade dos Estados Unidos, a Europa tem aqui, bem vistas as coisas, uma excelente oportunidade para pôr à prova as virtudes do "diálogo" e do "multilateralismo" que no caso do Iraque tão efusivamente recomendou. Infelizmente, até agora os resultados da sua diplomacia têm sido mesquinhos. Tendo abandonado os Estados Unidos no atoleiro do Iraque, condenaram à inoperância a única potência que nos dava a sensação de que, terminada a Guerra Fria, alguém ainda tomava conta do Mundo. E agora?

LEGITIMIDADES PÓS-REVOLUCIONÁRIAS

João Marques de Almeida

A mudança do PS e a "normalização" de Belém são os maiores sinais da "segunda transição democrática" em Portugal. Mas, tal como há trinta anos, o PS parte à frente. PSD e o CDS estão perdidos, sem saber para onde ir

A vida política em Portugal está a atravessar uma transformação profunda: as legitimidades políticas saídas da Revolução de 1974-1976 estão a chegar a fim e está a entrar-se numa nova fase da vida política nacional. A limpeza das primeiras poeiras pós-revolucionárias, entre o 25 de Abril e 11 de Março de 1975, permitiu ver a realidade: a Revolução contra o Estado Novo tinha sido feita pela esquerda. A partir de então, assistiu-se a uma luta entre duas esquerdas, a não-democrática, que afirmava a sua legitimidade política a partir da "luta contra o fascismo", e a democrática, que juntava o mesmo passado à defesa de um regime pluralista e constitucional. No dia 25 de Novembro de 1975, decidiu-se a contenda entre as duas esquerdas; e a comunista, não-democrática, ficou para sempre banida de exercer o poder no plano nacional. A outra, a "socialista-democrática", foi a grande vencedora e passou a gozar de uma dupla legitimidade, que lhe deu um poder formidável: a legitimidade revolucionária, adquirida com a oposição ao Estado Novo, e a legitimidade democrática, conquistada com a vitória sobre a ameaça comunista. A direita, no essencial, limitou-se a assistir às lutas cruciais, aliando-se ao protagonista central da democratização: o Partido Socialista.
A marginalização dos comunistas, juntaram-se mais duas consequências constitutivas do nosso regime político, impostas pelos vencedores da Revolução. Por um lado, definiu-se o socialismo democrático como herdeiro do velho republicanismo. Por outro lado, definiram-se os limites da direita em Portugal na social-democracia e na democracia-cristã, bem chegadas ao centro.
A vitória do dr. Mário Soares nas eleições presidenciais de 1986 confirmou as clarificações do período pós-1974. O símbolo da dupla legitimidade do socialismo, revolucionária e democrática, passava a ser a própria Presidência. Contra a esquerda comunista, recorria-se à legitimidade democrática, como aconteceu durante a campanha eleitoral presidencial de 1986; contra os atrevimentos doutrinários e ideológicos da direita, usava-se a legitimidade revolucionária. E assim foi, não só durante os mandatos de Mário Soares, mas igualmente durante as duas Presidências do dr. Jorge Sampaio, com a ajuda empenhada da generalidade dos meios de comunicação e dos intelectuais e líderes de opinião de esquerda. As direitas para gozarem de legitimidade política tinham que aceitar as definições impostas pelas esquerdas, e qualquer tentativa de revolta rapidamente seria caracterizada como "fascista". Belém foi durante duas décadas o monopólio dos únicos democratas que tinham sido simultaneamente revolucionários: os socialistas democráticos.
Tudo isto começou a ser destruído com as vitórias eleitorais do Eng. Sócrates e do Prof. Cavaco. O primeiro e os seus aliados, tal como tentou fazer o Eng. António Guterres, estão a redefinir a identidade do PS. Sabem muito bem que a dupla legitimidade, democrática e revolucionária, é agora insuficiente. A Revolução já passou e a democracia está segura. Os socialistas necessitam de adquirir uma legitimidade reformista, principalmente sob a responsabilidade acrescida que resulta da maioria absoluta. Para reformar e modernizar o país, precisam de abandonar muitos dos velhos preconceitos e dogmas ideológicos. Em suma, sob a capa do pragmatismo e para lidar com a crise do país, o PS está na verdade a transformar-se numa partido social-democrata, no sentido europeu, que cada vez mais é o único que realmente conta. Por outro lado, com a vitória do Prof. Cavaco, a Presidência deixou de estar reservada apenas para aqueles que têm legitimidade revolucionária. Já não é preciso ter sido "anti-fascista" para se puder ser Presidente da República.
A mudança do PS e a "normalização" de Belém são, por agora, os maiores sinais da "segunda transição democrática" em Portugal. Na nova história que está por escrever, as legitimidades revolucionárias chegaram ao fim, dando lugar a novas legitimidades democráticas; a direita adquiriu o privilégio de se definir ideologicamente, e dispensa as formulações e os limites impostos pela esquerda; e o país está mais aberto e pluralista. Há, no entanto, semelhanças com o que aconteceu há trinta anos: o PS parte à frente; o PSD e o CDS estão perdidos, sem saber para onde ir.

Líderes de Opinião

UM CAVACO DESCONHECIDO

Rui Ramos

Eis um Cavaco Silva inédito. Honesto e competente, mas sem qualquer aura inexplicável de autoridade mágica. Claramente situado, na escala ideológica, à direita. Eleito por gente que se guiou maioritariamente pelas próprias opções políticas anteriores. O contrário das histórias que alguns nos queriam contar

Desde Fevereiro, que há gente à espera. Da decisão precipitada, da gafe reveladora, da fuga de informação, de qualquer coisa que prove finalmente isto: que há algo de monstruoso e sinistro na presidência de Cavaco Silva. Até agora, não têm tido sorte. Desesperados, alguns deram-se ao trabalho de revirar os armários dos assessores da presidência, à caça de esqueletos raros. Houve até quem, nessa aturada averiguação, acabasse por descobrir esta revista. Já sabemos que este Presidente não é um "homem de esquerda". Mas aqueles que nos querem convencer que este não é um Presidente como os outros, não se limitam a reconhecer isso. Para eles, Cavaco Silva não é apenas uma "anormalidade" num país em que a esquerda julgava ter registo de patente da Presidência da República, mas alguém que representa uma "anormalidade": a de um país que os neo-marxistas, até há uns anos, gostavam de classificar como "semi-periférico", como uma espécie de Gabão que ficava na Europa. Daí as insónias prometidas com a eleição de Cavaco Silva.

Para justificar tanta apreensão, contaram-nos duas histórias durante a campanha eleitoral: a primeira era a do "país sebástico", onde um povo ignaro, de berberes superficialmente pintados de europeus, aguarda manhosamente um punho de ferro salvador; a outra era a da "jovem democracia", onde todas as instituições são inocentemente frágeis e sem raízes, a começar pelos partidos políticos, sempre vulneráveis ao carisma de qualquer figura ominosamente "suprapartidária". Com Cavaco Silva, a Cinderela democrática voltaria a ser a matreira servente de um tirano, e todos os carros regressariam à condição de abóboras.

Ninguém sabe como a história acabará. Mas desde há umas semanas, sabemos como começou. E não começou como nos disseram. É o que se deduz do estudo pós-eleitoral sobre a eleição presidencial de 22 de Janeiro. Organizado pelo Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, foi divulgado pelo "Público" a 10 de Abril. Para quem acreditou na lenda do sebastianismo cavaquista, é a história de um Cavaco Silva desconhecido.

Comecemos pelo modo como os portugueses encaram o actual presidente. Por comparação com os seus adversários na eleição, Cavaco avantaja-se em todas as qualidades, menos em duas: "carisma" e "capacidade oratória". Precisamente aquelas que imaginaríamos ser essenciais ao D. Sebastião de feira que muitos fizeram dele. Mais ainda: em vez de um ser místico, fora de todas as coordenadas políticas, Cavaco Silva é alguém que, sem dificuldades, os inquiridos sabem situar no espectro político. Cavaco Silva, para o eleitorado, está tão à direita como Louçã ou Jerónimo de Sousa estão à esquerda. Por contraste, Soares e sobretudo Alegre eram figuras mais "centrais". Cavaco Silva não pertence, portanto, a um Olimpo de salvadores sem tendência. É uma figura terrena, do mundo em que há opiniões diferentes e em que nem todos pensam da mesma maneira.

Cavaco também não foi a escolha de um qualquer centro angélico, nem a sua vitória resultou de um holocausto de frágeis fidelidades partidárias. 67% dos seus eleitores classificaram-se, a si próprios, à direita. Apenas 25% se colocou ao centro, e 16% à esquerda. As incursões de Cavaco à esquerda foram reduzidas. Na eleição de 22 de Janeiro, a direita votou no candidato da direita, e a esquerda votou no candidato da esquerda, ou absteve-se. Quanto aos votantes que se auto-posicionam ao centro, metade dividiu-se entre Cavaco (25%) e o par Soares-Alegre (23%), e outra metade absteve-se (46%). Em geral, os votantes escolheram maioritariamente os candidatos indicados pela direcção do partido que tinham escolhido nas legislativas de 2005, ou oriundos desse partido. Por exemplo, do eleitorado do PS, dividido entre Soares e Alegre, só 26% votou em candidatos apoiados por outros partidos. O único caso em que a disciplina partidária não resistiu foi o Bloco de Esquerda, cujo candidato oficial só conseguiu fixar 23% dos votantes do partido no ano passado. A eleição presidencial, em que aos candidatos convém demonstrar a sua independência pessoal, nunca seria a consagração dos partidos. Mas nem por isso os partidos se apagaram. Cavaco Silva deveu a vitória à mobilização dos eleitores do PSD e do CDS (60% do seu eleitorado), e à deriva na sua direcção de porções de abstencionistas e de eleitores do PS em 2005 (31% no conjunto). O estudo não nos diz quantos destes cavaquistas já não teriam sido votantes do PSD, empurrados por Santana Lopes para José Sócrates ou para a abstenção.

Finalmente, o estudo revela ainda o futuro que os eleitores imaginam ou desejam para o Presidente. A maioria do eleitorado sabe quem governa o país. Quase todos indicaram o Governo, e muito especialmente o primeiro-ministro. Só 16% citou o Presidente da República. O povo, ao contrário do que se diz, conhece suficientemente a estrutura institucional da vida política. Uma maioria (63%) concorda que o Presidente deve "intervir mais". Só que "intervir" não é obviamente governar. Provavelmente, será talvez seguir o exemplo de Jorge Sampaio, que em geral é positivamente avaliado à direita e à esquerda. Parece que há, neste país, quem goste de ouvir falar o Presidente, ou de vê-lo dar uso às suas prerrogativas. Mas não há nenhuma base de bonapartismo. E os eleitores de Cavaco Silva não são especialmente mais "interventivos".

Eis, portanto, um Cavaco Silva inédito. Honesto e competente, mas sem qualquer aura inexplicável de autoridade mágica. Clara-

mente situado, na escala ideológica, à direita. Eleito por gente que se guiou maioritariamente pelas suas próprias opções políticas anteriores, e que sabe para que serve um Presidente da República. Se fossemos mais audaciosos, diríamos: um presidente como os outros, de um país como os outros. Mas não queremos chocar ninguém.

Enfim, esta sondagem não interessa apenas à história de Cavaco Silva. Deveria interessar sobretudo à história do comentário político em Portugal. Ninguém está livre da tentação de usar bengalas analíticas. A do "país sebástico", em que todos somos imbecis à espera do rei, e a da "jovem democracia", em que só os cientistas políticos percebem a importância dos partidos, são especialmente irresistíveis. Têm um grande passado, e muita bibliografia (Oliveira Martins, Vitorino Magalhães Godinho, e por aí fora). São ensinadas nas escolas. Permitem ironias, autorizam pessimismos, e explicam tudo da forma mais simples: estabelecendo que Portugal é um caso excepcionalmente preocupante, onde não se aplicam as regras da humanidade civilizada. Mas não teve tudo isto já o seu tempo? Talvez para a próxima vez nos contem outras histórias. ●

O SUCESSOR DE SÓCRATES JÁ NASCEU?

Vítor Cunha

António Costa não irá querer ser o Jorge Coelho de Sócrates. Não sabemos se Sócrates permitirá que seja o seu Gordon Brown

José Sócrates manda no Governo há mais de um ano e, de acordo com as sondagens, os portugueses estão contentes com o seu desempenho. A Esquerda mais extrema não é capaz de impor qualquer tipo de agenda que conte e a Direita vive deliciada com a aparente autoridade do PM – o que só comprova que a Direita que temos, desde os princípio dos tempos, se impressiona mais com o método do que com a coisa.

O clima tépido que se vive tomou conta dos partidos democráticos. Só se ouve falar deles quando se questionam lideranças ou quando se marcam congressos para discutir matérias de baixo relevo. A política, no PSD e no CDS, não ocupa tempo nem espaço. Ribeiro e Castro é um fantasma assombrado e Marques Mendes um ser à procura. Os inúmeros pseudo-candidatos à liderança do CDS são o retrato da loucura trágica que perpassa pelo partido. No PSD espera-se, como se o tempo fosse factor de criação, quando normalmente é de destruição. O impasse centrista e a espera social-democrata abrem espaço ao modelo que Sócrates escolheu e interpreta com sabedoria e razoável sentido do espectáculo. Para lhe facilitar a vida, a Direita embasbacou com o estilo.

O que se diz, hoje, de Castro e de Mendes dizia-se noutros tempos de Ferro Rodrigues, Durão Barroso ou Marcelo Rebelo de Sousa. Mas José Sócrates foi um líder da oposição sem precedente: Santana Lopes levou-o ao colo até S. Bento e viabilizou-o pela simples exibição da sua incapacidade. Sócrates não percorreu o caminho das pedras, não conheceu os dias terríveis, solitários, que outros líderes partidários viveram, e aos quais, nalguns casos, não sobreviveram.

Dentro do PS impôs-se e não precisou de muitos negócios nem de passar cheques. Os seus opositores do passado (Alegre, Carrilho ou Soares) são figuras patéticas, sem tropas, ideias ou projectos; António José Seguro não deu o passo certo na altura devida; e Jorge Coelho interpretou bem os sinais.

Sócrates controla o PS sem oposição e sem que haja qualquer animus organizado em relação a si ou aos seus. Mas também não se pode dizer que tenha muitos "seus". Haverá "socratismo"? Tudo indica que não; mas, de certeza, também não há anti-socráticos. Um caso estranho que o pragmatismo permite porque a razão do poder é sempre mais forte que a razão da política. Até que o poder começa a dar sinais de cansaço.

A presente melancolia socialista devia incomodar-nos tanto como a apatia em vigência no CDS e no PSD. Não faz sentido ocupar o nosso tempo a debater o futuro de Castro e de Mendes e não elaborar sobre o futuro da liderança do PS. Até porque o próximo líder do PS pode vir a ser primeiro-ministro.

Sócrates tem condições para ganhar em 2009 – dizemos hoje –, mas nada nos garante que esta hipótese se confirme. Em 2003, como se recordarão todos, faziam-se contas sobre as legislativas de 2006 e sobre as possibilidades da dupla Barroso/Portas ganhar ao esfrangalhado PS e nessa altura ainda Paulo Pedroso não tinha sido detido. No entanto, em 2005 o PS venceu com maioria absoluta a um PSD ainda mais dilacerado e a um CDS em plena crise de afirmação da meia-idade.

Tony Blair, um exemplo a que recorremos sempre que a circunstância chama por nós, tem tentado a sucessão combinada, mas enfrenta problemas sérios, um dos quais a promessa de que não abdicaria. O outro é a figura do prometido sucessor.

Sócrates está longe da erosão de Blair, mas conhecendo o seu percurso calculado não irá querer sair em desgraça. Também não se adivinha que o vírus da atracção por um lugar no exterior o ataque. Por isso pode ser o candidato natural do PS nas eleições presidenciais de 2011 ou de 2016. Mas para isso terá que tratar da questão a partir do próximo ano.

António Costa não quererá ser o Jorge Coelho de Sócrates. Não sabemos se Sócrates permitirá que seja o seu Gordon Brown. ●

Líderes de Opinião

QUOTAS E MULHERES

Vasco Rato

Ao rejeitar as quotas, a Direita perdeu uma oportunidade para se colocar do lado da igualdade de género e de uma sociedade mais equitativa. O PSD e o CDS acabaram por assumir a defesa do actual status quo

Em defesa das "quotas", Maria de Belém Rosário disse que a proposta socialista – na medida em que fomenta "a igualdade de participação em todos os sentidos e no acesso aos cargos políticos" – visa contribuir para o "aperfeiçoamento do sistema democrático". Como se sabe, a Direita parlamentar opôs-se à iniciativa. Uma deputada do PSD declarou – sem qualquer sentido de ironia – que as mulheres não estão mais presentes na vida política porque "não querem". Deputados do CDS afirmaram que este partido – onde as mulheres abundam na direcção e no Grupo Parlamentar - "não precisava" da lei para garantir a participação feminina. Vários deputados de Direita consideraram a proposta como "ofensiva", um "atestado de menoridade" ou como uma forma de "engenharia social" que nada de substancial irá alterar.

A defesa das quotas parte do pressuposto de que uma maior participação das mulheres na política é, do ponto de vista normativo, desejável. Até os opositores das quotas aceitam – pelo menos publicamente - este pressuposto. Se assim é, a questão que se coloca é meramente instrumental: como fomentar a participação? Dito de forma ainda mais simples: as quotas são necessárias ou existe outra alternativa?

Quando a Direita afirma que as mulheres "podem" participar na política, ou que as mulheres "não querem" participar mais, conclui-se que não há necessidade de estabelecer um sistema de quotas. Aliás, não há razão para alterar nada. Afinal, a escassez de mulheres na política deve-se apenas à sua "falta de vontade". No fundo, não existe qualquer problema. Claro que ninguém se interrogou quanto às razões desta alegada "falta de vontade" feminina.

Esta "análise" da Direita parlamentar parece-me deficiente. A escassez de mulheres na política deve-se a impedimentos estruturais, e não a uma "falta de vontade" que alastra entre as mulheres mas que, misteriosamente, não se detecta entre os homens. Esses impedimentos estruturais expressam-se, desde logo, no funcionamento dos partidos políticos. Regra geral, a actividade partidária decorre durante os fins-de-semana e à noite. A militância partidária implica, pois, uma grande disponibilidade de tempo. Por isso, mulheres que participam activamente na política vêem-se obrigadas a escolher entre a vida partidária ou o acompanhamento familiar. Eis a realidade empírica que convém não escamotear.

Na ausência das quotas, esta divisão de trabalho familiar, profundamente enraizada na cultura portuguesa, continuaria a reproduzir-se. A política continuaria a ser uma actividade masculina. Pode dizer-se que, no futuro, a situação seria invertida, porque as mulheres, que já dominam noutras profissões, acabariam por vingar na política. Talvez seja verdade, mas não é líquido que assim seja. De qualquer forma, o problema da participação feminina na coisa pública não se pode colocar nestes termos. Fomentar a participação feminina expressa um compromisso político que não se compadece com uma estratégia gradualista de mudança. Dito de outra forma, o estabelecimento das quotas vincula os partidos a uma democracia de melhor qualidade e, ainda mais importante, a uma sociedade mais equitativa. Trata-se de promover os valores da igualdade de género e de oportunidade, o primeiro passo para quebrar a cultura patriarcal portuguesa. Esta dimensão simbólica da legislação, este sinal de valores paritários que se emite para a sociedade, é, porventura tão importante como os resultados práticos da legislação. As quotas, por si só, constituem um bem político.

> A escassez de mulheres na política deve-se a impedimentos estruturais e não a uma "falta de vontade" que alastra entre as mulheres mas que, misteriosamente, não se detecta entre os homens. Sem quotas, a política continuaria a ser uma actividade masculina

Se a Direita defende a liberdade individual e uma sociedade de mérito, deveria opor-se às desigualdades estruturais que deturpam a concretização da liberdade e do mérito. Ao rejeitar as quotas, a Direita perdeu uma oportunidade para se colocar do lado da igualdade de género e de uma sociedade mais equitativa. O PSD e o CDS acabaram por assumir a defesa do actual status quo, isto é, de uma cultura de discriminação estrutural que, historicamente, impediu que as mulheres pudessem potencializar a sua liberdade. É uma opção. Mas é uma opção que colide com os valores libertários que a Direita portuguesa tem defendido desde Abril de 1974. ●

Líderes de Opinião

O MAIOR AGRESSOR

Luciano Amaral

Não é necessário nenhuma lavagem de roupa suja histórica para tomar posições políticas actuais. Necessário é perceber o que se deve fazer hoje para preservar princípios, como a liberdade ou a democracia, tantas vezes conquistados contra o pior das outras culturas, e também da nossa

Não é que valha a pena insistir no carácter ridículo das famosas tomadas de posição do ministro dos Negócios Estrangeiros, mas de todas há uma (ainda da época das caricaturas de Maomé) com a qual vale a pena gastar um pouco mais de tempo. Não por ser ridícula (que é), mas por representar uma certa mundividência ocidental, tantas vezes espontânea. É aquela em que o ministro afirma ter sido o Ocidente o "maior agressor" face ao "outro", ideia que logo ilustrou com uma breve resenha de eventos (estendendo-se por cerca de mil anos de história), dos quais fez contar "as cruzadas", a "política de canhoneira da Inglaterra", o "colonialismo em África" e a "guerra do Iraque".

É muito estranha a unificação destes episódios num pretenso *continuum* de "agressão" injustificada, em que se fazem equivaler as cruzadas (montadas pelas monarquias europeias e o papado há mil anos atrás) à "política de canhoneira da Inglaterra" (típica de uma potência colonial do século XIX) e à guerra do Iraque (desenvolvida por uma república democrática e não colonial no princípio do século XXI). Ainda mais estranha é a noção de "agressividade" unidireccional, apenas do Ocidente para o resto do mundo. Sendo uma banalidade, parece que é necessário recordar como a História da humanidade está recheada de "agressões" em várias direcções, do Ocidente para o resto do mundo, do resto do mundo para o Ocidente, dentro do resto do mundo, ou até dentro do próprio Ocidente. É escusado fazer aqui a recensão de todos esses episódios, mas talvez valha a pena determo-nos nalguns aspectos da relação historicamente estabelecida entre o Ocidente e o Islão, já que foi a propósito dela que o ministro nos brindou com as suas considerações.

O Islão nasceu mais de meio milénio depois do cristianismo e grande parte da sua expansão territorial e imperial fez-se às custas do cristianismo. Muita gente ignora que as terras hoje vistas como o centro legítimo do Islão (o Médio Oriente e o norte de África) eram em grande medida antes cristãs (embora delas também não estivesse ausente o judaísmo e outras religiões menos estruturadas), graças à adopção do cristianismo como religião do Império Romano. Entre o século VII e o século VIII, o Islão teve uma notável expansão territorial, que o fez saltar do seu pouco promissor berço na Península Arábica até à Europa Ocidental, ao longo da qual usou métodos militares e administrativos muitas vezes brutais para islamizar as populações conquistadas.

Vale a pena recordar que Istambul, a actual capital de um país islâmico e outrora sede do sultanato, se chamou em tempos Constantinopla, fundada pelo primeiro Imperador romano convertido ao cristianismo (Constantino). Desde então até hoje, a visão do mundo a partir do Islão funda-se num princípio essencialmente "agressivo" e de exclusão: a *dar al-Islam* (Casa do Islão) vs. a *dar al-Harb* (Casa da Guerra), sendo a "agressividade" perfeitamente justificada neste último espaço, em particular através da jihad. O Islão legitimou a escravatura e, de resto, praticou-a de forma abundante. Quem estuda o assunto, já chegou mesmo à conclusão de que o tráfico de escravos no mundo islâmico foi tão mortífero quanto o tráfico negreiro realizado pelos europeus. É interessante sabermos que foi no período da presença islâmica na Península Ibérica que se escravizaram pela última vez habitantes do território que é hoje o de Portugal.

Acresce que é particularmente infeliz a menção à "agressividade" ocidental contra o Islão vinda de um português (ainda para mais autor de uma biografia do fundador do país), que deveria saber como a origem de Portugal enquanto unidade política se funda numa luta pela recristianização de um território invadido pelo Islão. Dito de forma simples, Portugal enquanto país não é compreensível sem a sua luta original contra o Islão. Nem sequer a civilização europeia é compreensível sem essa luta, já que a resistência cristã da Península Ibérica foi a primeira frente contra os avanços muçulmanos na Europa, os quais só não foram muito além dos Pirenéus graças a ela.

Ora, sabendo nós tudo isto, pela perspectiva do ministro – segundo a qual a violência dos fanáticos anti-cartoonistas é "compreensível", porque o Ocidente foi o "maior agressor" histórico – não se compreende porque não deveria a União Europeia desenvolver um programa diplomático e militar para a reconquista de todo o Médio Oriente, norte de África e Constantinopla, já que aí foi, outrora, o Islão o "maior agressor". E assim acontecendo, a única coisa que haveria a pedir aos muçulmanos seria "compreensão".

A famosa frase do ministro é típica da moda de auto-negação ocidental. Mas o que nem sempre se nota é como essa auto-negação resulta de uma ignorância essencial. Muitas vezes, quem olha o mundo a partir da nossa cultura é logo apodado de "eurocêntrico". Mas não existe maior "eurocentrismo" do que este "eurocentrismo" negativo, no qual o Ocidente é o sistemático "agressor", havendo depois, espalhado por todo o planeta, um vasto mundo de "vítimas". Note-se que não estamos aqui perante uma mera bizantinice histórica. Estamos perante uma postura fundamental. Não cabe, evidentemente, a nenhuma cultura, o eterno papel de "agressor" e a todas as outras o de "vítimas". Todas as culturas têm algo para lamentar na sua história, embora também para celebrar. Os aspectos negativos da nossa cultura não devem servir para a repudiarmos, mas sim para repudiarmos esses actos, na medida em que faça sentido o repúdio. Os positivos devem ser enaltecidos. Não é necessário nenhuma lavagem de roupa suja histórica para tomar posições políticas actuais. Necessário é perceber o que se deve fazer hoje para preservar princípios, como a liberdade ou a democracia, tantas vezes conquistados contra o pior das outras culturas, e também da nossa. ●

PORTUGAL PRECISA DE UM PARTIDO QUE O QUEIRA MODERNIZAR

Pedro Ferraz da Costa

O próximo congresso do CDS deveria reformular o que o partido é, o que defende, o que ataca e, não menos importante, a imagem que de si próprio projecta. Portugal precisa de um partido claramente anti-socialista e anti-burocrático, anti-confessional e de direita liberal

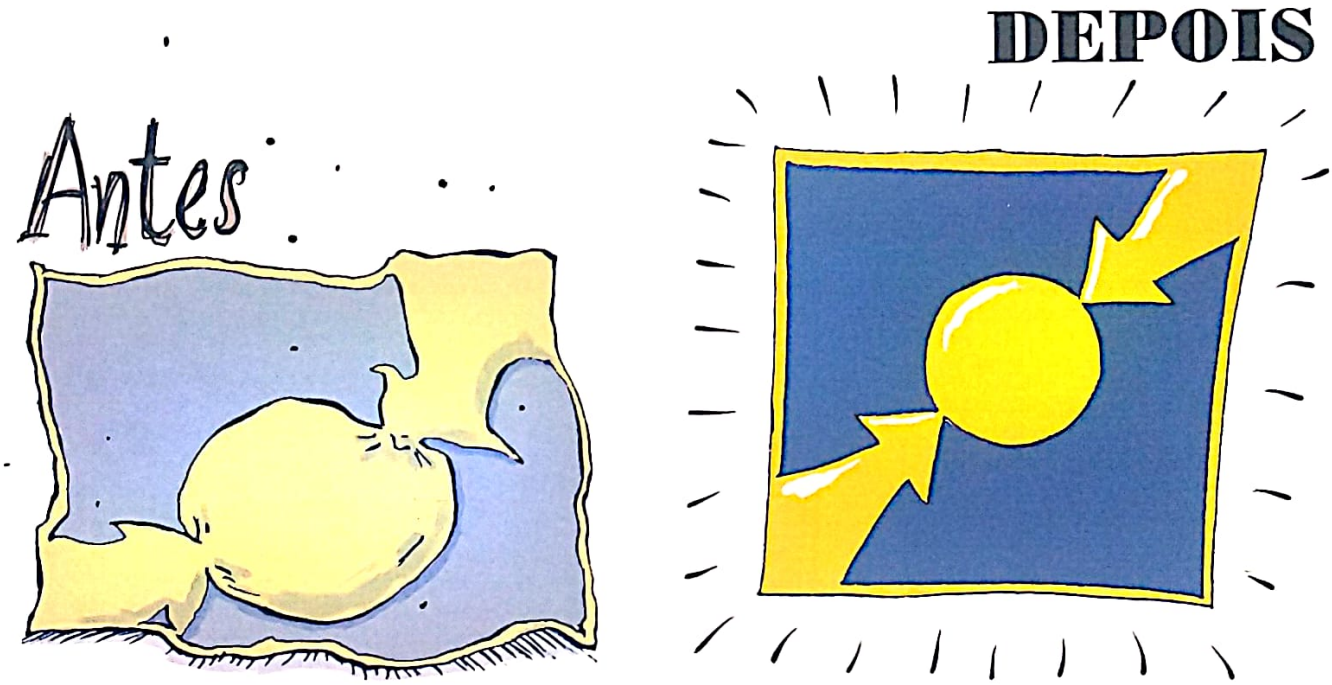
1 Realiza-se nos próximos dias mais um congresso do CDS. As circunstâncias da sua convocatória, o curto período decorrido desde a sua saída do Governo e principalmente o não se ter feito um balanço do que se ganhou e perdeu – o País, claro – com essa passagem pelo poder, levanta dúvidas sérias sobre se dessa reunião sairá algo de positivo para o futuro. E é de desejar que sim.

2 Portugal atravessa um período, que será longo, de dificuldades causadas pelo desequilíbrio profundo das suas finanças públicas, pela pré-rotura da segurança social, pela progressiva diminuição das transferências comunitárias, mas principalmente por, nas duas últimas décadas, ter assente o seu desenvolvimento na construção de infra-estruturas, das quais muitas de rentabilidade duvidosa, e de habitações, criando problemas de congestionamento urbano com elevados custos associados, quer em termos ambientais e de qualidade de vida, quer em termos de custos de transporte com consequências pesadas em termos energéticos, já sem referir o elevado endividamento bancário das famílias.

3 Esta opção de transferir recursos para a produção de bens não-transaccionáveis significou o abandono da tarefa, que deveria ter sido prioritária, de modernizar o tecido produtivo de bens transaccionáveis, essencial para fazer face à integração europeia e depois à globalização, desafios conhecidos à data pois que Portugal participou, mesmo que levianamente, nessas decisões.

A este erro estratégico adicionou-se, pela entrada no euro, uma política monetária e cambial da União Europeia muito pouco adequada às nossas necessidades nacionais, o que aliás não pode ter constituído surpresa, pois que Portugal foi, desde o início, um entusiasta do "pelotão da frente".

A cotação a que o escudo entrou no euro, a apreciação do euro face ao dólar, a prioridade absoluta dada pelo Banco Central Europeu à estabilidade dos preços, mesmo que à custa do crescimento económico, agravaram os problemas de competitividade externa com reflexos no desequilíbrio da balança corrente e na dívida externa e reflexos internos, em termos já estruturais, na sustentabilidade do emprego.



4 É por isso vital modernizar a economia, atraindo investimento estrangeiro produtivo, promovendo a poupança e o investimento nacionais, reduzindo desperdícios e custos excessivos para as empresas e para os cidadãos, através do fomento continuado da concorrência e pela criação dum enquadramento fiscal mais favorável ao risco, ao investimento e ao trabalho produtivo.

Só num contexto de crescimento rápido do produto, com saldos positivos da balança comercial e de capitais, será possível reequilibrar as finanças públicas, sustentar, em bases corrigidas e realistas, o peso das reformas, ter um sistema fiscal competitivo e, sobretudo, criar emprego que permita simultaneamente empregar as novas gerações e assegurar a enorme e indispensável transferência de recursos humanos da construção e da administração pública, que foram o motor do emprego e da imigração nos últimos anos.

O contrário, reequilibrar as finanças sem crescer, criará ou um clima social inibidor do crescimento e do progresso ou uma diminuição contínua dos salários reais à custa, principalmente, das condições de trabalho nos novos empregos, com a inevitável emigração dos mais capazes, a que já se começa a assistir.

5 Mas há um Governo e um Presidente da República eleitos e com condições políticas para implementar uma parte das políticas necessárias.

Quer o PS, quer o Presidente da República, a ajuizar pelas respectivas campanhas eleitorais, pelas suas políticas passadas, pelas suas bases de apoio e pelo seu pessoal político, estarão mais determinados a travar o desequilíbrio externo do sistema do que a reformá-lo profundamente. E mesmo nessa acção limitada terão mais opositores internos do que apoiantes. E se o Presidente da República tem à partida menos compromissos políticos com autarcas, deputados e contribuintes financeiros não deixa de ter as preocupações com a sua própria reeleição.

A Comissão Europeia, o BCE e as agências de rating farão o seu papel, substituindo o papel do FMI no passado, e darão a contribuição necessária para tornar o tratamento mais justificado aos olhos da opinião pública. Mas o tratamento será mais explicado pela pressão externa, compreensível é facto, do que por necessidade ou, sobretudo, por interesse nosso em ter uma vida económica mais equilibrada e mais autónoma.

6 Reduzir o peso do Estado, não só o burocrático e o fiscal, mas ainda mais o travão da liberdade individual e da iniciativa particular que cada vez mais constitui, aceitar que o Estado deve ter uma acção norteada, ou até limitada, pelo princípio da subsidariedade, restringindo-se às funções que pode e deve desempenhar melhor do que os seus cidadãos individualmente, são objectivos que dificilmente serão assumidos pelo Governo ou pelo Presidente da República. Não só porque nunca os defenderam e porque parecem até defender o contrário, mas também porque ninguém lho pede. Pelo menos em termos eleitorais relevantes a médio prazo.

Uma candidatura presidencial da direita liberal teria alterado alguma coisa. Teria sido significativa ao forçar uma segunda volta, forçando também uma campanha eleitoral diferente e voltaria a ter sido significativa ao criar condições bem diferentes para a reeleição do actual Presidente da República.

7 É neste contexto financeiro, económico e político que os que acreditam que Portugal precisa de soluções bem mais liberais para assegurar o seu futuro, no quadro das interdependências europeias e internacionais em que tímida e tristemente se move –

quase sempre a pedir, raramente a negociar e nunca a impôr – irão acompanhar o próximo congresso do CDS-PP.

O congresso deveria, na óptica de um observador atento e externo, reformular profundamente o que o partido é, o que defende, o que ataca e, não menos importante, a imagem que de si próprio projecta, se quiser ter um papel importante e deixar de se limitar a participar episodicamente na gestão dum sistema à beira da falência, como parceiro júnior, descartável à primeira dificuldade.

O que implica demarcar-se claramente de parte do seu passado. Seria útil, para dar um exemplo claro, reconhecer que não foi o Professor Freitas do Amaral que mudou – mesmo que não claramente sempre esteve no centro, os militantes é que se quiseram enganar a si próprios, imaginando-o na direita. O partido é que eventualmente se quererá agora situar à direita. Se quiser...

Na mesma linha de raciocínio, para os observadores externos que eventualmente poderão passar a militantes, não faz qualquer sentido que a mesma área política esteja cindida por problemas pessoais entre o Dr. Portas e o Dr. Monteiro, cada um rodeado do seu pequeníssimo grupo de apoiantes fiéis e guerreiros. Todos juntos seriam ainda assim insuficientes em número para o que há a fazer. O importante é juntar competências, não dividi-las.

Os desafios que Portugal enfrenta são enormes. Qualquer partido que queira ter um papel determinante tem que ter, além de uma ideologia e uma política claras, um conjunto vasto de propostas, cobrindo áreas muito diversificadas. O estudo e a elaboração destas propostas pressupõem a coordenação de esforços multi-disciplinares de imensos quadros competentes e não resiste a uma política de zig-zag, norteada pela intriga política de meia dúzia de dirigentes.

Nos tempos actuais ninguém pode ou quer perder tempo ou desperdiçar esforços.

Uma candidatura presidencial da direita liberal teria sido significativa, ao forçar a uma segunda volta e a uma campanha eleitoral diferente, criando condições bem diferentes para a reeleição do actual Presidente da República

8

O que é que motivará esses quadros tão necessários?

- participar num partido claramente definido – liberal ou democrata-cristão, reformador ou conservador?
- defensor do progresso e da modernização,
- que queira aproveitar os novos conhecimentos em todas as áreas para o progresso humano,
- que assuma não lutar contra o progresso,
- que lute por integrar valores nas novas possibilidades abertas pelo conhecimento, desde o genoma humano até às consequências da aplicação das novas tecnologias a todos os aspectos da vida,
- que defenda as crianças, a educação exigente pelos pais e pelos professores, a inclusão de formação profissional no sistema educativo, a livre escolha dos estabelecimentos de ensino e o apoio competente à orientação profissional como formas complementares de assegurar a igualdade de oportunidades,
- que abandone a defesa demagógica da terceira idade, já suficientemente defendida pela lei e pelo seu peso eleitoral crescente, face aos mais novos, que dificilmente aceitarão pagar a reforma dos avós, dos pais e deles próprios e emigrarão,
- que alargue claramente a defesa da igualdade de oportunidades à ascensão profissional das mulheres, lutando por medidas de conciliação da profissão com a vida familiar,
- que não seja confessional, já que é possível e desejável reconhecer a matriz católica sem ter uma visão "islâmica" da articulação entre a Igreja e o Estado,
- que seja claramente anti-socialista e anti-burocrático, o que é o contrário de defender algumas corporações amigas como ainda recentemente fez,
- que defenda a liberdade, a qualidade e a seriedade da informação.

9

Um partido que defenda o que se referiu terá também de ter uma posição clara face aos outros partidos e na elaboração de leis. Deverá:

- colaborar em todas as medidas liberais de qualquer governo,
- medir a distância em relação ao PS e ao PSD pelo critério das reformas do aparelho do Estado e da economia que propuserem e realizarem,
- trocar eleitoralismo de curto-prazo pela criação de uma base de apoio consistente e culturalmente fundada em torno dos valores da liberdade individual, da livre-iniciativa, da igualdade de oportunidades e da economia de mercado,
- contribuir para recentrar, ou "reendireitar" a vida política portuguesa, enviesada para a esquerda pela constituição, pela política social irrealista e pelo império crescente do "politicamente correcto",
- formar opinião, assumir diferenças e explicar ao eleitorado o que está em causa e porque é que Portugal e os portugueses precisam e têm vantagem em se adaptar,
- mostrar o lado positivo das mudanças e antecipar as mudanças futuras, o que incluirá a necessidade de defender uma integração harmoniosa e reciprocamente vantajosa de correntes migratórias bem maiores, mas legais,
- ousar abandonar a política do consenso em muitos aspectos da política do Estado, com destaque para a política europeia que não deve ser tema de discussão oportuna em sede de coligação governamental,
- defender o desenvolvimento do comércio internacional como factor de desenvolvimento mundial o que implica não alinhar facilmente em discursos e posturas proteccionistas.

10

Assumiu-se a necessidade de ter e divulgar documentos de posição sobre todos os assuntos relevantes para os objectivos da modernização como marca de partido interventor e modernizador, mas também como forma de atracção de elites militantes e como base de divulgação aos eleitores.

Se não se fizer opinião, muitos ou quase todos os pontos de vista da modernização acolherão a adesão de percentagens mínimas do eleitorado, já de si fortemente conservador e avesso ao risco da mudança.

A direcção política do partido terá de articular, criando uma resultante dinâmica e realizadora, as contribuições dos que desempenham funções de gabinete de estudos, com o grupo parlamentar, as estruturas intermédias, as bases e as ligações internacionais.

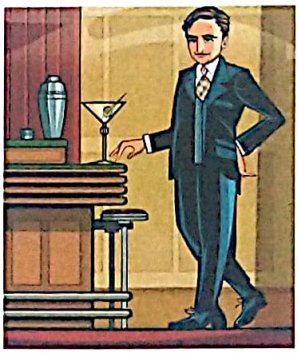
A comunicação é factor de sucesso nesta articulação e na sua projecção na opinião pública. ●

Speakeasy

SOBRE HUMANISTAS E TERRORISTAS, FRANCESES E FUMADORES, AMANTES E DITADORES

João Pereira Coutinho

A UNIÃO EUROPEIA não tenciona financiar o governo terrorista do Hamas. Tenciona apenas ajudar humanitariamente o povo palestiniano. Porque, acrescentam os lideres europeus, não é possível punir um povo que escolhe democraticamente um governo terrorista. É um forma de ver as coisas. Claro que, no meio desta curiosa e absurda tese, a Europa não sublinhou dois aspectos. Primeiro, que a penosa situação financeira do povo palestiniano foi altamente agravada pela endémica corrupção da OLP que os contribuintes europeus financiam há vários anos. Um pormenor desconfortável que não conheceu a luz do dia durante a vida de Arafat mas que, por milagre, foi despejado na imprensa clássica depois da morte de Arafat. E, segundo, que ajudar o povo palestiniano será sempre uma forma, ainda que indirecta, de ajudar politicamente o governo do Hamas. Nada que espante. Há pelo menos quatro décadas que a resposta da Europa perante o terrorismo tem oscilado entre a «compreensão» e o «silêncio». Foi assim em Roma, corria 1968; foi assim em Munique, corria 1972; tem sido assim desde que o terrorismo palestiniano entrou em cena. A Europa alimenta a crença, simpática e obviamente inerte, de que o apaziguamento compra segurança e sossego. Já se viu que não compra. Mas, ainda que comprasse, seria legítimo e tolerável que a nossa paz se fizesse com o sangue dos outros?


FERNANDO MARTINS

'LA FRANCE, LA FRANCE': toda a gente gosta de enfiar a colher neste caldo. Não sejamos injustos. Uma história de decadência ininterrupta desde 1871 não apaga o resto. Para começar, a França rural, que conheci em viagem recente à Bretanha e para onde sonho retirar-me quando der um golpe qualquer (aceitam-se sugestões). Depois, a melhor mesa do continente inteiro. A música de Serge Gainsbourg. O cinema de Jacques Becker. Os contos, divinos, de Maupassant, que facilmente comparo a Chekhov. O rosto de Sophie Marceau. A pintura tolerável do primeiro impressionismo. Paris, sempre Paris. E, segundo parece, a inusitada resistência em não importar a imbecilidade que corre mundo e que, naturalmente, já chegou a Portugal. Curiosa coisa: nós somos incapazes de importar o melhor; mas abraçamos o lixo com industriosa ferocidade. Falo da caça aos fumadores «activos» e da protecção aos «passivos», proibindo o fumo em locais públicos. Temendo nova onda depois do Contrato Primeiro Emprego, Chirac esqueceu as promessas beatas do passado e recuou na proibição. «Comme d'habitude». Por uma vez sem exemplo, a cobardia do Presidente chega a ganhar contornos heróicos. Os franceses agradecem. Agradecem porque podem pacificamente continuar um modo de vida que se funde e confunde com a «flânerie» da espécie. Não por acaso, quando a urna de Gainsbourg passava em cortejo fúnebre pelas ruas de Paris, ninguém cometia o supremo ultraje de atirar flores. Atiravam-se, simplesmente, Gitanes. Porque, como diz a canção, até Deus fumava os seus cubanos quando contemplava o Paraíso.

NOTÍCIAS DA ESTANTE: Angela Lambert publica biografia sobre Eva Braun, amante (e mulher) de Hitler, que morreu com ele, no bunker, em gesto sacrificial e lunático. O livro intitula-se The Lost Life of Eva Braun e nestas palavras está todo um programa: segundo Lambert, Braun seria rapariguinha tímida e ingénua que aos 17 se apaixonou pelo monstro sem entender a natureza grotesca dele. Bom, eu sei que o amor é cego, mas no caso de Braun era preciso ser cega, surda, paralítica e além do mais débil mental: ao contrário do que Lambert sugere, tese aliás partilhada por uma parte considerável da historiografia duvidosa, o alemão médio conhecia o que se passava à volta, sobretudo quando via vizinhos desaparecerem da noite para o dia (ler os diários de Victor Klemperer). Apesar de tudo, leio o exercício com prazer perverso porque, muito perversamente, sempre tive certo fascínio pela vida sexual dos ditadores. Existem casos extremos, como Mussolini, que partilhava com Napoleão o mesmo gosto pelo sexo rápido e essencialmente selvagem: Mussolini estuprava, não fornicava. Muitas gostavam e ainda hoje «Il Duce» é modelo de garanhão transalpino. Lenine tem traços de normalidade, se esquecermos o gosto pelo «ménage à trois» com a mulher, Nadya, e a amante, Inessa, que conheceu em Paris durante o exílio. Consta que funcionava. Estaline é caso desinteressante: depois da morte da primeira mulher, levou a segunda à loucura. Mao, que viveu uma guerra contra o capitalismo e o banho diário, gostava de mocinhas cada vez mais novas à medida que ficava cada vez mais impotente. Má combinação. Hitler tinha as qualidades próprias do histérico: amantes, poucas; onanismo, muito. Existe o caso da sobrinha, Geli Raubal, que o lunático Adolfo praticamente raptou para shows privados e que acabaria em suicídio. Pelo livro de Lambert, dá para perceber que Hitler não era muito activo, o que não espanta, e Braun partilha no diário as frustrações típicas da mocinha insatisfeita (Eva Braun era um belo pedaço, não desfazendo). Tudo acabou em 1945, quando Eva acompanhou o seu Adolfo em suicídio duplo. Por amor, diz Lambert. Também por frustração, digo eu: conheço casos de tédio sexual que terminam na maior baixaria. ●

O DESASTRE IRAQUIANO

Luciano Amaral

A guerra do Iraque é mais um daqueles temas políticos sobre os quais não há discussão racional possível: ou se ganha ou se perde. Três anos depois do seu início, vale a pena rever os argumentos que justificaram a intervenção e rebater todas as falácias sobre "o desastre iraquiano"

Passaram três anos sobre o início da guerra do Iraque. A efeméride, muito naturalmente, não deixou de servir de pretexto para os que a ela se opuseram desfiarem outra vez o seu tradicional argumentário. Convém, desde logo, notar como este argumentário é em grande medida independente do que se passa ou venha a passar no Iraque. Para eles, a guerra do Iraque era um desastre antes de começar e sempre o há-de ser até ao final dos tempos. Agora pede-se a saída "imediata" das tropas, porque a ocupação é um "desastre", para depois de elas saírem se poder denunciar o "desastre" em que deixaram o país. A guerra do Iraque é mais um daqueles temas políticos sobre os quais não há discussão racional possível: ou se ganha ou se perde. E mesmo ganhando, ninguém vai agradecer ao Presidente Bush os resultados alcançados. Para além do "desastre" que será sempre qualquer solução política que venha a existir no Iraque, o argumentário compõe-se ainda do seguinte bloco de argumentos sortidos: há o da "mentira", a propósito das armas de destruição maciça; há o da "traição aos direitos humanos" em Abu Ghraib e Guantánamo; e, enfim, há o de que "não se criam democracias à bomba", a propósito da mudança de regime. Gastemos um bocadinho de tempo com cada um deles.

Comecemos pela "mentira" das armas de destruição maciça. Aqui, vale a pena distinguir o argumento original dos governos americano e inglês daquilo que entretanto se soube. O argumento original era o de que existiam no Iraque "stocks" de armas químicas e biológicas prontas a utilizar. Ora, estes stocks não vieram a ser encontrados. Mas a missão responsável pelo inquérito à existência daquelas armas no pós-guerra (o Iraq Survey Group, constituído por investigadores nomeados pelo próprio Pentágono, a CIA e o MI6) encontrou uma vasta rede de fabrico, que o regime saddamita poderia pôr em funcionamento no espaço de meses. Os opositores à guerra nunca mencionam este facto, atendo-se apenas à "mentira" acerca da existência dos "stocks". Independentemente agora de a invocação dos stocks configurar uma mentira, ou então ser demonstrativa da incompetência da totalidade dos serviços secretos ocidentais, o facto de existir aquela capacidade de fabrico coloca um problema político que não pode deixar de ser avaliado. Vendo bem, entre a existência de stocks de armas de destruição maciça e a sua capacidade de fabrico num espaço curto de tempo, a distância é mínima. O nível de ameaça, num ou noutro caso, é exactamente o mesmo. E é este problema que os opositores à guerra não querem discutir e para o qual nunca apresentaram resposta.

Assim como não querem discutir nem apresentam qualquer resposta sensata à questão dos "direitos humanos" em Abu Ghraib e Guantánamo. É evidente que o episódio de Abu Ghraib ficará para sempre como um dos mais lamentáveis de toda esta guerra. Mas cumpre lembrar como em todas as guerras, mesmo as mais consensuais e consideradas "justas" (como a II Guerra Mundial, por exemplo), existiram situações idênticas ou até mais brutais. As guerras trazem sempre consigo dilemas morais, cuja solução não é fácil – na verdade, a política traz sempre dilemas morais cuja solução não é fácil. A guerra só os amplia. Seja como for, o que importa aqui é como o caso da prisão iraquiana serviu aos opositores da guerra para denunciarem uma presumível semelhança qualitativa entre um bando de carcerei-

ros exorbitando das suas funções e um regime que fazia da tortura e do assassinato político uma prática administrativa corriqueira. Para os opositores à guerra é indiferente que os responsáveis da violência de Abu Ghraib tenham sido denunciados por relatórios internos do Pentágono e que tenham sido julgados e condenados dentro dos mecanismos legais apropriados à situação. Para eles, o episódio é apenas demonstrativo do latente "fascismo" americano, nem sequer se apercebendo que os mecanismos pelos quais foi revelado (relatório do Pentágono e posterior passagem da informação à imprensa) e resolvido (punição dos responsáveis por tribunal marcial) ilustram precisamente como não existe nos EUA um regime fascista e torcionário.

Onde chegamos a Guantánamo, a prisão que a Amnistia Internacional já chamou o "gulag dos tempos modernos". Em sua justiça, uma coisa deve ser dita a respeito dos opositores à guerra: eles nunca se pouparam a exageros retóricos para fazer avançar a causa. A comparação com o gulag é, evidentemente, algo que releva já do domínio clínico. Em Guantánamo estão detidos 500 terroristas, segundo se consegue saber tratados de acordo com os padrões da II Convenção de Genebra. O gulag foi o sistema prisional que mais vítimas causou na história da humanidade, envolvendo o encarceramento e a morte de dezenas de milhões de indivíduos cujo único crime muitas vezes foi o de vagamente não simpatizarem com os governantes comunistas dos seus países. Apesar da astronómica diferença qualitativa, não é isso que tem impedido a repetição nauseante do refrão.

As guerras trazem sempre consigo dilemas morais, cuja solução não é fácil – na verdade, a política traz sempre dilemas morais cuja solução não é fácil. A guerra só os amplia

Fora os exageros retóricos, a verdade é que a principal acusação feita a Guantánamo mereceria consideração, se acompanhada de uma alternativa válida. Segundo essa acusação, não é aceitável que possam ser mantidos aprisionados indivíduos que estão, simultaneamente, fora do direito interno americano e do direito internacional. Os EUA têm argumentado que o vulgar âmbito da lei criminal americana não se aplica a prisioneiros detidos em combate, acrescentando que também não se lhes aplica a II Convenção de Genebra, porque eles não são simples prisioneiros de guerra, antes uma nova categoria de combatentes que a Convenção não prevê. Guantánamo, segundo a Administração, serve para deter indivíduos capazes de darem mais informação sobre redes terroristas e atentados, e capazes também de regressar ao combate. Uma vez terminadas estas funções, Guantánamo pode encerrar. Talvez fosse possível encontrar uma solução melhor do que esta prisão, para lidar com aqueles prisioneiros, mas a verdade é que os seus críticos se limitam a sugerir a apresentação dos detidos à justiça americana. Como se aos prisioneiros de guerra de outros conflitos lhes tivessem sido oferecidas as mesmas garantias jurídicas e processuais dos cidadãos americanos. Os críticos de Guantánamo não querem discutir o argumento de que a Al-Qaeda e os talibãs constituem uma realidade diferente tanto dos vulgares criminosos como dos prisioneiros de guerra, e não

oferecem qualquer solução jurídica que acomode esse facto. No final, apesar do ponto de partida aceitável, as críticas a Guantánamo acabam por ser tão gratuitas e imponderadas como as anteriores, juntando-se apenas ao restante barulho na oposição à guerra.

Enfim, dizem-nos os críticos, a guerra é errada porque "não se constroem democracias à bomba". Notemos, em primeiro lugar, o carácter tardio do argumento. No início do conflito, por muito que a Administração americana repetisse que a democratização do Iraque era o seu objectivo mais importante, os opositores desvalorizavam-no como uma mera máscara para justificar a rapina petrolífera do país. Quando se aperceberam da determinação americana em contribuir efectivamente para a construção daquele regime, lá tiraram o argumento da cartola. É claro que já se esqueceram (ou nunca souberam) como foi implantada a democracia na Europa Ocidental depois dos fascismos e dos autoritarismos dos anos 30: foi, precisamente, "à bomba", e, o que é mais, à bomba americana. Exactamente a mesma que agora "destrói" o Iraque. Mas de novo, o grande problema dos opositores à guerra continua a ser a ausência de qualquer proposta alternativa. Admitamos que, de facto, a bomba não seja grande método. Mas então que alternativa ofereceram eles, para além do "statu quo ante"? Talvez valha a pena lembrar o que era o "statu quo ante". Em primeiro lugar, era uma das mais horrorosas tiranias da história da humanidade, com um passivo de cerca de 700.000 mortos. Era, depois, um agente de instabilidade permanente na região, que tinha já ilustrado os seus desígnios através da invasão do Koweit. O "statu quo ante" era ainda as sanções da ONU, decididas na sequência da guerra de 1991. Sob as sanções, enquanto a elite baasista se enriquecia, juntamente com uns quantos empresários russos e franceses, à sombra do programa "Petróleo por Comida" (talvez a maior fraude económica de todos os tempos), a vida da população iraquiana deteriorava-se permanentemente. Já ninguém se lembra, mas o politicamente correcto do dia era exigir o fim das sanções e o regresso à normalidade, porque, graças a elas, tinham já morrido "um milhão" de crianças ("ou dois milhões", conforme a nossa agência "humanitária" preferida, como diz Mark Steyn). Seria interessante ver o que aconteceria quando, livre das sanções e da vigilância aérea americana, Saddam recomeçasse a reconstituição do seu arsenal, cuja infraestrutura (como vimos) estava intacta, reiniciando as suas ameaças aos vizinhos na região.

Se é verdade não se poder dizer que o Iraque viva hoje em tranquilidade, também não é menos que, contraposta à anterior, a situação actual tem bastante a recomendá-la. Não vale a pena negar a violência que por lá continua. Mas, depois de uma fase mais consequente e eficaz, neste momento a "guerrilha" está reduzida a um mero terrorismo dos pobres que praticamente já não atinge soldados americanos e afecta essencialmente a população civil indefesa. E, mesmo assim, apenas numa área limitada do Iraque, o chamado triângulo sunita, onde se incluem as províncias de Anbar, Babilónia, Nínive e Saladin. Fora estas, ou seja, nas restantes catorze províncias, a vida entrou já numa prática normalidade. A construção e reconstrução de escolas e hospitais segue a bom ritmo. As infraestruturas eléctricas e de esgotos vão sendo reparadas e aumentadas. A economia cresce a taxas invejáveis: o FMI prevê algo entre 10% e 11% para 2006, depois de 53,2% em 2004 e 2,6% em 2005. Nos meses imediatamente anteriores ao atentado na mesquita dourada de Samarra, as acções violentas estavam em declínio. As operações contra-insurreccionais ocidentais conseguiram transformar aquilo a que a imprensa ocidental romanticamente chamava a "resistência" num grupo de meros terroristas usando explosivos rústicos para atingir os seus concidadãos. Os terroristas constituem uma aliança entre os restos do baasismo dos tempos de Saddam, uma parte da população sunita e a Al-Qaeda. O atentado de Samarra, aparentemente da Al-Qaeda, foi uma tentativa para reacender a violência, justamente procurando excitar a população xiita no sentido de a levar a retaliar junto da população sunita e assim desencadear a guerra civil, que sempre foi o seu principal objectivo. Se era esse o propósito, teve algum êxito, mas, até agora, menos do que desejaria. A população xiita daquelas quatro províncias efectivamente retaliou, mas sem a violência pretendida.

Quanto ao futuro regime político do país (a famosa democracia), alguma coisa já se fez. Houve três eleições, das quais resultou uma constituição aceitável (mesmo se algo confessional para o gosto ocidental) e um parlamento, de que se espera saia um governo. Até agora, esse governo teima em não formar-se, perdidos que estão os deputados nas suas cisões partidárias e religiosas. Como nenhum partido e nenhum grupo religioso ou étnico tem a maioria absoluta no parlamento, mesmo se os partidos xiitas (CSIRI e Dawa, juntos na Aliança Unida Iraquiana) foram mais votados, é necessária uma aliança entre xiitas, de um lado, e curdos ou sunitas, do outro. Neste momento, o grande problema para a formação do governo parece ser a remoção do primeiro-ministro Ibrahim al-Jafari e do ministro do Interior Banyan Kabber Solagh, ambos responsáveis por muita da violência xiita em resposta à violência sunita. Os partidos sunitas não aceitam a sua presença no governo, tanto mais quanto Jafari ultimamente se tem aproximado bastante do radical Muqtada al-Sadr, o principal inimigo de qualquer entendimento com as organizações políticas sunitas.

Apesar do permanente bombardeamento com notícias sobre o "desastre", presente ou iminente, no Iraque, a verdade é que ele só existe para quem o quiser mesmo ver.

Em paralelo, sobrepondo-se e misturando-se com este conflito partidário, há o conflito inter-confessional e territorial, essencialmente opondo xiitas a sunitas. A violência que ocorre no Iraque tem-no por base, e não qualquer "resistência" ao invasor, um mero produto da imaginação jornalística e da esquerda folclórica. Se não for possível construir um regime democrático no Iraque será graças a este conflito. Mas as negociações no parlamento e para o governo têm mostrado que, afinal, as divisões confessionais e étnicas não são estanques. Sunitas e xiitas (para além dos curdos, que também são sunitas) têm encontrado pontos de entendimento, chegando a várias soluções compromissórias. Actualmente, o grande obstáculo à formação do governo é um conflito interno aos partidos xiitas e não entre os dois grandes grupos religiosos. Até agora, a violência tem sido contida dentro de limites muito anteriores ao da guerra civil. Mas não se pode negar que para aí possa caminhar. Talvez os protagonistas políticos iraquianos reconhecessem a vantagem, para evitar essa eventualidade, da partição do território em três grandes zonas, de acordo com as divisões confessionais e étnicas: uma sunita, outra xiita e outra curda. Continuava a ser uma solução com muitas vantagens sobre a prévia tirania saddamita, teria óbvias vantagens sobre a guerra civil e facilitaria a emergência de regimes representativos e consensuais, graças à homogeneidade religiosa.

Apesar do permanente bombardeamento com notícias sobre o "desastre", presente ou iminente, no Iraque, a verdade é que ele só existe para quem o quiser mesmo ver. Já o que realmente existe é uma situação que pode com certeza ser definida como muito difícil, que pode ainda ter uma conclusão trágica, mas que também tem muito espaço para melhorar. Na verdade, convém não confundir isso que realmente existe com os desejos de uma parte da opinião pública ocidental, ansiosa para que o "desastre" se materialize. E para bem dela própria, dos iraquianos e de nós todos, esperemos que esses desejos não se tornem realidade.●

Coluna Social

RESPEITO PARA OS HIPOCONDRÍACOS

Pedro Lomba

Todos conhecemos pessoas que são hipocondríacas. Ou que encaixam, mesmo a contragosto, no perfil comum do hipocondríaco. O hipocondríaco é visto simplesmente como alguém que tem a mania das doenças, um ser patológico que lava as mãos 100 vezes por dia, evita tocar nas maçanetas das portas com medo de epidemias e corre para as urgências à primeira pontada que sente no corpo. O hipocondríaco passa o tempo a repetir coisas como "estou doente", "estão-se a passar coisas comigo", "tenho que ir já ao médico". E diz sempre isto de uma maneira aterrada, como se a certeza de estar doente o dispensasse até de ir ao médico. Como se o diagnóstico que ele faz de si mesmo não aceitasse prova em contrário. O hipocondríaco não consegue deixar de pensar no pior dos cenários e no pior dos desfechos. É o vidente da sua própria desgraça.

> Devo esclarecer que não estou a falar de mim. Sou, por assim dizer, o anti-hipocondríaco porque tenho medo dos médicos

Devo esclarecer que não estou a falar de mim. Eu sou, por assim dizer, o anti-hipocondríaco porque tenho medo dos médicos, agonio com o clorofórmio, fujo do bisturi. Outro género. O hipocondríaco acredita que está doente: eu penso que nunca estou doente. Há assim uma enorme diferença entre criaturas como eu e o hipocondríaco. Eu desvalorizo a doença, penso que não se passa nada, enquanto o hipocondríaco amplifica o que sente e julga que se passa tudo.

É preciso dizer que o hipocondríaco existe. Provavelmente o seu vizinho do quinto esquerdo é hipocondríaco; se calhar você também. De acordo com informações recentes, na América quatro por cento da população é hipocondríaca. Em França, alguns peritos vão mais longe e relacionam a crise do sistema nacional de saúde com a hipocondria de uma grande percentagem dos franceses. O nosso caso tem parecenças visíveis: a frequência com que o português visita médicos e clínicas, a rotina de automedicação, a dependência de fármacos, a lista de lamúrias diárias, da bronquite à dor no peito, tudo isto dá razão ao retrato que Eça nos tirou em "Os Maias": "um pais em que a ocupação geral é estar doente". Somos pois uma nação de fadistas e hipocondríacos.

Sucede que, como afirmam os especialistas, o hipocondríaco não tem só a mania das doenças: o hipocondríaco é também um doente. O hipocondríaco não se limita a ser caprichoso com o seu estado de saúde. O hipocondríaco é um delirante que merece estudo. Um sinal de que não é nada fácil perceber o hipocondríaco está na abundância de teorias que as profissões médicas inventaram para explicar a hipocondria. Os psiquiatras defendem que o hipocondríaco é um doente mental, os psicanalistas que é um recalcado que usa a hipocondria para encobrir outros males do inconsciente. Há quem se agarre a uma teoria quase literária – a teoria da amplificação –, segundo a qual o hipocondríaco tende para extremar todas as suas reacções e sintomas. O hipocondríaco transforma os seus achaques em doenças terminais. Uma constipação nunca é uma mera constipação mas o regresso da peste negra. Uma indisposição vulgar tem origem cancerosa. Existe ainda uma tese mais prosaica, a de que o problema do hipocondríaco é que, no fundo, ele gostaria de estar doente para receber atenções e torradas. O hipocondríaco é assim um carente de afectos.

Julgo que o hipocondríaco é um pessimista, um pouco egocêntrico, certamente um cobarde. E também um trágico: o hipocondríaco está sempre a viver de certa forma os seus últimos dias de vida. O seu maior pânico não é exactamente a morte. A morte, mesmo sendo o flagelo absoluto, não se evita, a morte pode vir sem aviso, a morte, aconteça o que acontecer, não deixará de vir. O que o hipocondríaco teme não é a morte mas a doença. A doença como esse aviso prévio e venenoso que a morte nem sempre oferece. Em sociedades como as nossas que detestam e escondem o sofrimento a doença é o horror dos horrores. Um horror superior à morte. A morte é o fim de tudo mas um fim que não se vê e não se sente; a doença é o sofrimento em directo, a progressão da morte, a morte com consciência. O hipocondríaco tem medo da doença porque acredita que toda a doença pode conduzir directamente à morte. Melhor, toda a doença conduz à morte. Para o hipocondríaco não há probabilidades, só certezas.

Sempre convivi de perto com hipocondríacos. Uma pessoa habitua-se e passa a achar graça. Depois de lhes ouvir os constantes queixumes, quase deixava de acreditar no que eles diziam. Mas depois relativizava essa desconfiança e pensava no hipocondríaco só como um ser assustado. E assustados somos todos. ●

COMO ESQUIAR EM ANGOLA

Margarida Bon de Sousa

O pontapé de saída da deslocação de José Sócrates a Luanda foi dado em Janeiro, num encontro que reuniu 30 empresários convidados a colaborar na elaboração da agenda do primeiro-ministro. Segredos de uma visita a um país que está longe de ser o novo Eldorado português

ILUSTRAÇÃO DE LUCY PEPPER

Luanda provoca sempre um misto de sentimentos a quem lá vai, independentemente das vezes que o faz. A preparação da viagem inclui não só a parte burocrática e física, mas também a mental, porventura a mais importante, uma vez que até o aterrar na capital acaba por se transformar sempre numa sensação única e incomparável, embuída de um bafo de humidade e de uma intensa desordem visual, onde até um avião do Banco Espírito Santo se pode entrosar com outros aviões de todas as dimensões numa pista a abarrotar.

Já dentro do hangar, surgem novos sentimentos, desconhecidos aos que apenas costumam viajar no interior da Europa: o medo de se cruzar a alfândega, de se enfrentar a autoridade num País onde as fronteiras são omnipresentes e onde os locais são revistados dos pés à cabeça antes de poderem entrar. Finalmente, last but not least, mais de 98 por cento das pessoas têm um tom de pele diferente, fazendo-nos sentir a nós, brancos, em clara minoria. O que é normal: estamos em África e obviamente a África não é felizmente nossa.

Mas é precisamente este o país que o primeiro-ministro José Sócrates quer que se venha a transformar na prioridade das prioridades para o investimento português, tendo convidado cinco ministros, um número fabuloso de directores de jornais e televisão e uma importante delegação de empresários nacionais – onde se incluíam Paulo Teixeira Pinto, Ricardo Salgado, Ferreira de Oliveira e António Mexia, entre outros – a deslocarem-se a Luanda entre os dias 4 a 7 de Abril. Objectivo: inserir a ex-colónia na rota do futuro das maiores e mais importantes empresas nacionais.

Com uma população estimada em 14 milhões de habitantes – 50% dos quais com menos de 16 anos – e mais de quatro milhões a viver em Luanda, Angola tem crescido nos últimos anos ao ritmo alucinante das exportações petrolíferas, tendo o PIB aumentado 14,7% em termos reais em 2005.

Este ano as previsões são mais optimistas, pese o facto deste grau de crescimento não ser claramente perceptível, nem sentido de uma forma generalizada pelos angolanos. Em 2005, a inflação anual foi de 22%, devendo este ano cair para metade, um verdadeiro milagre quando comparada com os quase quatro mil por cento de 1995, altura em que o MPLA e a UNITA estavam em guerra.

O primeiro-ministro José Sócrates elegeu esta economia como prioritária para o nosso país, lançando o repto de se incrementar o investimento directo português para montantes muito acima dos 13,3 milhões registados no ano passado e de se reforçar o nível das exportações, actualmente cifradas em 2,7% do total de exportações nacionais (máquinas e aparelhos e produtos alimentares, com respectivamente 20% cada, lideram, seguidas dos metais e veículos automóveis, com 10%).

Segundo quem acompanhou todo o processo, a visita da delegação foi tecnicamente bem preparada, ao contrário do que sucedeu com as últimas deslocações de chefes de Governo portugueses aquele país. Durão Barroso, que ali se deslocou em 2002, pôs a tónica da sua iniciativa nas relações políticas entre os dois países, enquanto Sócrates, mais pragmático, apostou claramente nas relações comerciais, optando mesmo, durante a visita, por não fazer uma única referência, nem mesmo velada, à situação política interna, ignorando em simultâneo o facto de José Eduardo dos Santos não ter estado presente na tomada de posse de Cavaco Silva como Presidente da República, por se encontrar de férias no Brasil.

Esta ausência de críticas caiu bem junto dos empresários portugueses que mantêm relações económicas regulares com Angola e que já se debatem com um outro tipo de ameaças, como o avanço da China, que pretende, a médio prazo, colocar um milhão de trabalhadores no terreno e se prepara para fazer investimentos na ordem dos 1,2 milhões de dólares. Outra das consequências positivas da viagem foi a nova linha de crédito da COSEC aos investimentos empresariais, no valor de 300 milhões de euros,

O pontapé de saída da deslocação do primeiro-ministro a Luan-

Os empresários portugueses não vão atrás de euforias políticas. Conhecem bem o terreno angolano e as dificuldades de quem se move num Estado que não é de Direito e nem sequer é uma economia de mercado

da foi dado em Janeiro, num encontro que reuniu 30 empresários convidados a colaborarem na elaboração da agenda do primeiro-ministro. Foram então definidos os sectores a apoiar e esboçada uma primeira lista de convidados, que acabaria por não corresponder à final. Mais de 400 empresas digladiaram-se por fazer parte da iniciativa, o que levou à contestação das escolhas, até porque houve quem considerasse ter sido a comitiva demasiado influenciada por um pequeno núcleo de empresas que se movimenta razoavelmente bem em Angola. Mas, para a generalidade dos empresários que querem investir em Luanda, o cômputo geral foi indiscutivelmente positivo.

Mais prudente é, no entanto, a opinião de quem já está em Angola, à margem das grandes empresas e destas operações de charme. Até agora, os acordos mais relevantes assinados entre os dois países – Convenção sobre Segurança Social, Acordo de Promoção e Protecção Recíprocas de Investimentos, Acordos de Cooperação no Domínio da Indústria e Acordos de Cooperação Económica e Respectivo Protocolo Adicional – continuam por ratificar por ambos os Estados, não obstante terem sido todos assinados com pompa e circunstância.

Para este núcleo de conhecedores, que gosta de passar despercebido, Angola representa boas margens de lucro, mas está ainda longe de ser um Estado de Direito ou sequer uma economia de mercado, subsistindo os problemas de repatriação de lucros entre inúmeros outros constrangimentos. Outra importante consideração é a de que as altas rendibilidades associadas aos investimentos no país devem permitir suspeitar que o risco também é elevado. Um alerta deixado por um dos empresários da comitiva que abriu uma fábrica em Angola e que o primeiro-ministro português se apressou a minimizar, pese ser esta uma das mais básicas evidências do funcionamento da economia.

À margem do optimismo governamental, este grupo de investidores low profile, que ficou fora da comitiva oficial, considera que, embora crescentemente se registe uma presença do tecido empresarial português mais diversificada, ainda não há espaço para as PMEs arriscarem, tendo estas operações fortes hipóteses de se saldar em insucesso. Sobretudo as que operam no mercado das indústrias transformadoras.

Certo, ou pelo menos com um risco enquadrável no aceitável, estão a hotelaria, as operações imobiliárias, estas últimas altamente lucrativas já que o sector é um dos que regista maiores taxas de crescimento, e o sector financeiro. O BPI, localmente designado com Banco de Fomento de Angola, é já o maior banco de retalho do país, com 39 balcões e o objectivo de chegar aos 50 no médio prazo. Com boas hipóteses de êxito estão também as empresas exportadoras de bens de consumo e as indústrias alimentares, se bem que Angola dê preferência à constituição de empresas mistas, em parceria com empresários locais. Em simultâneo, o país começa a ser uma plataforma para a região, nomeadamente para o Congo Brazaville e a Namíbia, como sucede com a Portugal Telecom na área das telecomunicações, embora se tratem de mercados incipientes.

Mas há também importantes reveses. O da Cimpor, que chegou a Angola em 2004, e que agora está a alienar a sua participação na Nova Cimangola, empresa que detém 80% do mercado de cimentos do país. A decisão surgiu na sequência de os sócios angolanos terem limitado os seus direitos de voto, situação que acabou por resultar num litígio com as autoridades angolanas que só se resolveu através da retirada. Outro caso que deve fazer pensar é o da Central de Cervejas, que sensatamente acaba de desistir da parceria que mantinha com a Cuca – produtora de bebidas angolana – e que se traduzia na produção local da cerveja Sagres desde 2004. O fim da união terá ficado a dever-se a uma menor aceitação da bebida por parte dos angolanos por ser fabricada localmente, optando a empresa nacional por voltar agora a exportar a mesma cerveja a partir de Portugal.

Ou seja, quem quer colocar Angola ao nível do Eldorado do continente africano ainda está longe de conseguir ver os seus objectivos alcançados. Felizmente sem grandes consequências, já que os empresários portugueses não vão atrás de euforias políticas. ●

Cidadão Empresário

POLÉMICA DAS AGRO-AMBIENTAIS: TEMPESTADE NUM COPO DE ÁGUA?

Joaquim Luiz Gomes

Em 8 de Fevereiro de 2006, o Governo decidiu não pagar nenhuma das 25 mil novas candidaturas às medidas agro-ambientais apresentadas em 2005, que implicavam um custo de cerca de 70 milhões de euros. Na sequência desta medida, a CAP desencadeou uma série de manifestações por todo o país e tem vindo a exigir a demissão do actual ministro da agricultura. Esta questão já suscitou comunicados atrás de comunicados e reacções de quase todos os quadrantes, mas o esclarecimento da opinião pública com base nos factos tem tardado.

Temos visto de tudo: demagogia política, manipulação dos agricultores e demissão de responsabilidades. Informação, essa, só a conta-gotas. Faz-se demagogia política quando, como Arlindo Cunha e tantos outros, se diz que "se criou um vínculo, uma expectativa com os agricultores, a quem o Estado ofereceu uma política agrícola e disse-lhes que se podiam inscrever numa série de medidas e que poderiam ter um certo tipo de apoios. E depois, a dada altura, muda o Governo, o ministro assume ideias diferentes" ("Público", 3 de Abril).

Os apoios no âmbito das medidas agro-ambientais são concedidos com base em contratos válidos por cinco anos, prorrogáveis por mais um. A candidatura à medida constitui a proposta de contratar, mas o contrato só se celebra quando a candidatura é aceite. Convém que nos habituemos que, por um lado, também com o Estado só há um vínculo quando fechamos um contrato e que, por outro lado, existe risco político também na agricultura.

Das 25.125 novas candidaturas, cerca de 16.000 foram candidaturas reformuladas e 9.000 as candidaturas inteiramente novas. O número de agricultores envolvidos terá sido muito menor já que um mesmo agricultor pode acumular a candidatura a múltiplas medidas. Ora não é por ver rejeitada a sua candidatura reformulada que o agricultor deixa de receber apoios nos termos em que os recebia sem reformulação.

Das candidaturas inteiramente novas, 1.024 disseram respeito a uma medida que visa reduzir a utilização de adubo em zonas de aquíferos perfeitamente identificados, chamada medida da redução da lixiviação. Estas candidaturas, 4% do total, reclamavam 24 milhões de euros ou 34% dos fundos totais, porque a medida da redução da lixiviação foi mal feita. Como é que os pequenos agricultores embarcaram nas manifestações da CAP, atendendo que o compasso de espera que o ministro agora impôs só os poderá vir a beneficiar a prazo? E porque demoraram tanto tempo os seus dirigentes a emitir uma opinião?

A falta de informação é um problema crónico nas economias planificadas. Só assim se explica que, em entrevista ao Expresso (8 de Abril), o ex-ministro da agricultura, Armando Sevinate Pinto, admita que "os montantes unitários fixados [para a redução da lixiviação] possam sobrecompensar os agricultores relativamente aos custos por eles suportados" mas "não possa subscrever [a conclusão] por não conhecer os cálculos relativos às culturas [do olival e da vinha] cuja integração [na medida] não foram da sua responsabilidade".

Esta falta de informação, eu próprio, enquanto olivicultor e viticultor, consigo suprir. Os custos dos compromissos assumidos pelo agricultor são irrisórios: fazer anualmente uma análise de terras e de água da rega, análise que procuro fazer sem aderir à medida, e reduzir o nível de fertilização azotada em 20% relativamente ao que é recomendado pela organização de agricultores, o que até pode não implicar qualquer redução relativamente ao níveis que entendo adequados para os meus objectivos. Tudo o resto é papelada. Quanto aos apoios representam entre 30 e 35% do valor da fruta, tanto no olival como na vinha. Nada mau, sobretudo se a estes valores somar ainda os da medida da produção integrada.

Deixei para o fim a minha declaração de interesses, para não maçar os leitores e porque estou muito à vontade. Posso ser considerado um grande agricultor, também entreguei uma candidatura em 2005 que não foi aceite e, tendo uma exploração integrada num aquífero importante e a manter-se a política do anterior governo, iria no futuro candidatar-me às medidas de redução da lixiviação. Sou liberal mas não gosto de me colocar em desvantagem competitiva.

Ao actual ministro faltou-lhe em habilidade e timing político o que lhe sobrou em racionalidade. É pena porque a questão da não aprovação das candidaturas de 2005 às medidas agro-ambientais não merece as energias que tem consumido, sobretudo face a tantas outras questões que ditarão o nosso futuro agrícola. Compensemos o desfoque com a discussão da nova estratégia para as agro-ambientais a implementar a partir de 2007. Ou com a resolução das trapalhadas da reconversão do olival no passado recente, para finalmente termos todos um quadro de referência claro e estável.

O dirigente soviético que tentava perceber o sistema ocidental perguntava: "Por favor digam-me... quem é responsável pelo fornecimento de pão à população de Londres?" Também na nossa agricultura temos que tentar fugir à economia planificada, sob pena de sermos tão cómicos quanto o eram os dirigentes soviéticos... ●

Humilhados e Ofendidos

AS MINHAS DUAS LEIS MORAIS

Alexandre Soares Silva

Como assim, "é errado tratar a mulher como um objecto"? Não posso mais pousar copos na cabeça delas? Minha mesa está cheia. Mas me deixa começar direito, ia apresentar-me e tal (primeiro, subamos as calças). Meu nome é Alexandre Soares Silva, e sou um detestador profissional do meu país.
Não é pose. Você diz que alguém que odeia aranhas está só fazendo pose? É instintivo e tenho isso desde criança, quando não sabia o que é pose. Quando estava na escola vivia fazendo planos, com o meu melhor amigo, de escrevermos um livro, digamos um policial. Mas logo os planos eram interrompidos porque nos lembrávamos que éramos brasileiros.

- Ah, mas no Brasil?

E isso acabava com tudo. Imagens do detective colocando o suspeito no pau-de-arara. Sem dizer qual seria o nome do detective? Wenceslau dos Santos? Inspector Wellington de Araújo? O Brasil é um país em que Hercule Poirot torturaria todos os doze suspeitos do "Assassinato no Expresso do Oriente" lhes dando tapões num porão feito de cimento aparente, e se chamaria Washington. Sherlock Holmes, se brasileiro, não se apaixonaria por uma mulher chamada Irene Adler, mas Keithy Tavares.
O Brasil é um contínuo murchar do espírito, que sinto cada vez que chego no aeroporto vindo de fora, ou vejo um conterrâneo usando uma camiseta do Flamengo no metro de Paris. Também senti isso outro dia, muito agudamente, quando estava numa locadora de filmes e baixei os olhos duma foto de Nicole Kidman para outra de Irene Ravache. A dor! Foi como uma pedra nos rins, só que no espírito. Até é uma boa atriz, sei lá eu. Melhor que Nicole Kidman, talvez. Nós brasileiros podemos ser bons em uma ou outra coisa, mas que desenchabidos. Acredito vagamente na possibilidade de duendes, mas não de um brasileiro glamoroso.

Esse sentimento, suspeito, toma conta de todos os brasileiros, alguns dos quais resolvem reagir a ele tendo muito orgulho daquilo que instintivamente lhes causou vergonha. É como alguém cheio de acne que resolvesse ter orgulho da acne, e passasse a gritar perpetuamente "É, tenho acne sim!", usando uma camiseta Acne is Beautiful e esfregando a cara oleosa na sua. Cada filme brasileiro ("Cidade de Deus", que você gostou, que vergonha) é isso. Não há outro assunto, é só a nossa acne.

Eu poderia continuar durante páginas, e de facto boa parte do que gosto de escrever é uma variação desse tema – novas maneiras de falar mal do Brasil. Comparar o Brasil com outras coisas, como por exemplo (essa comparação está sempre na minha mente) com um grupo de pessoas sem assunto durante uma festa de casamento; esse desânimo é interrompido por alguém que vem de outra mesa falar com uma das pessoas sentadas, e essa nova pessoa é tão cheia de vida que durante uns minutos todos sorriem; mas logo ela vai embora, e todos se olham com desânimo redobrado e algum ódio recíproco. O Brasil é assim. Valorizamos tanto cada visita de um estrangeiro que até hoje saem dez livros por ano sobre uma visita sem graça que Camus fez ao Brasil em 49 (disse que queria morrer). E temos que valorizar mesmo, porque não temos mais nada. Camus de gabardine e cigarrinho no canto da boca quase fez o país ter alguma graça durante uns dias - daí o espanto, e os livros.

Mas você não quer ler o texto de um brasileiro falando mal do Brasil, da mesma maneira que eu não quero ler o texto de um guatemalteca falando mal da Guatemala. Elevemos o assunto, falemos da obrigação moral de cada pessoa detestar o próprio país. Já cumpriu a sua obrigação hoje? Já falou mal de Portugal?

Para mim que vou a Portugal de férias, Portugal é charmosinho, e se tiver que encontrar um defeito vou dizer que nunca encontrei um português que não gostasse de Chico Buarque. Isso é preocupante. Se continuarem ouvindo, em 50 anos estarão reduzidos ao nível de um brasileiro.

Não consigo entender certo tipo de pessoas. Você escreve um texto falando mal das mulheres, por exemplo (o que é uma Tradição Ocidental Civilizada, com licença) e lá aparece uma mulher toda brava achando que você estava falando dela. Se alguém fizer um texto falando mal de canhotos, eu vou ficar dando guinchinhos enquanto leio e como banana amassada? Dificilmente.

A Primeira Lei Moral de Alexandre Soares Silva é: não se identifique tanto assim com o seu grupo. Ache sempre que é a excepção. E a Segunda Lei Moral é: deixe de frescura e odeie logo o seu grupo. É a única maneira de melhorá-lo.

A única pessoa que eu deixaria ser patriota é Chesterton, porque ele podia qualquer coisa. John Wayne eu deixo também. ●

NADA DE NOVO EM JERUSALÉM

José Pedro Zúquete, em Jerusalém

Existe algo de teimosamente imprevisível em Israel, como se fosse uma terra realmente eleita para lembrar ao homem a fragilidade da sua própria condição humana. Reportagem no país onde a segurança é sempre relativa e a paz ilusória

ILUSTRAÇÃO DE LUCY PEPPER

Sentado no Caffit, em Emek Refaim, uma das ruas mais movimentadas e "ocidentais" de Jerusalém, este é um dia igual aos outros. O segurança do restaurante revista as pessoas e segue com atenção todo e qualquer movimento à sua volta. Quando, em meados de Janeiro, aconteceu mais um atentado em Telavive, telefonei imediatamente aos meus amigos da maior cidade israelita. "Está tudo bem?" - perguntei. "Claro" - respondeu-me um deles - "e já agora, bem vindo a Israel."

Cada vez que existe um atentado, toda a gente telefona a toda a gente. Os tempos têm sido calmos em Israel, pelo menos se compararmos com o início da II Intifada mas, nesta parte do mundo, a sensação de segurança é sempre relativa, a paz ilusória e tudo pode mudar num instante.

Existe algo de teimosamente imprevisível nesta parte do mundo, como se fosse uma terra realmente eleita para lembrar ao homem a fragilidade da sua própria condição. Quando pensamos que o destino está à beira de ser controlado, este escapa-se e tudo começa de novo. Quem esperaria que a entrada em coma de Ariel Sharon constituísse o princípio de um período que, com a vitória do Hamas nas eleições, corre o risco de deitar por terra todos os avanços dos últimos tempos?

N.Y. é israelita. Patriota. Por razões de segurança não pode dar o seu nome completo. Foi ajudante de campo de Sharon, em 1973, na Guerra de Yom Kippur e elemento importante nos serviços secretos israelitas. Define-se, orgulhosamente, como de "extrema-esquerda". Criticou sempre fortemente a política de ocupação em Gaza e na Cisjordânia (recusou mesmo servir nesses territórios), não se identificando com os colonos: "Afinal de contas, a única coisa que têm em comum comigo é a língua hebraica." Mas ser de extrema-esquerda em Israel tem pouco a ver com os esquerdismos europeus. N.Y. tem os olhos bem abertos em relação ao que o rodeia. "Não sou ingénuo" - diz-me - " eu sei muito bem que para assegurar a segurança de Israel certas medidas são necessárias." Em Portugal, quando se fala da barreira de segurança que Israel está a construir, fala-se em "muro da vergonha". N.Y. está consciente de que o muro ajuda drasticamente a reduzir o número de atentados e, embora não concorde com a sua delimitação em algumas zonas (o Supremo Tribunal israelita já interveio algumas vezes nesse sentido), diz que "o muro é essencial para a nossa sobrevivência."

"Mas, na Europa, fala-se muitas vezes em 'apartheid'", insisto.

N.Y. diz que essa acusação se baseia na ignorância e acrescenta: "no dia em que os europeus virem os seus autocarros a explodir regularmente, então eu dou-lhes o direito a terem uma opinião." Para N.Y., a vitória do Hamas (para a qual, segundo ele, o governo israelita acabou por contribuir ao discriminar Abbas), é algo de positivo para Israel: "talvez, agora, a comunidade internacional se comece a aperceber do que temos pela frente."

As opiniões de N.Y acabam por reflectir uma vaga de fundo da sociedade israelita. As eleições, por exemplo, não foram realmente eleições, mas sobretudo um referendo a uma separação permanente entre os dois povos. De facto, "separação" foi a palavra-chave nas eleições. E deu votos.

O burocrata primeiro-ministro Ehud Olmert prometeu que até 2010 as fronteiras de Israel ficarão estabelecidas e vai agora liderar um governo de coligação. Liberman, líder incontestado do Israel Beiteinu, que defende a transferência de cidades israelitas de maioria árabe para um futuro estado palestiniano, em troca de territórios na Cisjordânia, foi, também ele, recompensado nas urnas. E os partidos mais próximos do conceito de uma "grande Israel" - como o Likud ou a coligação União Nacional-Partido Religioso Nacional (que liderou o movimento contra a retirada de Gaza) – foram penalizados. Os israelitas, à esquerda e à direita, querem cada vez mais distância relativamente aos territórios palestinianos. O apoio popular ao "muro", com sondagens que revelam a vontade de ceder partes de Jerusalém aos palestinianos, assim como os resultados das eleições, confirmam esta tendência.

N.Y. fala com conhecimento de causa. Critica algumas políticas do

seu país mas não tem os olhos vendados relativamente ao inimigo (uma palavra que, em certos meios ocidentais, causa desconforto, por ser pouco "civilizada") que o quer destruir. Esta é uma diferença de fundo em relação a tantos europeus, por exemplo, que preferem acreditar que os palestinianos só querem um fim para o seu "sofrimento e humilhação" de forma a conseguir viver "em paz" com Israel. É como se sofressem de uma condição à qual os psicólogos chamam "egocentrismo cognitivo" - ou seja, a projecção da nossa própria mentalidade e expectativas nos outros. Como "eu" desejo a paz e quero resolver os diferendos de uma forma pacífica, logo "os outros" querem o mesmo que eu.

Esta lógica funciona bem numa sociedade civil onde a esmagadora maioria pensa da mesma forma, mas pode ser desastrosa quando é aplicada a sociedades de tendências autoritárias e dinâmicas culturais diferentes. José Sócrates, por exemplo, declarou esperar que o Hamas escolha naturalmente o caminho da paz e assuma uma "atitude responsável". Mas, para aqueles que conhecem as dinâmicas do islamismo, qualquer mudança do Hamas dificilmente será estrutural, mas sempre conjuntural - de modo, por exemplo, a recolher benefícios a curto prazo (como, por exemplo, evitar sanções). Mas aquilo que o "egocentrismo cognitivo" impede muitos de ver é que o Hamas será sempre o Hamas. A sua visão do mundo baseia-se em imperativos religiosos, a intolerância para com Israel nasce daí, e nenhum muçulmano seu apoiante pode aceitar o Estado de Israel no Médio Oriente. Até pode dizer o contrário, mas o dogma religioso persistirá sempre.

O Hamas será sempre o Hamas. A sua visão do mundo baseia-se em imperativos religiosos, a intolerância para com Israel nasce daí. Nenhum muçulmano seu apoiante pode aceitar o Estado de Israel no Médio Oriente. Pensar o contrário é um convite ao suicídio

Podem apresentar-se todas as razões possíveis para explicar a votação palestiniana no Hamas (e certamente que a corrupção das elites da Fatah ajudou a esse cenário), mas a verdade é que os seus objectivos finais – um estado palestiniano em toda a região e o desaparecimento de Israel – não constituiram um obstáculo a essa escolha no "Movimento de Resistência Islâmico".

Se a maior parte dos palestinianos querem "paz" e um "entendimento com Israel", não seria de esperar que o Hamas (não obstante ser uma "realidade mais complexa" do que um simples grupo terrorista, como Miguel Portas se apressou a declarar na rádio) fosse "naturalmente" declarado inválido como opção? Curiosamente, ou talvez não, uma sondagem conduzida em Março pela Universidade Hebraica de Jerusalém e por um Centro de Investigação de Ramallah, revelou que 59 por cento dos palestinianos acham que o Hamas não deve reconhecer Israel.

Mas o mais curioso de tudo isto é que estes grupos islamistas sabem quais são as "nossas expectativas" e agem em conformidade. O Hamas contratou mesmo especialistas em comunicação para lidar com os jornalistas ocidentais. Os seus apoiantes foram ensinados a cumprir certas regras: "Não digam que querem a destruição de Israel" (porque isso não é aceitável para a forma como os europeus ou americanos vêem o mundo) ou "falem sobretudo do sofrimento palestiniano" (um dos tópicos preferidos dos "media" ocidentais, não obstante o facto de, muitas vezes, esse sofrimento ter sido perpetuado pelo comportamento das elites palestinianas e árabes). Este é, sem dúvida, um golpe de génio: ir ao encontro da "visão do mundo" e dos bons sentimentos que imperam nas sociedades civis ocidentais.

Tive a oportunidade de ouvir, "off the record", o correspondente de um dos maiores jornais americanos contar a história de que, numa escola em Gaza, recebeu a seguinte resposta de uma "teenager", quando lhe perguntou o que queria ser quando fosse maior: "Eu, se não for uma bombista suicida, gostava de frequentar a Universidade." Rapidamente a professora interveio e mandou-a calar - "tu não lhes podes dizer essas coisas" –, pedindo desculpa pelo comportamento da aluna.

O jornalista decidiu não publicar esta história. Choca-nos, constitui uma anomalia para o nosso entendimento do mundo, preferimos não a escutar ou então justificá-la como o reflexo da "opressão", já que "ninguém pode pensar assim" (porque "eu" não penso assim), tem que haver uma explicação racional para esse comportamento (porque "eu" sou racional, logo os outros também o são). Deste modo, os factores religiosos (aos quais "eu" não dou importância) são secundarizados. O nosso "egocentrismo cognitivo" torna-nos cegos perante realidades que vão contra a nossa própria concepção do mundo.

A noite desceu sobre Jerusalém. Em casa, leio um comentário de Steven Spielberg na "Time" sobre o seu mais recente e controverso filme "Munique". Para o realizador "a única coisa que vai resolver este problema [conflito israelo-árabe] será o recurso à razão, todos sentados a falar até ficarmos roxos." A fórmula funciona se o nosso interlocutor for tão racional como nós e partilhar dos nossos objectivos. Mas se não o for? Nesse caso, como a história do século XX demonstrou vezes sem conta, estamos perante um convite ao suicídio. ●

Correspondentes de Guerra

COUVE-DE-BRUXELAS
HENRIQUE BURNAY EM BRUXELAS

A MÁ EQUAÇÃO

O horror à religião que se torna caricato e quase patológico, o medo dos turcos que criou um novo problema aparentemente irresolúvel – e outras más notícias europeias contadas em tom surpreendido por um português que aconselha mais vigilância

Fanáticos da tolerância. O primeiro e-mail, entalado entre convites para debates sobre o futuro do Médio Oriente, o futuro da China, o passado do Império Soviético e aulas de pilates no ginásio do Parlamento, dizia apenas: "em anexo enviamos um convite para a missa que é organizada todas as quarta-feiras". Antecipando problemas, acrescentava: "para os que não querem receber este tipo de e-mails, por favor notem que alguns de nós ficamos felizes por ter a oportunidade de começar o dia com uma oração. Por favor aceitem as nossas diferenças". O que eles foram fazer. Em poucas horas o correio interno do Parlamento Europeu transformou-se num local de batalha. "Queiram fazer o favor de produzir uma lista de funcionários que apreciam essas coisas das missas. Há gente, como eu, que é ateia." Outro, mais feroz, berrava: "retirem-me imediatamente desta lista". E havia mais, igualmente duros, sendo certo que este e-mail, como outros, só pode ser enviado para toda a gente ao mesmo tempo, ou apenas para quem já sabe o que vai acontecer. Não há alternativa. Por enquanto não há uma mailing list oficial de católicos, ateus ou muçulmanos; há, isso sim, o correio interno do Parlamento onde circulam convites, propostas e pedidos de e para tudo o que se possa imaginar: bilhetes de avião, móveis Ikea, conferências, reuniões de ministros.

Inspirado – ou instigado – entrei na guerra sugerindo que "se recebo diariamente centenas de e-mails que são lixo, consigo perfeitamente viver com um de natureza religiosa". Gasolina na fogueira. Claro que houve quem dissesse que sim, que cada um sabe de si e que um e-mail a convidar para a missa não viola nem ofende. Assim como houve quem reclamasse apenas do spam. Mas houve muita resposta enfurecida. Apesar da escolha ser difícil, a melhor é uma grega que começou por dizer: "era bom que fosse apenas lixo. No entanto, é mais do que isso, é uma falta de respeito pelo Direito Humano à liberdade de religião (incluindo não ter nenhuma). Nem todos nós somos católicos e no futuro haverá muçulmanos entre nós. Acho que devíamos ser um pouco mais vigilantes em relação aos nossos direitos e aos direitos dos fanáticos". A possibilidade de considerar que alguém informar alguém da ocorrência de uma missa não é exactamente fanatismo enfureceu a grega. "O que é que chamas a um convite para assistir à missa, endereçado a todo o Parlamento Europeu? Se não é propaganda religiosa fanática, só pode ser uma grosseira violação da liberdade individual."

Claro que nem toda a gente que aqui trabalha é assim, louca ou "vigilante". Óbvio que não. Mas que este lugar está cheio de gente desta, "perigosamente tolerante", está. Convém vigiá-los.

Não cabem. A eventualidade da adesão da Turquia criou um problema novo à União Europeia. Em rigor criou vários, mas um deles é maior que todos os outros: "onde é que isto vai parar, e quando é que isto vai parar?". Numa terminologia mais eloquente, quais são as fronteiras da União e como é que se diz "não entras" educadamente?

Até ao último alargamento, que fez entrar os oito países de Leste mais o Chipre e Malta, a tese era a de que cabiam todos os que cumprissem os chamados critérios de Copenhaga, conforme foram estabelecidos em 1993 e que declaram que podem aderir os Estados europeus que respeitem os valores comuns da UE. No essencial: democracia, Estado de Direito, respeito pelos Direitos Humanos e protecção das minorias, economia de mercado, e que tenham capacidade de adopção da legislação da União. Até 1 de Maio de 2004 foi assim. Desde então, com a perspectiva de adesão da Bulgária e da Roménia já em 2007 e com discussões abertas quanto à Turquia, a todos os Balcãs e à Ucrânia, o tom é outro. Sobretudo porque há uma tese generalizada que associa os "nãos" francês e holandês à rejeição deste último alargamento. E mais ainda à recusa da possibilidade de entrada dos turcos. Com medo, na UE fala-se agora de um outro critério: a capacidade de absorção: é preciso que a União seja capaz de absorver novos candidatos. Em particular alguns, como se imagina: os muito grandes, muito pobres e muito muçulmanos.

Para além do óbvio, do que isto diz sobre o medo, a incerteza e a falta de acordo sobre o futuro desta coisa, há aqui um dado especialmente relevante. O efeito de estabilizador da UE no continente europeu ao longo dos últimos anos teve muito – se não mesmo tudo – que ver com as promessas e perspectivas de adesão. Os países, os Estados, os regimes, faziam o que fosse necessário para poder aderir. Inviabilizada essa perspectiva, os países, os Estados, os regimes, têm menos interesse e muito mais poder negocial. E a União, sendo menos interessante, tem muito menos. Uma má equação. ●

Correspondentes de Guerra

HOLA MADRID!
NUNO GAROUPA EM MADRID

AMOR E ÓDIO ENTRE AS DIREITAS IBÉRICAS

As direitas da Península Ibérica têm chegado sempre tarde às grandes reformas económicas e sociais dos últimos trinta anos. Em Espanha como em Portugal, condenam-se ao fracasso. As esquerdas aproveitam o vazio e apropriam-se dos temas liberais

As direitas ibéricas (espanhola, portuguesa, catalã, e basca) têm três características bastante semelhantes. Em primeiro lugar, não são liberais no sentido económico quando têm a oportunidade de formar governo, bem pelo contrário. Historicamente corporativas, de forte tradição francesa, firmes defensoras da intervenção do Estado na economia em defesa daquilo a que chamam o interesse nacional (desde o velhinho argumento das indústrias nascentes à sua nova versão na defesa dos centros de decisão nacional), as direitas ibéricas no poder quanto muito tendem a ser "pró-big business", mas muito pouco pró-mercado. Em segundo lugar, as direitas ibéricas não são liberais na organização da sociedade. A influência católica e o pendor conservador dominam amplamente os respectivos partidos. Isso tem significado que as direitas ibéricas têm chegado tarde e sempre desconfiadas às grandes reformas sociais dos últimos trinta anos (divórcio, direitos da mulher, aborto, direitos dos homossexuais, direitos das minorias, etc.) deixando que a esquerda se aproprie desses temas e lhes chame questões fracturantes. Finalmente, as direitas ibéricas são nacionalistas quanto baste (desconfio mesmo que o eurocepticismo só não é mais pronunciado devido às generosas ajudas económicas recebidas da União Europeia). Não são portanto liberais quanto à organização do espaço geográfico em que se inserem.

Resulta pois curioso que sendo as várias direitas que existem em Espanha bastante semelhantes são incapazes de encontrar uma plataforma comum para governar. Obviamente tal deve-se ao nacionalismo subjacente aos diversos partidos da direita. Por outras palavras, aquilo que cada partido entende ser o interesse nacional do seu país (seja a Espanha, seja a Catalunha, seja o País Basco) pesa mais que qualquer semelhança nas políticas económicas ou sociais. Acaba pois por ser mais fácil negociar à esquerda do que dentro das próprias direitas.

Vem isto a propósito da aprovação do Estatut catalão. A posição favorável da direita catalã (CiU), da direita basca (PNV) e da direita canária (CC) não surpreende tendo em conta os seus objectivos independentistas ou soberanistas. Contudo, é irónico que para satisfazer os anseios de mais autonomia e menos Espanha, estejam dispostos a aprovar um estatuto (isto é, um texto constitucional) fortemente socialista onde impera a planificação governamental e o poder económico do Estado, os direitos adquiridos e se desconfia muito dos indivíduos e das suas decisões (faz lembrar a nossa Constituição).

Pelo estilo que adoptou e pela forma com que valorizou a questão territorial em detrimento dos aspectos económicos e sociais do Estatut, a direita espanhola (PP) tem um problema muito difícil para resolver. Mesmo que vença as próximas eleições e possa formar governo (coisa que duvido), não poderá alterar o Estatut pelo que terá de conviver com ele. Acrescem as dificuldades de evitar que as regiões onde governa venham a seguir o modelo do Estatut (como já prevê o próprio Estatut valenciano, mas também em Múrcia, nas Baleares, em Navarra, e em Castilla-León). E vai enfrentar fortes pressões na Galiza, na Andaluzia, nas Astúrias, na Cantabria, nas Canárias e em Aragão onde pretende vir a governar. Já para não falar naquilo que possa ser feito no País Basco para assegurar a paz e o fim definitivo da ETA, e a recente remodelação governamental de Zapatero só confirma que muito pode vir a ser feito. Suspeito mesmo que em breve haverá novidades na comunidade de Madrid (ao contrário do que dizia o impagável JAS no "Expresso" – naquilo que ele próprio considera um editorial clássico –, a Espanha tem 17 regiões autónomas e não 5).

O PP está para Constituição de 1978 como o PCP está para a nossa Constituição. Por defender a imobilidade acaba sempre vencido. A cegueira e a arrogância da maioria absoluta durante o segundo mandato de Aznar levou a direita espanhola a radicalizar-se no tema da reorganização territorial. Isolou-se e condenou-se ao fracasso. Não teve uma posição activa mas sempre reactiva. Não propõem uma alternativa (por exemplo, deveria ter participado na discussão do Estatut com uma proposta de texto alternativa ou poderia apresentar uma proposta de reforma constitucional). Limita-se a defender o modelo da Constituição de 1978 sem mudar uma vírgula.

A manutenção da actual estratégia puramente reactiva e uma eventual derrota nas próximas eleições gerais (ou pior, uma vitória com maioria relativa que lhe impeça a formação de um governo) pode levar o PP de volta a 1978 e deitar por terra o labor de Manuel Fraga. Isto é, não me surpreenderia que a direita espanhola volte a dividir-se em dois ou mais partidos como foi na 2a República e até 1989. Se a Aznar e à linha dura do PP (Acebes, Zaplana) não lhes preocupa o regresso ao poder, existem muitos que querem e em breve (Gallardón, Piqué, Camps, e até Rato). Todos eles fazem eco da necessidade de adoptar posturas mais inovadoras no tema da organização territorial. O próprio ABC faz-se eco destas posições tendo já sido acusado de traição pelos meios de comunicação afectos à ala dura do PP (nomeadamente a COPE). Pode ser que a direita federalista esteja à espera ao voltar da esquina. E talvez mais liberal. ●

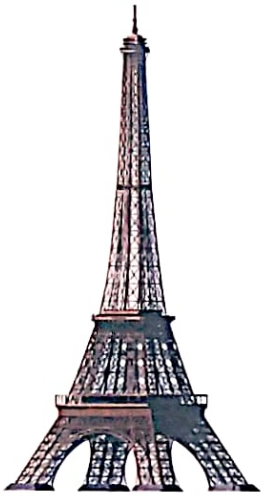
Correspondentes de Guerra

CARTAS DE PARIS
SUSANA NUNES EM PARIS

PSICODRAMA À LA FRANÇAISE

A decadência do modelo francês tornou-se uma evidência para os próprios franceses, com o falhanço do Contrato de Primeiro Emprego. O que está em causa é muito mais do que o princípio do fim do primeiro-ministro Dominique de Villepin

Abandonar o Contrato de Primeiro Emprego (CPE), não foi só um falhanço pessoal do primeiro-ministro francês, Dominique de Villepin. Abandonar uma medida – mesmo que discutível em vários aspectos, como era o caso – graças à pressão da rua, dos manifestantes e dos sindicatos é, não só um falhanço político, como um sério golpe nas instituições democráticas republicanas que a França desde sempre apresentou como sua imagem de marca internacional. Há décadas que Paris é refém das próprias ideias imobilistas necessárias à manutenção, a todo o custo, das suas ultrapassadas especificidades. É uma França orgulhosamente só perante o resto do mundo. E é o que se vê. Não se trata aqui apenas da evidente decadência de um país que já foi, de facto, um farol do mundo.
É muito mais importante do que isso.



A decadência da França vem de longe, o mundo inteiro já a tinha visto há muito tempo, mas os franceses começam só agora a vislumbrá-la. Não nego que a realidade possa ser dolorosa e difícil de aceitar. Portugal, que já deu mundos ao mundo, é neste momento, em termos de prestígio mundial, o que se sabe. E o que dizer, por exemplo, sobre a Grécia? Custa, mas do passado só reza a história. O valor de um povo, de um país, no mundo actual, mede-se por outras realidades e outros valores. Neste caso, falamos justamente de valores: Igualdade, Liberdade, Fraternidade. Bonitos lemas e bonitas utopias. Não há um pingo de igualdade em França; a fraternidade anda pelas ruas da amargura e quanto à liberdade recordo que, já neste século XXI, toda a sociedade democrática, incluindo a esquerda, foi forçada a apoiar Jacques Chirac nas últimas eleições presidenciais, a única solução de recurso para combater a subida estonteante de um extremista chamado Le Pen – o qual, sejamos justos, representa o que uma parte significativa dos franceses defende desde os anos quarenta.

A França não vive só de mitos. A França é "o" mito feito país. Quem vive de glórias passadas e virado para o seu próprio umbigo paga um preço alto: é irreformável. Foi isto que o CPE demonstrou. Não faltaram obviamente erros, e muitos, na apresentação de uma primeira medida provavelmente eficaz para combater o elevadíssimo índice de desemprego entre os jovens. Há décadas que nenhuma reforma social realmente significativa consegue ser aprovada em França. Nenhuma.
O Estado francês é proteccionista por tradição. Muitos compararam os últimos meses de protestos, manifestações e guerrilhas urbanas com a famosa revolução de Maio de 68. Nada mais errado. O mundo é outro e a realidade francesa também. Os jovens que há meses protestam nas ruas, bloqueando liceus e universidades, lutam contra o Estado, no sentido político do termo, mas apenas para obrigar esse mesmo Estado a ser o seu patrão.
A juventude sonha com um emprego estável e exige-o. Uma sondagem avançada em Março não podia ser mais clara: perto de 80 por cento dos jovens querem ser funcionários. Ou seja, sonham em trabalhar para o Estado. Na Função Pública. Sem riscos, com todas as garantias e protecções. Se é esta a modernidade, se é esta a energia criadora dos jovens futuros homens de amanhã, então algo está muito mal neste país. Mas a culpa, na verdade, não é deles. Foi isso que lhes foi ensinado. Foi isso que lhes foi desde sempre prometido.
"News flash": a França, sozinha, não vai a lado nenhum.A economia é global, mundial. O próprio clube de futebol da antiga cidade-luz, Paris Saint-Germain, acaba de ser comprado por uma multinacional americana: Foi a única forma de evitar a sua morte. A França que mexe é a que se liberta, que trabalha lado a lado com o resto do mundo. A França imobilista é a que protesta, escaqueira, barafusta porque trabalha pouco e, por isso, tem tempo para manifestos. É a França que transformou o liberalismo e a flexibilidade no lobo mau da história para crianças. É a França que não percebe que a riqueza só se cria se houver empresas fortes e competitivas. Muitos dos que já perceberam isto começaram a sair deste país imobilizado e imobilista.No último ano, mais de 260 mil jovens emigraram para a Grã-Bretanha. E perante isto, o que faz a classe política francesa? Manifestamente, pouco ou nada – e quando tenta fazer algo, perante o primeiro assomo de contestação, demite-se do seu papel. O mais popular ministro do governo de Villepin, Nicolas Sarkozy, tem razão quando diz que grandes mudanças e grandes reformas são indispensáveis. Mas, enquanto a França não acordar, nem Sarkozy poderá ir longe, perante o poder da rua e dos sindicatos. Afinal de contas, capitular é uma das mais conhecidas especificidades francesas. ●

Correspondentes de Guerra

LONDON CALLING
ANDRÉ AZEVEDO ALVES EM LONDRES

IDENTIDADE E PRIVACIDADE

A ameaça terrorista e a voracidade regulatória do actual governo trabalhista ameaçam acabar com uma das excepções históricas do Reino Unido, introduzindo a obrigatoriedade do bilhete de identidade nacional

As liberdades perdem-se facilmente – quase sempre através de pequenos passos justificados em nome de objectivos nobres – mas são muito difíceis de recuperar. Por mais estranho que possa parecer a todos quantos acreditam que esse é um elemento vital de qualquer Estado moderno para controlar os seus cidadãos, no Reino Unido não existe nenhum bilhete de identidade nacional. Desde 1952, altura em que foram abolidos os bilhetes de identidade, introduzidos durante a Segunda Guerra Mundial, toda a vida económica e social do Reino Unido se tem desenvolvido sem que os cidadãos sejam obrigados a registar os seus dados junto do governo para obter esse elemento de identificação "oficial". O Reino Unido tem desta forma fornecido, ao longo das últimas décadas, um excelente exemplo concreto de como um bilhete de identidade nacional e obrigatório (considerado imprescindível na generalidade da Europa continental) está na verdade longe de ser uma peça essencial para o funcionamento de uma sociedade contemporânea e de uma economia avançada.

Infelizmente, a conjugação das ameaças da imigração ilegal e do terrorismo com a voracidade regulatória do actual governo trabalhista ameaçam acabar com esta excepção, condenando os cidadãos britânicos aos mesmos níveis de violação da privacidade que os seus congéneres continentais. A Câmara dos Lordes britânica, frustrando em larga medida as esperanças nela depositadas pelos opositores da proposta, acabou por aprovar a criação de um bilhete nacional de identidade no Reino Unido. Depois de ter visto as suas anteriores propostas serem sucessivamente reprovadas, o governo trabalhista acabou por conseguir fazer aprovar em ambas as Câmaras uma versão de compromisso que remete a sua obrigatoriedade para 2010, coincidindo com a data esperada para as próximas legislativas. A recolha de dados biométricos terá no entanto início antes dessa data, com o objectivo de começar a construir a base de dados nacional que servirá de suporte ao sistema quando a obrigatoriedade vigorar.

Acresce que o sistema que os trabalhistas desejam implementar vai ainda mais longe na recolha e centralização de dados do que os existentes actualmente noutros países europeus. Para além de registar e atribuir um número a cada cidadão, o NIR (National Identity Register) armazenará de forma centralizada e numa base única, dados biométricos e informação sobre cada indivíduo relativa a dezenas de categorias recolhidas de todas as fontes oficiais disponíveis. Ao manter, simultaneamente, um registo histórico das alterações na base de dados, será possível ao governo (e a quem quer que tenha acesso à base de dados) ficar com informação abrangente e detalhada sobre a vida, presente e passada, de cada cidadão.

Como seria de esperar, o ministro da Administração Interna, Charles Clarke, defendeu a medida argumentando que a mesma terá custos reduzidos e proporcionará um eficaz meio de combater a imigração ilegal, a fraude, o crime organizado e o terrorismo. A verdade é que a imposição de bilhetes de identidade obrigatórios constitui uma violação da privacidade que em pouco ou nada contribuirá para os objectivos anunciados. Os imigrantes ilegais já entram actualmente no Reino Unido com documentos falsos e continuarão a fazê-lo, com a única diferença de que, uma vez obtido um bilhete de identidade "oficial", será muito mais difícil identificar as situações de ilegalidade. O mesmo se aplica a situações de fraude, ao crime organizado e aos terroristas, que terão um forte incentivo a subverter o sistema. Aliás, em qualquer das situações, um sistema centralizado e compulsivo, dado o seu carácter "oficial" e universal, provavelmente aumenta os riscos de insegurança, já que, uma vez subvertido, o criminoso fica numa situação mais privilegiada.

É provável que nenhuma destas objecções venha a ter, em última instância, força suficiente para impedir o governo inglês de prosseguir os seus intentos. Ainda que, honra lhe seja feita, o ministro sombra da Administração Interna, David Davis, tenha manifestado a intenção de um futuro governo conservador anular imediatamente a medida, é bem possível que o bilhete de identidade obrigatório acabe mesmo por avançar, impulsionado por ameaças latentes como o terrorismo. Passo a passo, sempre em nome da segurança e das boas intenções, o Reino Unido corre assim o sério risco de ficar um pouco mais próximo de uma distopia orwelliana.

Ainda assim, é de salientar o apego às liberdades de largos segmentos da sociedade britânica, bem expresso na forte oposição à medida vinda dos mais diversos quadrantes sociais e políticos. Em Portugal, infelizmente, nenhuma destas questões constitui sequer um problema para a maioria da opinião pública. Em nome da "modernização" da Administração Pública, passaremos a ter um cartão único (ainda que, pelo menos formalmente, sem um número único) e o combate à criminalidade servirá provavelmente como justificação para a implementação de uma base de dados genética extensível a todos os cidadãos. Incapazes de confrontar as causas reais dos problemas com que nos deparamos e sempre dispostos a ceder liberdade em troca da promessa de segurança acabaremos, fazendo juz ao pensamento de Benjamin Franklin, por perder ambas. ●

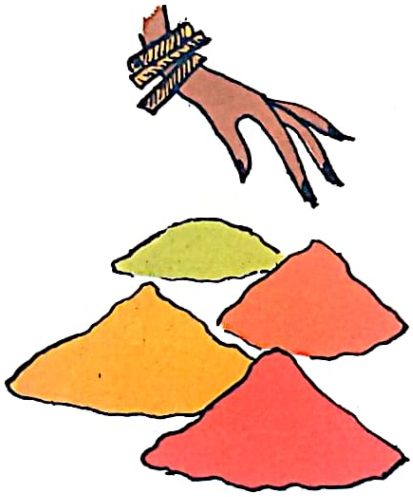
Correspondentes de Guerra

PASSAGEM PARA A ÍNDIA
CONSTANTINO XAVIER EM NOVA DELI

MUITA CONFIANÇA

Não se deve conceber a Índia simplesmente como um natural aliado democrático e amigo do Ocidente. Nova Deli namora ao mesmo tempo Washington, Moscovo, Teerão e Pequim. A estratégia é a longo prazo. Como se costuma dizer, tudo é verdade, e o contrário também

Rajiv é filho de um casal que emigrou dos famintos planaltos indostânicos para os subúrbios de Nova Deli. Na cidade, o ganha-pão da família dependia das pernas do pai, paquete numa repartição pública, e das mãos da mãe, empregada de limpeza. Um dia, ao voltar da escola, Rajiv viu numa papelaria o livro "Teach yourself English in seven days". Hesitou, mas confiou no dono, que lhe disse que bastavam 900 palavras para dominar a língua. Afinal, pensou, a um ritmo de aprendizagem de 30 palavras novas por dia, seria daqui a três meses fluente na língua de todos os sonhos. Hoje Rajiv é engenheiro informático na Califórnia, vive num apartamento à beira-mar, e tem três televisões, dois frigoríficos, um carro e uma mota.



São estes os minúsculos épicos que movimentam a sociedade indiana contemporânea. Povoam a imaginação das gerações mais novas que acreditam ter chegado um momento e uma oportunidade histórica, enquanto indivíduos e para o país em geral. A confiança que Rajiv depositou no enganador título do livro, bem como a sua fé no cliché do dono da papelaria, pode parecer infantil, mas é o principal segredo da emergência indiana. Ao contrário da imagem tradicionalista e conservadora da Índia, o país testemunha actualmente uma mobilidade social e económica sem precedentes. Basta sonhar e trabalhar. Confiando.

E é o que leva, por exemplo, milhares de jovens a candidatarem-se, sem hesitar, a concursos para empregos, cursos ou bolsas de estudo que têm por vezes uma única vaga. Não há cartuchos a desperdiçar, mas também não há tempo para os contar. É preciso confiar e apostar. É por isso que a retórica conservadora dos Fóruns Sociais não encontra terreno fértil na Índia. Aqui ninguém quer conjugar o verbo "proteger". Há todo um mundo à espera de ser conquistado.

É na economia que esta confiança mais se espelha. Segundo uma sondagem da ACNielsen a Índia apresenta os consumidores mais confiantes entre 42 países. 93% dos entrevistados classificam as perspectivas de emprego nos próximos doze meses de excelentes ou boas, e 87% descrevem de forma igual o estado das suas finanças pessoais. E enquanto que a nível mundial a média de entrevistados dispostos a investir na bolsa se fica pelos 25%, quase metade dos indianos mostra-se disposta a apostar no mercado accionista.

A confiança indiana alarga-se ao plano internacional. Mesmo com o Paquistão rival e nuclear logo ao lado, nem um único entrevistado classificou a possibilidade de uma guerra como preocupante, e 17% afirmam mesmo não ter qualquer preocupação (contra a média global de 10%). A atitude positiva e os primeiros lugares para a Índia repetem-se em temas como a militarização chinesa, a globalização ou a abertura à economia de mercado.

Há, claro, limitações importantes a apontar a este panorama confiante. As sondagens tendem a entrevistar a ainda minoritária classe média urbana e a ignorar os mais de 250 milhões de indianos que vivem abaixo do limiar da pobreza. Mas seria redutor justificar a confiança indiana como um mero entusiasmo momentâneo pelas reformas económicas que atravessam o país de Norte a Sul desde inícios dos anos noventa.

Há algo de mais profundo e estrutural que explica esta confiança. Por exemplo, a crença muito expandida de que a Índia é o berço de uma das grandes civilizações mundiais, mas que nunca lhe foi dada a oportunidade de se afirmar como tal. Invadida por sucessivas dinastias islâmicas, ocupada pelo colonialismo europeu e depois contida e isolada pela Guerra Fria, é agora uma Índia emergente, independente e poderosa que alimenta o imaginário nacional.

É daí que advém também o agudo sentimento de superioridade indiano. Por mais que o país simbolize pobreza crónica e desigualdades, a sua psicologia concebe uma Índia líder, velando pela ordem, paz e segurança internacional. Esta tradição tem origens históricas no conceito de "Chakravarti", o tipo clássico de governante hindu devoto à estabilidade e que protege a sociedade e o mundo do caos e da anarquia. A própria constituição espelha esta tendência, recorrendo aos verbos paternalistas "promover", "tutelar" e "encorajar" para descrever as responsabilidades internacionais do país.

É portanto precoce conceber a Índia simplesmente como um natural aliado democrático e amigo do Ocidente. É preciso compreender que a sua recente esquizofrenia diplomática encarna uma estratégia a longo prazo. Nova Deli procura reunir na sua manga o maior número de cartas possíveis, mesmo de forma contraditória e incoerente, namorando ao mesmo tempo Washington, Moscovo, Teerão e Pequim, e não abdicando de representar "a voz do Sul".

Para a Índia e os indianos, os novos templos do consumo e as novas oportunidades internacionais não substituem os pagodes e as crenças do passado. Confia-se que tudo é compatível. Porque, como aqui gostam de dizer com orgulho, na Índia tudo é verdade, e o contrário também. ●

Correspondentes de Guerra

CAPUT MUNDI
DO NOSSO AGENTE EM WASHINGTON

ENTRE MS. PARKS E MS. MCKINNEY

Aqui se constata como é ilimitada a imaginação dos políticos. Nos Estados Unidos, a questão racial é mais do que justa mas já deu lugar a exageros perfeitamente escusados. Como é o caso paradigmático da congressista McKinney e dos seus advogados

Sexta-feira em Adams Morgan, uma espécie de Bairro Alto aqui do Distrito. Há um século, o lugar era perfeito para uma pintura de Holmer: campos de pastagens com um ribeiro a passar-lhe aos pés. Mas há um século também, T Rex, Presidente de grandes dentes e um desejo voraz por novos territórios, começou a expandir o império para as Filipinas, e esta provinciana cidade foi-se transformando em capital do mundo. Hoje, Adams Morgan é um caldeirão onde se misturam fachadas vitorianas com as cores garridas das etnicidades africana e asiática. Um lugar onde todos passamos despercebidos, perfeito para um jantar entre gente com a nossa profissão.

Foi durante o repasto que fiquei a saber que um dos estados do sul — não digo qual para não embaraçar quem lá mora — se revelou contra a decisão do Congresso em "dar direito de voto aos negros", lá nos idos de 1960 e qualquer coisa, fazendo aprovar uma lei onde admitia que toda a gente teria direito a votar, sim senhor, se a) soubesse ler e escrever; e b) provasse que já os antepassados de duas gerações também eram literatos.

Depois de me ter rido a pensar quão ilimitada é a imaginação dos políticos, deu-me para pensar no que os negros ou afro-americanos têm passado desde que os portugueses trouxeram os primeiros há 400 anos. Não demorei muito a partilhar com os convivas que o melhor era mesmo nem pensar no assunto e passar à segunda rodada. Mas isso é impossível nesta cidade onde mais de 70% dos habitantes não é branca nem hispânica nem asiática.

Lá seguiu a conversa com os seis candidatos a mayor de Washington para as eleições de 12 de Setembro próximo: não há, na corrida, um ex-inglês ou ex-mexicano, ou mesmo ex-polaco para amostra. É tudo afro-americano. (Entre os quais o senhor Fenty, que, outro dia, à porta do Whole Foods na rua P, me apertou a mão e sorriu para mim por milésimos de segundos, exactamente o tempo que demorou a perceber que estou registado como eleitor em Currais Novos, Trás-os-Montes; depois passou à frente, numa toada diria que ofensiva para a nobre gente daquela província portuguesa). E tal como dominam a capital do país, os afro-americanos governam outras mega-cidades, como Chicago, e milhares de condados por todo a grande nação americana. São também artistas de renome, chefes de polícia, gestores de empresas públicas, administradores de postos de correio, e até, como não podemos deixar de saber, conduzem ferreamente a mais contorcionista política externa do mundo desde Theodore Roosevelt. Um feito fabuloso, tendo em conta o passado recente e os preconceitos ainda presentes.

Quando puseram o corpo de Rosa Parks na rotunda do Capitólio, só descansei enquanto uma cunha me deu vantagem na fila quilométrica que se formou entre os que queriam prestar homenagem. Ela ali sozinha, no autocarro, a enfrentar insultos, e depois os rednecks da Policia do Alabama — isso é que é obra. Estava eu com este discurso todo engalanado, todo "star spangled banner" quando alguém não-branco me interrompeu: "Depois há aqueles que estragam tudo, embora digam combater pelos nossos direitos. Não, não estou a lembrar-me do reverendo Al Sharpton. Estou a referir-me à congressista McKinney! Olhem para aquilo" - e apontou para a televisão.

A história da congressista Cynthia McKinney (Democrata da Geórgia) é deveras interessante, mas primeiro é preciso percebermos que no Capitólio se vive em estado de alerta permanente desde aquele Setembro. Tenho a certeza do que digo porque o meu telemóvel recebe todas os sms que chegam de um qualquer centro de segurança. Semana sim semana não, bip "alert_7689@ alert.house.gov. Evacuate immediatly." Mensagem geralmente seguida de outras. "The Capitol drilll evacuation is concluded." Mas algumas vezes o caso é sério: "Office Building was evacuated due to Hazardous Substance Alarm." Outras vezes, coisas mais comezinhas: "The alarm was due to what appears to be a heat sensor and has been reset". Os milhares dos trabalhadores do Congresso andam numa lufa-lufa escadas abaixo, escadas acima, coração sempre aos pulos.

É neste ambiente de insegurança que tem lugar a história da senhora McKinney. Os congressistas são os únicos que podem passar ao lado dos detectores de metais. Para isso, precisam de ser reconhecidos pela Policia do Capitólio, o que não é difícil porque passam ali todos os dias e porque usam um pin especial. Acontece que a congressista McKinney mudou de penteado (agora 100% afro-jamaicano, o que lhe tira dez dos seus 52 anos), e não usava o pin quando passou ao lado da segurança. O Polícia pegou-lhe no braço para a identificar e ela vai de lhe dar com o telemóvel. Até aqui tudo normal. Mas a congressista McKinney mandou convocar uma conferência de imprensa, exactamente o que estava a dar na TV. Rodeada por jovens e adultos (negros) com cartazes; o actor Dennis Glover e o cantor Henry Belafonte (negros); dois advogados (um negro e um branco). A congressista disse, entre outras pérolas da retórica Panteras Negras: "O que me aconteceu, aconteceu a mim, BLACK congresswoman" (sublinhados dela). "Se eu mandasse a senhora ia direitinha para Guantánamo por estar a incitar ao ódio racial", disse um dos convivas depois de alguns "cosmopolitan" a mais. O rapaz que tinha trazido a história para mesa tinha outra sugestão, no entanto: "Deixem-na ficar na Geórgia – aquilo é o inferno". ●

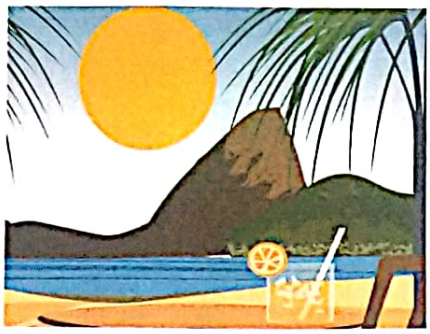
Correspondentes de Guerra

BRASIL 40 GRAUS
JOÃO LUIZ NEVES NO RIO DE JANEIRO

CONSIDERAÇÕES TEMPESTIVAS

O nosso correspondente dá uma volta pelos ares, desde a falência de uma das principais companhias aéreas do país até ao astronauta brasileiro de Bauru, passando por Evo Morales e outras desgraças naturais. Só lendo

Portugueses com mais de 50 anos lembrar-se-ão, ainda que vagamente, da Panair do Brasil, companhia aérea brasileira que faliu em 1965. Resultado: cinco mil trabalhadores na rua. A Panam, ícone do capitalismo norte-americano por muitas décadas, também foi aos ares em 1991, deixando uma dívida de 2,6 mil milhões de dólares; a TWA idem; a Swissair idem, etc. A Varig trilha a mesma rota turbulenta: deixará nove mil órfãos a ver navios e uma dívida de aproximadamente 3 bilhões de dólares. Convenhamos, viajar era um luxo. A comida, as bebidas, até charuto se fumava! A inesquecível despedida do casalzinho Bogard-Bergman dando tchauzinho na escada do avião em Casablanca é de se lhes tirar o chapéu...



Hoje, o astronauta brasileiro de Bauru – interior do Estado de São Paulo –, um híbrido de índio, de branco e de norte-americano, ocupa a telinha das tevês carregando a bandeira nacional por onde quer que vá. Culturas antigas não ostentam suas bandeiras. É uma questão de recato. O novo mundo pós-Descobrimentos precisa afirmar sua identidade a todo o momento: precisa fazer história. E em 1969, Amstrong finca a American flag com toda a força em solo lunar!

Mudam-se os tempos, mudam-se as vontades,/Muda-se o ser, muda-se a confiança;/Todo o mundo é composto de mudança,/Tomando sempre novas qualidades. Ora, se o poeta-mor da língua é assim complacente, porque não sê-lo também? Há uma óbvia inelutabilidade nos processos históricos. Viajar hoje de avião é quase tão banal como viajar de trem; e no Orkut já tem até a comunidade "Pela banalização du champagne".

Já que não houve a tomada de poder pelo proletariado, a sociedade se proletariza a cada dia: Lula e Evo Morales que o digam. Porque Fidel Castro (advogado culto) e Chávez (militar tradicional) não o são. Quem sabe, talvez seja neste saco de gatos que repouse alguma beleza deste início de século XXI. Se a república foi um desalento para a realeza e a aristocracia, a pasteurização da vida, via indústria cultural, é um fato igualmente desalentador para burgueses intelectualmente polidos. Mas como não somos saudosistas – afinal, a maioria são filhos do rock – que tal encarar um rap do Harlem ou um funk bahiano da bundinha na garrafa?

(Para quem não sabe, na dança da garrafa, a garota vinha rebolando, rebolando e descendo devagarinho até a boquinha da garrafa... uuiii, era um escândalo! Ah, os príncipes europeus curtem assistir a isso.)

Voltando a Evo Morales: a qualquer hora – tal qual pesadelo de Março de 1975 quando o governo português era dirigido por generais e se inicia a estatização de indústrias e bancos, seguidas de ocupações de terra – é esperada a nacionalização das reservas de gás natural da Bolívia. Afinal, esse foi o mote para a queda de Gonzalo Sánchez de Lozada, que na época tentava aprovar a exportação de gás para os EUA. Assumiu Carlos Mesa que, por pressão popular liderada pelo "cocaleiro" Morales,teve de aumentar os royalties e os impostos. A brasileira Petrobras controla cerca de 45% dos campos de gás e possui as duas maiores refinarias naquele país. O ministro boliviano de Hidrocarburetos, Andrés Soltz, é enfático: "A direcção, propriedade do gás natural, os preços e a comercialização estão nas mãos dos bolivianos". A Petrobras continua confiante no bom senso de Evo, mas para os quéchuas e aymaras (claro, todos conhecem) a Petrobras se iguala – o que é verdade – à Exxon e à Shell, informa Miriam Leitão, n'O Globo.

Deixando de lado as desgraças desta América Latina, vamos dar uma espiada nas informações contidas no editorial da última edição da revista brasileira Diplomacia & Negócios (www.diplomaciaenegocios.com.br): desde 1960, 35 novas doenças infecciosas foram catalogadas; a malária é responsável por 2,7 milhões de mortes por ano; a cada 30 segundos uma criança morre de malária; 193 pessoas foram contaminadas e 94 morreram de gripe aviária; a Sida corre solta; desde Janeiro, uma nova doença, a Chikungunya (leia de novo), infectou 170 mil pessoas. Segundo Ahmed Djoghlaf, funcionário internacional do alto escalão da ONU e secretário-executivo da Convenção sobre Diversidade Biológica–CDB, "as mudanças perpetradas nos ecossistemas também aumentaram a severidade das inundações e de outras catástrofes naturais, algumas induzidos por nós mesmos". Nos anos 50, houve seis grandes inundações; nos 90, foram 26, afectando 150 milhões de pessoas. Em 2004, 88 mil pessoas morreram em consequência de catástrofes naturais. Desde 1980, "mais de dez mil eventos climáticos extremos levaram à morte de mais de 500 mil pessoas".

Por essas e outras é que estamos mandando os nossos autóctones para o espaço. A coisa aqui está ficando preta, pessoal! Andam até falando em bombardear a Lua para tentar achar água. É a lógica darwinista da sobrevivência dos mais adaptados.

Da mesma forma que os gringos vêm para a Amazónia catalogar e levar nossa biodiversidade, transformando posteriormente em remédios pelos laboratórios farmacêuticos transnacionais e cobrando dos selvagens preços altíssimos, em um par de décadas a água da Lua – ou de Marte –, vai ser engarrafada e vendida neste mundão proletarizado, banalizado ou, talvez melhor, dominado por uma elite de super-direita, exclusivíssima. Nesse mundo, champagne ainda haverá! ●

Figuras de Estilo

POR FRANCISCO MENDES DA SILVA

ADAM BELLOW
O PEQUENO SAUL

Em Março de 2004, enquanto Kofi Annan enfrentava feroz escrutínio público a propósito do envolvimento do filho Koji nos dividendos do Programa "Petróleo Por Alimentos", Alexander Waugh assinava artigo no "Daily Telegraph" em que tentava a defesa do secretário-geral das Nações Unidas. Perante a comoção generalizada, que envolveu diversos pedidos de demissão, não era o mais provável ou sensato dos desideratos. E o método, esse, não era também o mais ortodoxo. Waugh dizia compreender Annan por a sua alegada atitude de favorecimento não ser mais do que uma manifestação do desejo natural e irreprimível, comum a todo o ser humano, de transmitir conhecimento, propriedade e autoridade às gerações sanguíneas que lhe sucedem. É nesse instinto básico, sustentava, que residem os alicerces de todas as grandes civilizações. O argumento não é original e, ao longo do artigo, o autor reconhece a fonte da inspiração: "In Praise of Nepotism", o livro que Adam Bellow publicou em 2003. Citação óbvia. Waugh e Bellow estão juntos na mesma sina e ambos carregam em ombros o peso dos apelidos, símbolo de superioridade literária e desvio da norma. O primeiro é bisneto de Arthur, neto de Evelyn e filho de Auberon; o segundo é filho de Saul.

"In Praise of Nepotism" é um objecto extravagante. Pelo tema, pela tese e pelo autor. No estado actual das ciências humanas (em que não há comportamento, por mais minoritário, que não seja objecto de estudo exaustivo), estranha-se a ausência de literatura séria e aturada sobre o nepotismo, essa forma milenar de favoritismo, o acto egoísta do indivíduo que se esforça por conferir um benefício a um familiar, ou, mais genericamente, a preferência atribuída às relações de parentesco quando – nas empresas, na política, na edição literária e em todas as áreas da actividade humana – a opinião politicamente correcta é a de que a livre concorrência e o mérito devem prevalecer. Adam Bellow, a quem a própria circunstância pessoal proporcionou a investigação empírica necessária, ocupa-se do assunto, e não pelo ângulo mais fácil. Defende o nepotismo como uma relação profundamente moral, pela qual se opera a transmissão dos valores culturais e sociais entre gerações e na qual assenta o próprio sistema capitalista (a preocupação com o bem-estar da descendência, alega, é um dos maiores incentivos à inovação e à criação de riqueza); exemplifica – para deleite dos cínicos – com a organização tenazmente hierárquica, patriarcal, pré-moderna e pré-estatal da máfia (o "ultimate family business"); e, em geral, fala da família como agente subversivo e do princípio dinástico como um correctivo para a tendência extrema da meritocracia ("An elite that regards itself as fit to rule by virtue of its «merit» owes no gratitude or deference to anyone. It has no «ethical tie» to the mass of ordinary people and is therefore unresponsive to their needs"). "In Praise of Nepotism" é um livro notável de investigação, elegância estilística e, acima de tudo, de originalidade e desafio intelectual.

Não admira. Por muito que a coisa possa parecer obra de um admirador de Pat Buchanan, Adam Bellow não é propriamente um apóstolo *redneck* da *Bible Belt*. Conforme a linhagem permite supor, a sua formação foi a de todos os esquerdistas devidamente encartados e com o pedigree do *upper west side* nova-iorquino: nos mais exclusivos colégios privados, acompanhada da prole de outros escritores, músicos, actores e negociadores de arte, em marcha permanente contra a guerra e a fumar charros no Central Park. Segundo o próprio Bellow, em artigo elucidativo na *New York Magazine* de Setembro de 2004, "politics was everywhere, but in a sense there were no politics, because everyone I knew agreed on everything".

Foi a percepção da natureza atrofiante e conformada deste ambiente que fez Adam ponderar se a discussão em torno das grandes questões estaria, de facto, fechada ou se não estaria aquela "contracultura" orgulhosa a transformar-se na mais rígida e intolerante das ortodoxias. Ponderação a que a vida tratou de dar resposta.

Bellow fala do seu primeiro emprego como a primeira epifania. Saído da universidade, entra na redacção do *New York Daily News*, jornal de forte implantação nas comunidades irlandesa, italiana e da Europa de Leste, com previsível inclinação conservadora – "o jornal do Archie Bunker", como se lhe gosta de referir. Para um progressista empertigado, a experiência significava perceber a humanidade crua das pessoas normais e reconhecer os preconceitos classistas por detrás da cartilha "liberal". O processo de desintoxicação continuou durante a era Reagan, com Adam a partilhar o anti-comunismo do Presidente e a deplorar o excesso dos vitupérios que lhe eram dirigidos, tendo culminado, em 1987, quando Allan Bloom publicou o clássico *The Closing of The American Mind*. O ataque que este dedica ao relativismo cultural e a sua defesa dos Grandes Livros provocaram reacção desmesurada e insultos vários à volta da santíssima trindade: racismo, sexismo, elitismo. Adam, que tinha em Bloom um antigo professor e um amigo próximo do pai, impressionou-se decisivamente com a desonestidade da maioria das críticas e assumiu a partir desse momento a ruptura com o seu passado intelectual.

Adam Bellow é hoje um consagrado editor da intelligentsia conservadora americana, de Kristol a Horowitz, de David Frum a Jonah Goldberg, ainda que igualmente um crítico frequente da Administração Bush. O que confirma o padrão. Gente livre também tem amigos, cumplicidades e lealdades grupais. Mas não alinha em tribalismos paroquianos. E a esquerda americana, arregimentada em torno de documentaristas sem escrúpulos e editorialistas ressentidos, insensível ao mundo que existe para além da Ivy League e da Greenwich Village, é cada vez menos um rebanho recomendável.

Gostos

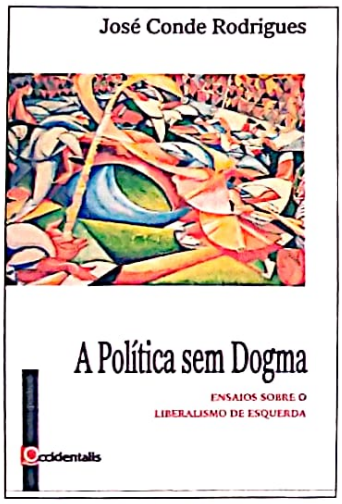
LIVROS | FILMES | DVD | DISCOS | ARTES PLÁSTICAS

Livros

A QUE LUGAR PERTENCE O LIBERALISMO?

"A Política sem Dogma"

José Conde Rodrigues, Editora Occidentalis, 2006



Aparentemente, em Portugal, o liberalismo veio para ficar. Há uns tempos, não muito longínquos, à excepção de umas almas estrangeiradas, quase todos exprimiam um grande cepticismo em relação às doutrinas liberais. Hoje, já se pode defender ideias liberais sem se correr o risco de sofrer graves acusações. A agitação das águas dos últimos dois anos tem produzido alguns bons resultados. Cada vez há mais pessoas a pensar e a discutir com seriedade e uma salutar irreverência as ideias liberais. Assiste-se mesmo a um debate muito interessante entre a esquerda e a direita sobre o lugar a que pertence o liberalismo.

Esta contenda está obviamente associada a outras discussões, no interior das duas posições políticas, entre os respectivos liberais e os respectivos não-liberais. Os debates são assim paralelos e complementares. Para uma país habituado a demasiados consensos intelectuais a multiplicação das divergências e do pluralismo intelectual não deixa de ser salutar.

É no contexto destes debates que se deve analisar o livro de Conde Rodrigues. O autor é muito claro em relação ao seu posicionamento. Logo no início, admite que as suas referências são o "liberalismo político, clássico, numa moderna economia social de mercado" (p.22). O autor prossegue dois objectivos. Por um lado, convencer aqueles que estão à esquerda dos méritos do liberalismo. Em Portugal, não é tarefa fácil mas, precisamente por isso, devemos admirar a coragem do autor.

O livro combate os "velhos dogmas da esquerda" e defende uma visão mais aberta e tolerante das "ideias socialistas" (p.21). O autor reconhece que as profundas mudanças históricas provocadas pelo fim da Guerra Fria obrigam a esquerda ocidental a refundar-se e revê-se na "revolução" doutrinal do "New Labour". No plano conceptual, os argumentos estão muito bem articulados, e nota-se uma grande familiaridade e domínio da literatura. A grande questão é saber se no plano político convence os mais céptico, ou "dogmáticos", da área socialista. No entanto, para as gerações mais novas, que sentem a necessidade de uma reformulação doutrinal, o livro desempenha uma função pedagógica essencial. Além do mais, um programa de reformas de um governo deve ser acompanhado por elaborações e explicações mais ideológicas dirigidas ao grande público. A legitimidade política, em tempos de crise e de mudança, ganha-se em grande medida através de debates públicos. Neste sentido, o livro tem um papel político importante.

O segundo objectivo do livro é impedir que a direita se aproprie, inteiramente, da herança liberal. Também aqui a missão não é fácil; e as dificuldades resultam precisamente do anti-liberalismo tradicional de grande parte da esquerda portuguesa. É esta oposição ao liberalismo que facilita o desenvolvimento de um rumo liberal por parte de alguns que estão à direita das esquerdas. As dificuldades comuns à esquerda liberal e à direita liberal obrigam a levantar uma questão: quais são as divergências entre as duas posições? Há uma diferença que se nota imediatamente. O caminho que se percorreu para se chegar ao liberalismo foi diferente. À esquerda, a viragem liberal é o resultado de uma reacção contra os fracassos históricos do socialismo, revelados pelo fim da Guerra Fria. Caminhou-se da esquerda para o liberalismo. No caso de muitos liberais de direita, chegaram à direita porque começaram no liberalismo. O liberalismo nunca foi uma segunda alternativa, mas a primeira escolha. Só restava encontrar a família política mais receptiva às ideias liberais. Para as gerações que atingiram a maioridade política durante as décadas de 1980 e de 1990, no contexto da vitória do Ocidente sobre o socialismo soviético, a direita foi o local mais convidativo ao liberalismo. Os exemplos destes percursos intelectuais demons-

tram que a grande diferença entre o liberalismo de esquerda e o liberalismo de direita é a posição em relação ao socialismo. Os primeiros rejeitam algumas doutrinas socialistas mas não pretendem abandonar o socialismo; os segundos consideram que o socialismo tout court é o problema e não parte da solução. Para os liberais de esquerda há aqui o problema clássico da quadratura do círculo: como usar o liberalismo para salvar o socialismo sem se deixar de ser socialista.

Em termos substanciais, é difícil entender as divergências doutrinais entre os liberais de direita e de esquerda. Seria possível dar vários exemplos do livro onde qualquer liberal de direita se revê. Além disso, as referências intelectuais, desde Hume, Adam Smith a Tocqueville, passando por Hayek, Aron e Berlin, são as mesmas da direita liberal. Este consenso entre os dois campos levanta a seguinte questão: não serão os liberais de direita e de esquerda, principalmente em Portugal, onde há fortes oposições anti-liberais nas duas famílias políticas, aliados naturais em certos combates? Parece-me que sim, quer no plano político, quer no plano intelectual.

Há um ponto onde o livro me parece mais desiquilibrado. Para convencer a esquerda e se distanciar da direita, o autor recorre a um adversário, o inevitável "neoliberalismo", cuja definição me parece excessivamente simplista. No entanto, subjacente a esta definição mais descuidada, julgo que se nota uma outra diferença muito importante entre o liberalismo de esquerda e de direita: a posição em relação ao capitalismo. Nota-se, aqui e ali, no livro, a velha (senão mesmo dogmática) desconfiança em relação ao capitalismo, o que não acontece entre a direita liberal. Esta diferença leva a outras divergências mais profundas, no âmbito da interpretação histórica. Por um lado, o papel do capitalismo na conquista das liberdades individuais é considerado como crucial à direita e desvalorizado à esquerda. Por outro lado, para os liberais de direita, o capitalismo tem igualmente um papel vital na emergência do espírito republicano, justamente elogiado pelo autor. Após o Renascimento, a ideia de "res publica ou cives" foi recuperada durante o Iluminismo pela tradição do republicanismo comercial, cujas figuras centrais são precisamente Montesquieu, David Hume e Adam Smith. Há um momento, numa pequena nota, que o autor se aproxima desta leitura histórica. Quando afirma, a propósito de Adam Smith, que "embora normalmente conotado com a teoria económica foi, essencialmente, um grande filósofo moral" (p.96). O desenvolvimento deste ponto leva-nos a entender a ética do capitalismo, uma das estranhas ausências do livro. Esta lacuna, contudo, não pode esconder os méritos, intelectuais e políticos, do livro. No plano político, todos ficaremos a ganhar se os seus objectivos forem alcançados. No plano intelectual, é um óptimo ponto de partida para futuros debates. ●

— JOÃO MARQUES DE ALMEIDA

UMA DÉCADA DE DEBATE

David Goodhart (ed.), Thinking Allowed: The Best of Prospect 1995-2000, London, Atlantic Books, 2005, 452 páginas, £ 19.99

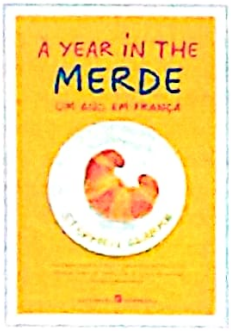
A Educação é a dama cortês preferida da generalidade dos políticos. Em todo o mundo democrático, governos e oposições dedicam-lhe a parte mais suculenta da sua

O cenário era mais ou menos este: fim da Guerra Fria, redefinições na política mundial, acentuada queda dos conservadores britânicos, emergência de novas elites, novos debates culturais, vontade de erguer projectos jornalísticos que acompanhassem o "mundo novo". David Goodhart, antigo correspondente do "Financial Times" na Alemanha, não teve medo de ser feliz e pôs mãos à obra, mesmo que muitos lhe dissessem que o mercado editorial britânico não iria suportar por muito tempo uma revista mensal, com uma componente intelectual forte, que privilegiasse o ensaio e o debate em diversas áreas culturais. Sem se desmoralizar, Goodhart reuniu uma pequena equipe, amealhou uma verba suficiente para arrancar com a revista e potenciou inúmeros contactos que havia feito ao longo da sua carreira. O resultado está à vista: a "Prospect" é, ao fim da primeira década (1995-2005), não só uma revista que marcou a actualidade britânica como conseguiu implantar a sua marca além fronteiras.

Reune em "Thinking Allowed" o seu melhor. Ensaios, opiniões, debates e crónicas divididos nas áreas que sempre privilegiou: mundo, Grã-Bretanha, artes e letras, ideias e ciência, vidas. A "Prospect" é assumidamente uma revista de debate político-cultural, no espaço do centro-esquerda, que deve orgulhar quem a faz. Neste livro encontramos textos de Ernest Gellner, Anatol Lieven ou Robert Cooper, de John O'Sullivan, Ian Buruma e Martin Wolf, até John Keegan e Peter Hitchens. Coordenado pelo próprio Goodhart – fundador e editor da revista -, nele se espelha o que a "Prospect", "New Yorker", "Atlantic Monthly" ou a "New York Review of Books" colocaram na agenda das democracias: um "clash of ideas", onde diferentes pontos de vista se confrontam no interior das suas páginas. Nem sempre - para mal dos pecados de alguns, que teimam em ver uma cabala por trás de qualquer iniciativa privada político-cultural – existe uma agenda "maquiavélica" para implementar. Nem sempre se pretendem dividendos políticos por se adoptar mais ou menos esta ou aquela disposição intelectual. Por vezes - e a "Prospect" não é, felizmente, caso ímpar - apenas se quer enobrecer o pluralismo como sinal de vitalidade de uma sociedade democrática.

Nós, na "Atlântico", brindamos ao sucesso desta década "Prospect" e fazemos votos para que o seu exemplo (como de outras) seja sintoma de convivência plena e sem hesitações com a democracia ocidental, mesmo que custe a muito boa gente. ●

— BERNARDO PIRES DE LIMA



"MERDE HAPPENS"

Stephen Clarke, A Year in the Merde – Um Ano em França, Lisboa, Editorial Presença, 2005, 250 páginas, €14.96

Por vezes as grandes idiossincrasias nacionais escapam aos olhos do cidadão doméstico, sendo melhor relatadas pelo filtro do choque cultural daqueles que as viveram

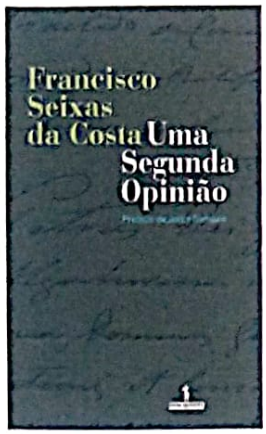
numa primeira mão desabituada. As crónicas de Bill Bryson, Notes from a Small Island, são o complemento perfeito para uma existência forasteira em Inglaterra e o The UnDutchables de Colin White e Laurie Boucke foi especialmente útil em me elucidar sobre o porquê daquela prateleira "de observação" característica às sanitas holandesas.

França, habitual macrocosmo de clichés nacionais, não poderia ficar de fora desta narrativa expatriada. Stephen Clarke, jornalista britânico de 45 anos, encontrou em Paul West o alter-ego perfeito para a biografia ficcional dos seus 10 anos em Paris. O resultado de um cruzamento entre Hugh Grant e a goofiness de Bridget Jones, Paul West é o jovem britânico, contratado por uma empresa francesa de processamento de carne bovina, para o lançamento de uma cadeia de salões de chá britânicos em Paris. Os seus próximos 9 meses de existência parisiense, divididos em igual número de hilariantes capítulos, relatam a difícil adaptação a uma sociedade onde um simples encolher de ombros tanto poderá significar indiferença, como representará a melhor saída face à complexidade do povo que cunhou o termo laissez-faire. Enquanto os seus ténis coreanos descartáveis tentam contornar as 15 toneladas anuais de excremento canino que polvilham os passeios parisienses, West sofre com o impasse burocrático e com a falta de ética e cultura profissional francesa, sobrevivendo a 6 sucessivas greves, incluindo a dos varredores de rua, em luta por uma vassoura mais digna.

A afinidade do leitor português com esta obra não se esgota na referência (indispensável) à porteira portuguesa, e é impossível não nos revermos em frases como esta: "Um trabalhador está a ir pouco devagar e tu despede-lo. Aqui não é bem assim que as coisas se passam. Eles chamam o inspecteur du travail e queixam-se, depois tens de pagar uma indemnização ou o sindicato entra em greve e é a merde générale" (p.33). A face cómica de fetiches nacionais alheios não deixa de nos fazer desejar que alguém escreva o mesmo sobre Portugal. Por enquanto, podemos encontrar dispersas crónicas de viajantes oitocentistas, o bilingue "Como ser um Alfacinha" de Margarida Sarda e o genial Vitriolica Webb's ite (www.unkemptwomen.blogspot.com). Mas, desde o cachucho ao bigode, Portugal é um enorme mercado burlesco a pedir para ser relatado.

O que começou por ser uma edição de autor de 200 cópias é hoje um bestseller internacional e A Year in the Merde é tanto uma leitura divertida para o sofá doméstico, como um compêndio prático para quem quiser conhecer in loco a Cidade das Luzes. Isto se os electricistas não entrarem em greve. ●

— GONÇALO CURADO



DE BRASÍLIA PARA AS NECESSIDADES?

Francisco Seixas da Costa, Uma Segunda Opinião, Lisboa, Dom Quixote, 2006, 224 páginas, € 16,65

Ex-embaixador na ONU, Nova Iorque e actualmente em Brasília, Francisco Seixas da Costa reune um conjunto de artigos anteriormente publicados e especialmente renovados para este livro. Fórmula repetida por muitos, "Uma Segunda Opinião" mostra-nos o ex-secretário de Estado de António Guterres com alguns pontos de reflexão interessantes. Neste livro, Seixas da Costa parece-nos dar dois contributos distintos mas complementares. Em primeiro lugar, uma visão das relações internacionais; em segundo, uma crítica interna a detractores da diplomacia portuguesa e à própria mecânica nas Necessidades. Tiro no alvo? Provavelmente saberemo-lo daqui a pouco tempo.

Na primeira dimensão, o embaixador revela-se prudente e construtivo. Defende uma renovada agenda transatlântica e o erro em que a Europa incorria se adoptasse uma espécie de «neo-isolacionismo face à América». Para ele, esta aliança é vital para a Europa, sobretudo pela demonstração em fazer-se sentir numa escala global mas, também, por os EUA, ao adoptarem uma postura de redefinição de alianças internacionais, poderem secundarizar a Europa como pivot outrora privilegiado. Em último caso, a partilha de valores e a convergência de interesses face às ameaças comuns são motivos base para que o entendimento – mesmo que pintado de várias tonalidades – seja um desígnio para ambos os lados. Esta posição é profundamente distinta da outrora tida, por exemplo, por Freitas do Amaral. Um sinal de que a diplomacia e a política também encontram nos livros uma forma de expressão com êxito. Será?

Por outro lado, tendo Seixas da Costa presidido ao Conselho Permanente da OSCE (2002), não deixa de fazer referência ao sucesso da liderança portuguesa, uma posição que poderá indiciar a excelente posição em garantir o mesmo resultado, quando Lisboa assumir a presidência da EU no segundo semestre de 2007.

Tendo uma visão da política internacional que oscila entre a retórica diplomática tradicional e algum pendor para o idealismo, Seixas da Costa, é mais incisivo no plano interno, refutando críticas à «diplomacia do croquete» ou tecendo algumas considerações sobre a fragilidade com que a tutela trata a carreira diplomática. Um livro interessante de um diplomata inteligente e civilizado. Teremos novo Ministro? ●

— BERNARDO PIRES DE LIMA

NÃO EXISTE 'O' OCIDENTE

Philippe Nemo, O que é o Ocidente? Lisboa, Edições 70, 2005. 173 pp

Philippe Nemo apresenta-nos uma defesa do Ocidente. A intenção é de louvar. Todavia, a forma como o historiador francês defende a sua tese é altamente discutível.

Nemo descreve um percurso histórico do Ocidente composto por cinco etapas. (1) A invenção da Cidade, da Ciência e da Escola pela Grécia Antiga. A Monarquia mágico-religiosa deu lugar à República de cidadãos. Neste ambiente não-sagrado, a Ciência e a Escola adquiriram o seu espaço de questionamento. (2) O Direito e o humanismo de Roma. Cícero, antes de Cristo, desenhou uma lei natural. O Direito passou a residir numa natureza humana objectiva e moral, cognoscível pela

razão humana. (3) A revolução ética da Bíblia e o consequente advento do Tempo linear. A ideia progressista de História (começar no 'Menos' e terminar no 'Mais', eliminado o Mal no caminho até ao Bem) começou com os profetas bíblicos. (4) A «Revolução Papal» (séc. XI a XIII). Gregório VII iniciou um processo de síntese: cristianizar o direito romano e dar substância jurídica à invisível moral cristã. Segundo Nemo, esta osmose papal é o ponto-chave da especificidade ocidental. Portanto, a quinta etapa, a democracia liberal, é apresentada como um mero resultado da síntese feita pela tal Revolução Papal. E aqui começam os problemas com a tese de Nemo. Em nosso entender, Nemo faz algo impensável: oferece ao Vaticano o papel de principal potenciador da liberdade ocidental. Torna-se quase caricato ler o seguinte: a «dessacralização do poder na Europa foi fruto do judeo-cristianismo» (p. 98). Nemo secundariza o pensamento humanista e iluminista e despreza o papel daqueles que, precisamente, destruíram a ideia de Cristandade: Maquiavel e Hobbes.

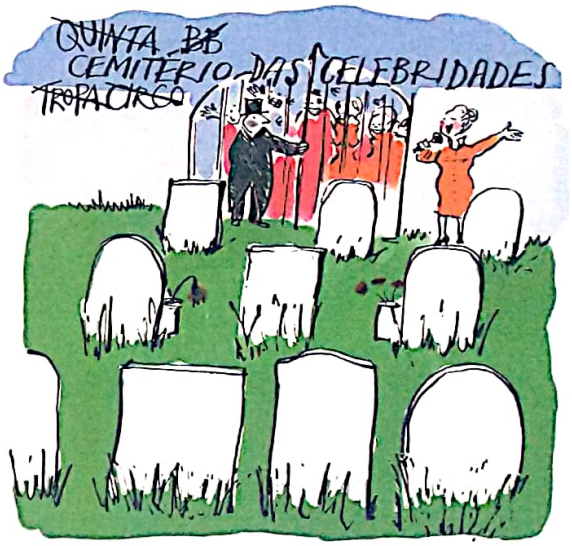
Ora, se hoje temos a Democracia Liberal é porque o espírito maquiavélico da Idade Moderna separou a Política da Religião. Maquiavel fez o seguinte: convocou a velha moral pagã de gregos e de romanos para o seio da moral cristã. E com isso criou o Ocidente (Pluralismo) por oposição à Cristandade (Unidade). Desde o advento do Colombo da Política (Maquiavel), a ética romana de responsabilidade (Política) vive em conflito com a ética absoluta dos monoteísmos religiosos e seculares (Ideologia). Ao contrário do que Nemo pensa, o Ocidente não é uma simples soma de parcelas. Não é Roma e Atenas + Isaías, Cristo e Vaticano. Pelo contrário. O Ocidente é a Antiguidade "versus" Cultos Monoteístas. Não há «nação ocidental» (p.9). Não existe 'O' Ocidente. ●

— HENRIQUE RAPOSO

É BOM, ERA

Tudo o Que é Mau Faz Bem, Steven Johnson
Edições Asa

Steven Johnson escreveu este livro para provar que os produtos da cultura de massas são bons ginásios para os neurónios, contrariando as teses catastrofistas sobre o entorpecimento intelectual da cultura contemporânea. A cultura de massas será uma das principais causas – senão mesmo a principal – para o aumento das capacidades cognitivas dos indivíduos nas sociedades modernas.



À descrição das potencialidades da cultura de massas, Johnson justifica a sua viabilidade económica. Se os criadores de software e argumentistas de televisão inventam conteúdos cada vez mais complexos é porque os consumidores assim o exigem. Isto contraria a assunção comum segundo a qual produtos intelectualmente mais exigentes são apenas objectos de culto underground com auditórios mínimos.

Johnson não pretende fazer crítica cultural no sentido pós-modernista sobre significados escondidos ou aparentes dos conteúdos da cultura de massas. Interessam-lhe as possibilidades instrumentais desses produtos e não as ideias que veiculam. É o meio, não a mensagem.

Se os livros, base da cultura durante centenas de anos e meios insubstituíveis de transmissão de informação, perderam audiência para outros meios é preferível reconhecer as vantagens que estes proporcionam. Como a generalização da participação escrita na internet (e-mails, fóruns, blogues), tese semelhante à de Maurizio Ferraris sobre os telemóveis. O mundo pode ler cada vez menos, mas escreve cada vez mais.

Os jogos de vídeo são uma ferramenta poderosa para exercitar níveis de abstracção e destreza, não para aprender aritmética ou filosofia. As regras e a finalidade do jogo aprendem-se de uma única forma – experiência e erro. As crianças ordenam desta forma o caos do mundo. Os jogadores mais obstinados adquirem uma segunda capacidade: a descodificação telescópica do contexto, isto é, a percepção dos sucessivos pequenos objectivos para atingir o propósito final. Um jogador habitual fica assim capacitado para lidar com mundos dos quais nada conhece, porque sabe lidar com a descoberta de novas regras à medida que progride e tomar decisões enquanto ordena o desconhecido.

A análise da estrutura básica das narrativas desmonta o argumento da estupidificação progressiva da televisão. Programas como "24", "Os Sopranos", "Os Homens do Presidente", "Os Simpsons", "Seinfeld" ou "Arrested Development" (vencedora do Emmy para Melhor Argumento para Série de Comédia em 2005 e assassinada pela TVI com exibição às 4 da manhã entre Setembro e Outubro do ano passado) são incomparavelmente mais complexos do que os antecessores das décadas anteriores – um nutriente cerebral. As narrativas múltiplas e o emaranhado de relações obrigam o espectador a seguir dezenas de ligações. Para complicar ainda mais, todas elas utilizam recursos como ocultação de informação, inclusão de referências a filmes, música, outras séries, política, auto-referência a episódios anteriores da mesma série. É o espectador que preenche os espaços vazios. Para se conseguir compreender esta complexidade, os novos programas devem ser vistos várias vezes, o que pode explicar o sucesso avassalador dessas séries em repetições e edições em DVD

A tese de Johnson é fascinante por questionar a crença generalizada na tragédia cultural. Afinal, os jogos de vídeo e a televisão talvez não provem que somos cada vez mais imbecis. Provavelmente tornaram-nos – como os resultados de diversos testes de inteligência lateral parecem provar – mais inteligentes. ●

— NUNO AMARAL JERÓNIMO

Eu hoje acordei assim

OS SEGREDOS DA TESTOSTERONA

Carla Hilário Quevedo

Ando preocupada com alguém que não conheço: chama-se João Pedro George (JPG) e tem como objectivo de vida escrever sobre textos que detesta, apontando o dedo e rangendo os dentes, enquanto «descobre» coisas extraordinárias como: os escritores repetem-se; os escritores raramente são originais; os escritores chegam a ser amigos dos críticos literários. Mas que pouca vergonha vem a ser esta? Agora, graças a João Pedro George, santo padroeiro dos leitores-totós, enganados há séculos e deslumbrados com ideias novas só aparentemente desenvolvidas, há esperança para a literatura. Não voltes Homero, que não estás perdoado! JPG tem muita pena que te tenhas repetido tanto.

Falo de João Pedro George nesta coluna dedicada a blogues por um motivo simples: o seu texto sobre Margarida Rebelo Pinto (MRP), publicado em livro e que, nos últimos tempos, muito tem dado que falar (já lá vou) começou por ser divulgado no blogue Esplanar (esplanar.blogspot.com), do mesmo autor. Do blogue saltou para a capa do jornal 24 Horas, atravessou mais de meia blogosfera (assim escrito pode não parecer, mas é imenso), respectivas caixas de comentários (inúmeras) e sabe-se lá a quantas «inbox» de «e-mails» chegou, sem passar pelo filtro de «spam». Ora isto sim: é extremamente interessante! O tempo em que os bloguedores viviam nos seus quartinhos iluminados pelo ecrã do computador definitivamente acabaram. Na verdade, já acabara quando alguns autores de blogues passaram a colaborar em revistas e jornais ou publicaram os textos dos blogues em livros. Mas a blogosfera ainda não tinha chegado ao povo. Faltava um lado mais popular. Cá está: mais «pop». E, em Portugal, estrela «pop» só há uma: Margarida Rebelo Pinto. Somos mesmo um País de «perfeitos escritores assim-assim», como disse um dia uma escritora que muito estimo. Até quando precisamos de uma estrela «pop» vamos à literatura! Embora, então. O texto de João Pedro George não vive sem o nome do objecto dissecado e duas provas disso são os exercícios de estatística semelhantes que fez com a escrita de autores como José Eduardo Agualusa ou Miguel Sousa Tavares. O resultado? Foi para o lado que os jornais dormiram melhor e o público nem se fala. Nem Miguel Sousa Tavares é uma estrela «pop». Falta-lhe um pequeno atributo: não é mulher.

Há dois momentos cruciais nesta história curiosa: João Pedro George acusa Margarida Rebelo Pinto de ser má escritora e de se auto-plagiar (sendo que uma é necessariamente consequência da outra) e a Oficina do Livro interpõe uma providência cautelar à editora de «Couves e Alforrecas», alegando que JPG está a querer fazer dinheiro à custa de MRP (a história da marca registada dá-me sono). Vou ao primeiro ponto: quem acusa com a certeza que Deus lhe deu, ainda por cima, apresentando aquilo a que chama «factos», reúne consenso muito facilmente. De repente surge alguém que apresenta «provas» sobre aquilo que considera ser um «crime». Os «factos» são inquestionáveis: MRP repete parágrafos, expressões e frases. Resta saber o que quer dizer essa acusação. Para mim, significa exactamente o mesmo do que acusar MRP de ser loira, de ser alta, de ter um filho, de conseguir ler os livros de António Lobo Antunes. Não há direito!

> Margarida Rebelo Pinto repete parágrafos, expressões e frases. Resta saber o que quer dizer esta acusação de João Pedro George. Para mim, significa o mesmo que acusá-la de ser loira, de ser alta, de ter um filho, de conseguir ler os livros de Lobo Antunes

Depois, há a providência cautelar. Só me apetece ouvir João Gilberto a cantar, "oh, insensatez..." Acerca da utilização indevida do nome da autora, só posso imaginar como seria absurdo criticar os livros sem nunca mencionar o nome do autor. Não me junto ao coro de indignados que considera a providência cautelar um atentado à liberdade de expressão. Tal como João Pedro George é livre de escrever o que muito bem entender, também a editora pode, por meios legais, tentar impedir a publicação do livro. Mas gostava de ver o mínimo de corporativismo em acção! Entristece-me que uma editora processe outra editora, que um escritor processe um crítico, que um jornalista processe outro jornalista. Os tribunais não estão cheios de processos? Não se podia resolver a questão na praça pública, com debates sobre o estado da literatura e da crítica, mesas redondas com participações de fazedores de opinião e os respectivos autores e visados? Pensando melhor, talvez a ideia da providência cautelar não tenha sido assim tão má...

Agora a sério: logo quando acontece alguma coisa interessante em Portugal - coisa raríssima -, querem fechá-la numa sala aborrecida e escura. Temos muitos problemas com a liberdade: tanto acusadores como acusados.. ●

In Partibus

LITERATURA COMPARADA

Paulo Tunhas

Eu sei perfeitamente que, com a sorte óptima que tenho de estar a viver no Rio por cinco meses – com a fabulosa "experiência de verde" do Corcovado quase ao alcance da mão na minha varanda, e a lagoa do outro lado –, devia era escrever sobre o Rio, as caipirinhas, a beleza em geral ou as várias belezas particulares. Qualquer coisa. O meu problema é que trouxe uma perplexidade e dois livros de Portugal.

A perplexidade tem a ver com a reacção ao que João Pedro George escreveu sobre os romances de Margarida Rebelo Pinto. Aparentemente, J. P. George mostrou que Margarida Rebelo Pinto, entre outras coisas, repetia passagens inteiras de livro para livro. Houve discussão e vária gente censurou a J. P. George o exercício. Ora, o exercício é eminentemente louvável e só peca pela rareza em Portugal. E a reacção que provocou diz muito sobre o estado da "república das letras" pátria.

Dito isto, eu li um romance (Sei lá) de Margarida Rebelo Pinto. Do princípio ao fim. E li-o porque, há uns anos atrás, numa aula da minha Universidade, constatei, depois de um pequeno inquérito, que várias das minhas alunas – que me costumavam perguntar se Maquiavel se chamava Maquiavel por ser maquiavélico – conheciam intimamente a obra completa da escritora. Ora, partindo do princípio que a leitura em geral é aconselhável (um princípio duvidoso, mas que os costumes não convidam a contrariar), Margarida Rebelo Pinto é uma benemérita. De resto, Sei lá deixa-se ler. Não é uma festa para o espírito, mas, com alguma tolerável perversidade, lê-se. E não me parece que a autora tenha pretensões a ser o Joyce lusitano. Escreve aquelas coisas para se divertir (espero), ser conhecida e ganhar dinheiro – tudo motivos impecáveis.

Claro que no dia seguinte a ter acabado o livro, esqueci tudo. Guardo apenas na memória, se calhar infiel, a lembrança de um grupo de senhoras que sofriam por factos amorosos reais e que sofriam também, para falar como Nelson Rodrigues, "por hipótese" (e se ele me trair?, e se ele me abandonar?). Ontem, e a pensar na Atlântico, fui reler o livro (um dos dois que trouxe para cá) para a varanda, nos intervalos de uma pesquisa binocular de uns verdes à volta, à procura de tucanos, araras, guarás ou urubus. Sabia perfeitamente que nenhuma dessas espécies andava por ali, mas qualquer motivo era bom para me distrair. Eu queria a essência do livro, mas obviamente não queria o trabalho de a procurar.

Até que, por sorte, descobri na última página, escrita a lápis pela minha mão, a misteriosa indicação: "p. 59". À espera da salvação, fui à página com esse número. Valeu a pena. O diálogo que me havia chamado a atenção há uns anos resume efectivamente o livro. Trata de "quecas", "trancadas valentes" ("que nos deixam de barriga cheia") e "teias de aranha" metafóricas a evitar em certos sítios íntimos. Pode-se gostar ou não gostar (da prosa), mas é certo que toca problemas básicos, e percebe-se que a juventude aprecie os livros da autora.

O que não se percebe são outras coisas. Por exemplo, porque é que ninguém desenvolve o mesmo inquérito em relação a outros romancistas. José Saramago, por exemplo. Eu também o li. Numa semana maníaca, fechei-me em casa e convivi com três romances dele: o "Manual de Pintura e Caligrafia", o "Memorial do Convento" e o "Ensaio sobre a Cegueira". Na altura cheguei à conclusão que Saramago é um mau escritor talentoso, uma espécie vulgar. Palavroso, moralista, sem ponta de ironia. Uma opinião, apesar de tudo, ligeiramente melhor do que aquela para a qual, na minha ignorância, eu tendia naturalmente. Leva-se suficientemente a sério para não se entediar a meio da escrita dos livros, e isso permite-lhe um certo élan, naturalmente interdito a espíritos mais voláteis ou simplesmente mais lúcidos.

Orgulhoso do feito, comuniquei a minha impressão, e uns argumentos que já esqueci, a três ou quatro amigos apreciadores do autor. Tive azar. Por uma razão qualquer, todos concordavam num ponto: eu não tinha lido nenhum dos melhores livros de Saramago. Os melhores livros divergiam de acordo com cada um, mas, em todo o caso, não eram nenhum dos que eu tinha lido. Meti o rabo entre as pernas e não voltei mais a Saramago.

Até ontem. Depois da descoberta dos problemas das senhoras do Sei lá, abri o Ensaio sobre a Cegueira (o outro livro que trouxe para o Rio). Por acaso calhei numa página que me fez lembrar Margarida Rebelo Pinto, tanto pelas semelhanças como pelo contraste: lida com a "girândola ofuscante e vertiginosa" de um orgasmo feminino (p. 32). Eu acho a Margarida mais directa, mas não é isso que interessa. O que eu gostava mesmo – para tocar num ponto levantado por J. P. George – é que alguém me dissesse se há alguma razão literária para que, por exemplo, passagens inteiras ("à primeira vista..."; "o pensamento convexo...") se encontrem textualmente repetidas nas págs. 284 e 295-6. E não digo mais, porque entretanto me distraí com araras e urubus inexistentes e me falta espaço. Mas alguém me agiliza, como se diz por cá, uma explicação? ●

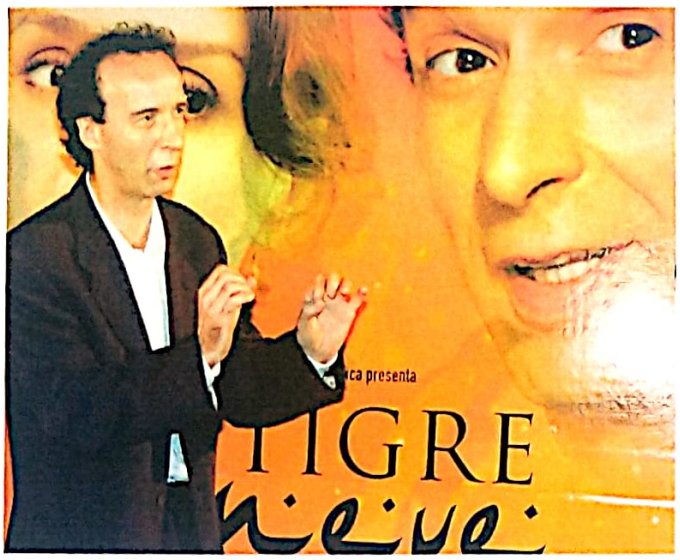
Filmes

SAUDADES DO VELHO CINEMA ITALIANO

"O Tigre e a Neve"

de Roberto Benigni, com R. Benigni, Nicoletta Braschi, Jean Reno

A respeito de Benigni, as emoções costumam dividir-se: paixão ou ódio. Não entendo porquê. Benigni é um autor que, sinceramente, não aquece nem arrefece. Não é indigente. E, com certeza, não é um génio. Este filme é mais um objecto mediano. Mediano porque desconexo. Engraçado aqui, sentimentalista ali, moralista acolá. Nunca se vislumbra uma unidade narrativa com a capacidade de ligar todas estas faces de Benigni. Caro Roberto, dedique-se ao argumento e entregue a realização a alguém com pulso de ferro; V. tem demasiado amor pelas suas personagens. E, convém recordar o velho Hitch, caro Roberto: os actores/personagens são gado!



A comparação entre 'O Tigre e a Neve' e 'A Vida é Bela' (1997) é inevitável. Ambos tentam recriar uma fábula em cenário de guerra. As semelhanças ficam-se por aqui.

Em 'A Vida é Bela', a personagem de Benigni ('Guido'), um judeu italiano, é enviado, juntamente com o filho, para um campo de concentração nazi. E nesse cenário (o mais trágico possível), Benigni consegue, verdade seja dita, o impossível: uma fábula. 'Guido' vai transformando as regras do campo num... jogo; 'Guido' funciona como filtro da realidade, impedindo que o seu filho ('Giosué') seja confrontado com a brutalidade da situação. O Holocausto, aos olhos da criança, passa a ser um concurso (prémio: um tanque "de verdade"). Belo e trágico, em simultâneo. O neurónio do espectador fica indeciso entre a lágrima e o sorriso. E é esta tensão, entre a tragédia e o amor, que garante a este filme um lugar especial na filmografia de Benigni. Todavia, apesar de ter tudo para fazer um grande filme, Benigni, como sempre, não resiste à tentação do sentimentalismo. O autor italiano julga que artista é Madre Teresa. Resultado: ficou aquém da obra-prima.

'A Vida é Bela' era, apesar do pontilhismo sentimentalista, um filme trabalhado, limado, (quase) enxuto. Reproduzir o Holocausto em tons de fábula não é para todos. 'O Tigre e a Neve', ao invés, é o resultado de um argumento mandrião, que vive à sombra dos (inegáveis) talentos cómicos de Benigni. Se em 'A Vida é Bela' existia aquela tensão implícita entre a lágrima e o sorriso, em 'O Tigre e a Neve' tudo é explícito. Superficial. Benigni interpreta 'Attilio de Giovanni', poeta romano, que sonha casar com 'Vittoria' (Nicoletta Braschi). 'Vittoria' viaja para Bagdad, pois está a escrever um livro sobre um escritor iraquiano (Jean Reno); acaba por ser vítima de um atentado e fica em risco de vida. 'Attilio', de imediato, empreende a viagem impossível em nome do Amor: disfarça-se de cirurgião da Cruz Vermelha e ruma ao Iraque. O resto do filme regista as peripécias de 'Attilio'; perante a ausência de medicamentos e afins necessários para a recuperação da bela adormecida, percorre uma Bagdad em pé de guerra (invasão americana) em busca daquilo que falta no hospital. Estamos, pois, perante a lição costumeira: mostrar o ridículo da guerra e violência perante a grandeza do amor.

'O Tigre e a Neve' poderá parecer um 'A Vida é Bela' versão light (light porque, apesar de tudo, Benigni não cede à tentação de comparar Bush a Hitler; muitos corações esquerdistas saíram da sala insatisfeitos). Mas não é. O filme de 1997 é uma desconstrução de uma tragédia. A fábula entra pela porta das traseiras. Discreta, como uma senhora. 'O Tigre e a Neve', ao invés, é uma aula de sentimentalismo barato. E em dose dupla. Primeira dose: o amor vence tudo. Segunda dose: a guerra é uma idiotice. E quando as duas doses se juntam, temos o seguinte: se todos os homens amassem as suas mulheres como Roberto ama Nicoletta, as guerras terminariam num ápice, sob o augúrio de uma orgia pacifista! A fábula entra pela porta da frente. Explícita, como uma rameira. O melhor filme de terror é aquele que mantém o sangue dentro das veias das personagens. A melhor fábula é aquela que indicia, sem revelar, o sentimento. A fábula não se constrói com excessos emocionais. A fábula é uma metáfora. Subtil. Não é um compêndio de regras sobre a natureza do amor.

Não quero saber o que Benigni acha da guerra do Golfo. Não quero saber se Benigni é um gajo porreiro ou não. Quero apenas que Benigni faça bons filmes. Não preciso de lições de moral e, certamente, não preciso de gajos porreiros. Tenho um país cheio deles. O artista pode (deve?) ser um pulha. Arte não é Moral (leia-se: moralismo). E, aliás, artista com mania que é confessionário da humanidade não costuma ser grande coisa. É o caso de Benigni.

Tenho saudades do velho cinema italiano, outrora o melhor do mundo. Tenho saudades das mulheres de Fellini, das estórias de Scola, do pedantismo de Antonioni, do classicismo de Visconti, das óperas, que por acaso são westerns, de Leone. ●

— HENRIQUE RAPOSO

O RESGATE DO LEÃO RYAN

"Selvagem", título original: The Wild
De: Steve 'Spaz' Williams, Género: Animação, Estúdios: Walt Disney Animation, EUA, 2006, Cores, 94 min

Um leão que mente ao filhote com todos os dentes que tem na boca (e não são poucos) sobre um passado que é tudo menos selvagem; um minúsculo esquilo que é o melhor amigo do leão e está loucamente apaixonado por uma girafa muito sexy que não deixa de corresponder ao constante assédio de que é alvo; um bando de gnus conduzidos por um ambicioso e malvado líder que pretende subir a todo o custo na cadeia alimentar e tornar-se carnívoro; uma anaconda tão pacífica como patética; um coala farto de servir apenas de modelo para animais de peluche adorados pelas crianças e não só.

É com estas e outras personagens igualmente mirabolantes que se conta a história de "Selvagem", a última produção da Walt Disney que teve a sua estreia mundial no passado dia 12 de Abril, uma comédia animada por computador em que a cidade de Nova Iorque é a mais perigosa das selvas.

Um pai não sofre nem é incomodado se for ver este filme com os filhos pequenos, porque deverão ficar agarrados à cadeira durante toda a exibição de uma hora e meia de filme – o que, convenhamos, não costuma ser tarefa fácil. Quem escreve estas linhas submeteu-se à nada penosa experiência com duas filhas e um sobrinho habitualmente irrequietos – entre os cinco e os oito anos de idade - e pode garantir que não só as crianças se mantêm atentas e sossegadas como os adultos se divertem com "Selvagem".

Estamos perante uma mistura de "À procura de Nemo" – lembram-se daquele peixinho cor-de-salmão às riscas brancas com uma barbatana deficiente que é surpreendido por um mergulhador e levado para um aquário citadino, sendo depois vertiginosamente procurado por um preocupado pai? – e de "Madagáscar", a produção da Dream Works que começava igualmente com um bando de animais liderados por um leão que se escapava do Zoo de Nova Iorque.

No caso de "Selvagem", um produto final bastante mais conseguido e eficaz que "Madagáscar", as imagens urbanas aparecem-nos com um realismo quase fotográfico que só a conciliação do computador com a animação da Disney poderia permitir, numa viagem da Broadway à Estátua da Liberdade. É talvez a parte mais interessante para os adultos, sobretudo os que conhecem Nova Iorque, dada a quantidade de cenas hilariantes em locais de culto para qualquer adicto da cidade que nunca dorme.

Samson, atracção principal do Jardim Zoológico de Nova Iorque, é um pai-galinha que gosta de descrever ao filho, Ryan, as suas tão extraordinárias como falsas aventuras na selva – afinal de contas, descobre-se mais tarde, ele é apenas um descendente rejeitado de um antipático leão de circo.

A intenção de Samson, para além da própria vergonha pela rejeição paternal, é entusiasmar o animal selvagem que porventura ainda existirá dentro de Ryan, que tem problemas sérios para conseguir rugir como um verdadeiro leão e vive esse drama psicológico como qualquer pré-adolescente que pretende ser adulto antes de tempo. Claro que o resultado não é exactamente o esperado, com Ryan a ver-se envolvido numa perigosa aventura que o transporta até a uma ilha selvagem.

Não sei se o autor do argumento se inspirou no título do filme "O Resgaste do Soldado Ryan" para dar o nome à personagem, mas é a procura de Ryan filhote de leão que anima o resto da história, com o tal grupo de animais mirabolantes - um leão, uma girafa, uma anaconda, um coala e um esquilo - a fugirem do jardim zoológico de Nova Iorque, embarcando literalmente numa missão de busca e salvamento.

Não tive oportunidade para assistir à versão original, com as vozes de Kiefer Sutherland (a estrela de "24"), Jim Belushi ou Patrick Warburton ("Seinfeld"), entre outros, mas as crianças – sobretudo as que não compreendem o inglês – ficarão certamente satisfeitas da vida com o Samson aportuguesado pelo actor Fernando Luís, numa muito recomendável versão nacional. ●

—PAULO PINTO MASCARENHAS

REFLEXO CONDICIONADO

Espelho Mágico
De Manoel de Oliveira, com Ricardo Trêpa e Leonor Silveira

Aviso aos que ganharam o hábito de atravessar a rua, mesmo sem olhar para o trânsito, sempre que as salas de cinema têm um filme de Manoel de Oliveira em exibição: até mais de metade das duas horas de duração de "Espelho Mágico" parece que nem centenas de Leonores Silveira, clonadas como o agente Smith em "The Matrix", poderia estragar a obra alicerçada na mordaz e, por vezes, cruel imaginação de Agustina Bessa-Luís.

Engano ledo e cego! Embora a adaptação do livro "A Alma dos Ricos" tenha uma premissa interessante, personagens que ficam na memória e diálogos para ouvir e chorar por mais, Manoel de Oliveira não resistiu a contrabalançar esses trunfos com os seus vistos e revistos cânones de realização – ainda que desta vez haja um recurso incomum (entre o

bizarro e o encantatório) à "steadycam" –, os malefícios do confessado desinteresse na direcção de actores e a aversão militante à heresia da linearidade narrativa.

É justo apontar-lhe o dedo por ser como é? Talvez não, mas quando as luzes voltam a acender-se é difícil não pensar no desperdício de uma história capaz de rivalizar com "Noite Escura", de João Canijo, como o melhor filme português dos últimos anos. Atente-se na sumarenta sinopse: Luciano (Ricardo Trêpa) é um jovem ex-seminarista que troca a cadeia pelo serviço de valete a Alfreda (Leonor Silveira), uma fidalga nortenha acometida pela obsessão de vir a ser obsequiada com a aparição de Nossa Senhora, à qual planeia convidar para tomar chá enquanto lhe faz perguntas assaz mais interessantes do que aquelas que uns míseros pastorinhos poderiam formular.

A temática da farsa religiosa não é virgem no cinema português – "O Milagre Segundo Salomé", boa estreia do director de fotografia Mário Barroso na realização, forneceu uma leitura muito própria das ocorrências em Fátima. Mas a dinâmica entre o espírito terra-a-terra de Luciano (pronto a fazer notar à empregadora que Joana d'Arc não foi "além de umas vozes") e a variante "snob" do culto mariano seguida por Alfreda, sob a influência de um séquito de orientadores espirituais constituído pelos "habitués" Lima Duarte e Michel Piccoli, tinha tudo para resultar numa obra aplaudível por quem aprecie uma história bem contada.

Para que isso acontecesse seria preciso que Oliveira fizesse concessões impossíveis. Que lhe importa a ele que, a certo momento, o argumento entre em queda livre? Ou que a actriz-"fétiche" Leonor Silveira continue tão inexpressiva quanto já era quando, menina e moça, desceu dos céus na Ilha dos Amores de "Non ou a Vã Glória de Mandar"? Certamente pouco ou nada, pois, a cada filme que estreia, o nonagenário cineasta, rodeado por quem lhe chama "Mestre" como se houvesse nascido num estábulo em Belém, tem já financiamento assegurado para a rodagem do próximo.

Dito isto, além dos bons personagens e diálogos retirados a Agustina, "Espelho Mágico" deixa um bom sinal. Havendo para tal papéis (e realizadores) à altura, Ricardo Trêpa assume-se um possível "leading man" do cinema português. E, nem que seja enquanto avô, há que estar grato por isso a Manoel de Oliveira.

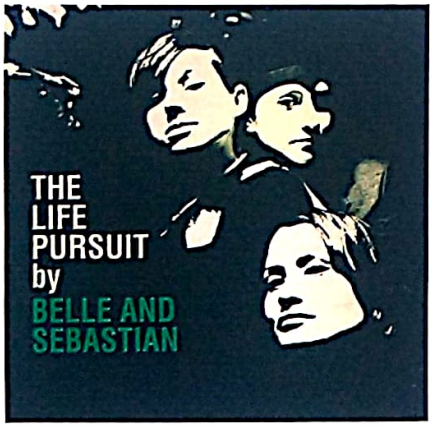
—LEONARDO RALHA

Discos

A LINHA DE SOMBRA

Belle and Sebastian, The Life Pursuit
(Jeepster, 2006)

Em 2006, o melómano afecto aos Belle and Sebastian chega a "The Life Pursuit", o sétimo álbum da banda escocesa, como o Capitão Charles Ryder chegou a Brideshead no início do famoso romance de Evelyn Waugh - com a saudade da inocência perdida, a terna recordação de um segredo parcamente partilhado e a melancolia por um passado de harmonia que entretanto ruiu: "[I]t was a day of peculiar splendour, and though I had been there so often, in so many moods, it was to that first visit that my heart returned on this, my latest". Neste caso, a primeira visita chamou-se "If You're Feeling Sinister", o disco de 1996 que é tesouro em todas as colecções de quem o possui. Quando emergiram, faz agora dez anos, a indústria musical britânica andava irredutivelmente entretida com o glamour embriagado dos Oasis e com a pose cínica, art-school e upper-middle-class dos Blur. Os Belle and Sebastian foram, então, o grupo da adolescência inadaptada. As suas melodias frágeis, pastorais e infantis, pequenas pérolas de três acordes e arranjos contidos, foram a banda-sonora para corações solitários de ambição literata, os Smiths de quem ainda usava calções em 1985. Entretanto, porém, os Belle and Sebastian cresceram, envolveram-se em crises semi-conjugais internas e enriqueceram. Pelo que já se leu sobre o novo álbum, não parece que muitos lhe tenham perdoado o aburguesamento. Faz parte da ortodoxia da crítica musical. Há segredos que deveriam ser apenas nossos para sempre, bandas que, por nós, permaneceriam imutáveis até ao fim dos dias. Mas não é assim a realidade. Depois da pureza e da ilusão, o destino ofereceu aos Belle and Sebastian a possibilidade de fazerem tudo como os outros - criar família, pagar o empréstimo, comprar um Porsche, arranjar uma amante e utilizar muitos instrumentos para gravar canções. O caminho rumo à idade adulta, que começou a ser percorrido com a viragem do milénio, foi tudo menos auspicioso. "Fold Your Hands, Child, You Walk Like a Peasant", "Storytelling" e "Dear Catastrophe Waitress" foram, em grande medida, discos falhados, com temas de antologia mas muitas excrecências que nem a memória do mais fiel retém. "The Life Pursuit", felizmente, inverte a tendência. Não faz os Belle and Sebastian regressarem aos tempos da estética lo-fi e da atitude Do It Yourself, mas, mais importante do que isso, ao olimpo da pop perfeita, viciante, liricamente micro-cósmica e musicalmente hiper-referente (as minhas desculpas pela última frase, de tão pouco pop que é). Com a ajuda do produtor Tony Hoffer, nou-



tras ocasiões companheiro de estúdio de Beck, Air, Mercury Rev e de mais umas quantas celebridades do meio, os Belle and Sebastian fizeram um disco caleidoscópico, com as melodias dos Kinks ("Funny Little Frog"), a brisa dos Beach Boys ("Act of the Apostle Part 1"), a country solarenga dos Thrills ("Another Sunny Day"), o boogie de Marc Bolan ("The Blues Are Still Blue"), os teclados soul de Stevie Wonder ("Song For Sunshine") e até o espírito antigo dos próprios (a reprise de "Act of the Apostle" parece enxertada de "Seeing Other People", o segundo tema de "If You're Feeling Sinister"). É certo que os Belle and Sebastian de 2006 não são já "Os" Belle and Sebastian tal como deles nos lembramos – os artistas enquanto jovens. Mas não deverá ser fraca consolação o facto de "The Life Pursuit" ser uma magnífica colecção de canções, o melhor dos Bellies desde "The Boy with the Arab Strap" (1998). Não há mal nenhum em subir na vida. A burguesia também tem as suas angústias. E há ainda muitas canções para sobre elas escrever. ●

—FRANCISCO MENDES DA SILVA

VIOLONCELO NO TELHADO

Mischa Maisky
Vocalise-Russian Romances, DeutscheGrammophon, 2006
"Après un Rêve", DG, 2000

Um disco obrigatório para o primeiro semestre do ano é "Vocalise—Russian Romances" do violoncelista Mischa Maisky, acompanhado por Pavel Gililov ao piano. O mestre letão mergulha num rico universo que conheceu nos seus anos de infância e conservou no seu coração— o da canção russa.

Este património oral e popular, de imensa tradição e espírito, confunde-se com a própria identidade russa. Conheceu o seu apogeu nos romances do século XIX, adquirindo um poderoso e intenso lirismo quando foi trabalhado por grandes mestres da música e literatura da época.

Maisky canta com o violoncelo a voz de grandes como Pushkin, Goethe, Tolstoy ou Lermontov, como tinha sido enquadrada em música por gigantes como Glinka, Tchaikovsky, Mussorgsky, Rubinstein, Rimsky-Korsakov ou Rachmaninov, entre outros. E o resultado é estimulante e surpreendente.

Tecnicamente, a gravação é muito boa; apresenta um equilíbrio sonoro excelente que realça o intimismo, a espontaneidade e tensão da actuação ao vivo sem sacrificar a profundidade de som.

Os timbres encorpados e expressivos do violoncelo encontram conforto e cumplicidade no piano de Gililov. Os dois interpretes entregam-se sem esforço e com grande maturidade a uma selecção musical caracterizada por grande romantismo e melancolia. Com enternecedora candura, sonhadoramente, ou com apaixonados arrebatamentos, conduzem o ouvinte a um domínio onde as palavras deixam de ter importância.

De Mischa Maisky, recomenda-se igualmente "Après un Rêve", editado igualmente pela DeutscheGrammophon, em Setembro de 2000, onde interpreta transcrições de mélodies francesas com acompanhamento ao piano de Daria Hovora; ou os trios para piano dos russos Shostakovich e Tchaikovsky [DG, Agosto de 1999] com Martha Argerich e Gidon Kremer. ●

— ANTÓNIO COSTA AMARAL

O MELHOR CANTOR DO MUNDO

Camané, Ao Vivo no São Luíz (DVD), Capitol/EMI Music Portugal, 120 min. (concerto + extras)

João Lisboa escreveu no "Expresso" – creio que por alturas do lançamento do então último disco de estúdio de Camané, "Pelo Dia Dentro" – que o cantor era a reencarnação de Amália Rodrigues, e isto no contexto onde as vozes femininas, em larga maioria, pareciam reclamar a herança da Diva. Num dos extras do DVD "Camané ao vivo no São Luíz", o fadista revela em entrevista que os seus cantores favoritos – Sinatra, Brel, Amália, Carlos do Carmo –, justamente por serem os preferidos, são os melhores cantores do mundo. Seguindo esta lógica "tão lógica", é a minha vez de afirmar que Camané é para mim o melhor cantor do mundo (um dos).

O DVD surge depois da enorme exposição que Camané obteve graças ao projecto Humanos (com Manuela Azevedo e David Fonseca) e permite recuperar a noção de que a sua arte maior consiste na interpretação do fado, em particular dos fados tradicionais. A tradição é a marca distintiva do espectáculo "Como sempre... Como Dantes", cuja edição em CD dizia respeito a concertos anteriores, no CCB e no estrangeiro, e cujo alinhamento se dá a ouvir e a ver aqui já com máximo apuro de rodagem.

Outra diferença que valoriza este documento é a prestação de Carlos Bica (contrabaixo), músico com quem Camané actua e grava sempre que pode e que é dono de um som no mínimo invejável. A prestação de Bica ainda mais se destaca nos temas não-fado como "Sopram Ventos Adversos" e "A Cantar é Que Te Deixas Levar" (ambos de José Mário Branco), ou no instrumental "Será/Variações em Ré Menor", pelo que junto dos igualmente brilhantes José Manuel Neto (guitarra) e Carlos Manuel Proença (viola) forma a melhor trindade de acompanhantes que um fadista pode desejar.

Para os que não assistiram a qualquer espectáculo da digressão, há também a surpresa de ver o palco do São Luíz, num súbito ascender de pano, transformado em casa de fados estilizada onde Camané sentado, com microfone de lapela, canta naquele seu modo contido de atingir o absoluto, versos belíssimos de João Ferreira Rosa, Edmundo de Bettencourt e João Fezas Vital com os músicos ainda mais próximos e todos sob a luz de um candeeiro. A encenação, minimalista, de Manuela de Freitas, o máximo que permite para não violentar a natureza do fadista, é que este se erga e se desloque quando no fado "Esquina de Rua" se escuta o verso "andavas devagarinho pelas ruas de Lisboa...".

Sobriedade e correcção são aquilo que podem esperar os que comprarem este DVD. Nos extras, apenas um documentário para iniciados na história de Camané e um registo de bastidores curioso e experimental. Gestos discretos que acentuam a generosidade que em palco é enorme e que faz de Camané, como atrás já disse, o melhor cantor do mundo. ●

—RICARDO GROSS

Artes plásticas

REVOLUÇÃO GULBENKIAN

Sede e Museu Gulbenkian. A Arquitectura dos anos 60
Galeria de Exposições Temporárias da Fundação Gulbenkian
Ter. a dom. das 10 às 18h
Até 4 de Junho

Podia alinhar uns quantos parágrafos sobre o novíssimo dos Belle and Sebastian - que está a tocar no leitor aqui ao lado (na qualquer festarola primaveril que se preze. E isso não é dizer pouco.

Na década de 60 do passado século, em pleno Estado Novo, Lisboa viu surgir um edifício que foi uma autêntica revolução. Uma obra monumental na escala mas sóbria na simplicidade da forma de paralelepípedo rectangular, moderna na eleição do betão e do vidro mas poética na fusão harmoniosa com os jardins envolventes. Um centro cultural de dimensão internacional como o país não tinha, concebido para dinamizar a cidade e servir a comunidade. Meio século depois de ter nascido, a Fundação Calouste Gulbenkian recorda, numa mostra que ocupa a Galeria de Exposições Temporárias, a história desta revolução, que foi a sua.

Sede e Museu Gulbenkian. A Arquitectura dos anos 60 (que encerra um ciclo dedicado à construção da fundação) organiza-se em sete núcleos que nos contam, passo a passo, a história deste edifício que foi capaz de enfrentar o tempo e ainda hoje parece moderno: o momento em que foi concebido, no final dos anos 50, a escolha do lugar, das equipas e dos consultores; os projectos apresentados por três equipas de arquitectos, e a solução vencedora, de Alberto Pessoa, Pedro Cid e Ruy d' Athouguia; a passagem do projecto à obra, desde o licenciamento à conclusão, em 1969; os materiais utilizados na construção; a intervenção no parque pelos arquitectos paisagistas Gonçalo Ribeiro Telles e António Viana Barreto; o impacto da fundação depois da inauguração....

Na galeria aberta para a serenidade dos jardins, a narrativa encena-se com filmes, fotografias, maquetas, documentos, cartas. Registos que atraem o público menos conhecedor dos meandros da arquitectura pela presença da História, como as imagens da construção e inauguração do edifício, pela qualidade artística, como os desenhos a grafite, lápis de cor e tinta-da-china dos arquitectos, ou simplesmente pelo carácter intimista, como a carta em que Calouste Gulbenkian fala ao poeta Saint-John Perse da sua paixão pelos jardins da propriedade que tinha na Normandia, ou aquela outra em que Almada Negreiros anuncia ao engenheiro Guimarães Lobato que se dispõe a fazer o painel na entrada principal da fundação. Há ainda depoimentos actuais e intervenções artísticas de Gabriele Basilico (fotografias que contextualizam o conjunto da sede e museu no quadro urbanístico da Lisboa contemporânea) e Filipa César (uma instalação vídeo que revela o mundo subterrâneo que serve a fundação).

É uma exposição à imagem desta obra classificada pelo IPPAR como Monumento Nacional: grande e boa...

— FÁTIMA VIEIRA

FOTÓGRAFOS DA TERNURA

Em Foco, Museu da Cidade-Pavilhão Preto,
Ter. a dom. das 10 às 13 h e das 14 às 18h, Até 28 de Maio

São fotografias de um tempo ainda muito longe do digital, mas modernas, no seu novo olhar, no Portugal de meados do século passado. Oito dezenas de trabalhos reunidos numa exposição (Em Foco) no Pavilhão Preto do Museu da Cidade. Doze autores- António Sena da Silva, Augusto Cabrita, Carlos Afonso Dias, Carlos Calvet, Eduardo Gageiro, Fernando Lemos, Francisco Keil do Amaral, Gérard Castello-Lopes, João Cutileiro, Jorge Guerra, Manuel Costa Martins e Victor Palla - deslumbrados por um ideal humanista.

O conjunto faz parte da colecção de fotografia da Fundação PLMJ (da sociedade de advogados A. M. Pereira, Sáragga Leal, Oliveira Martins, Júdice e Associados). Trata-se de trabalhos produzidos entre as décadas de 40 e 60, a par de outras mais recentes de alguns dos fotógrafos ainda activos. Uma obra que, nas palavras do comissário Miguel Amado, rompe com a ideologia estilística vigente no período posterior à II Guerra, afastando-se dos salões do Estado Novo para descobrir o espaço urbano e os seus habitantes.

A máquina é como um caderno de notas onde o fotógrafo regista com olhar sensível e rigor estético as emoções que encontra no dia a dia. A melancolia em Lisboa, nas figuras solitárias que deambulam pelas ruas ou se refugiam nos cafés (Victor Palla); a alegria das raparigas que lavam roupa no Douro ou das crianças que brincam (Keil do Amaral); a dureza da faina dos pescadores da Nazaré (Eduardo Gageiro) ou do trabalho operário no Barreiro (Augusto Cabrita); a tranquilidade dos lugares e das gentes de Monsaraz (João Cutileiro); a ansiedade da multidão que aguarda no Terreiro do Paço a chegada de Isabel II (Carlos Calvet)...

A ruptura também se faz, mais radical, a outro nível: Em Foco estão algumas das fotografias surrealistas de Fernando Lemos, em que o lado secreto e insólito da realidade emerge nas composições encenadas que exploram os efeitos de luz/sombra ou nos retratos em que se utiliza os dispositivos da fotografia manipulada para sugerir traços psicológicos.

Para lá da crítica que se insinua em várias obras, compondo no seu conjunto um certo retrato social do país, o que fica é sobretudo a ternura do olhar (que já é outro em fotografias mais recentes dos mesmos autores). No optimismo do pós-guerra, estes homens acreditavam que era possível melhorar o mundo através da fotografia, transmitindo-lhe a emoção com que o retratavam.

— FÁTIMA VIEIRA

O Engraxador

A CULTURA DO ARTIFÍCIO

Fernando Sobral

Há cerca de 10 anos Tony Blair anunciou as fronteiras da cultura da "nova esquerda": "Sou um homem moderno. Faço parte da geração do rock'n'roll – os Beatles, a televisão a cores, é dessa geração que eu venho". Supunha-se que o casamento da música pop e da televisão tinha feito nascer, no paraíso terrestre, os salvadores que anunciavam um novo mundo. O imaginário da "nova esquerda", no enunciado de Blair, fazia-se a partir das cinzas das culturas populares (rurais e proletárias), destruídas pelo nivelamento criado pela "idade do espectáculo". E nele a televisão era central. O efémero tornava-se modernidade. O exercício militante dos "spin doctors" encarregou-se de fazer o resto. A jovem esquerda acantonada no PS português está mais atrasada. É um fruto da televisão a preto e branco que fermentou entre as más traduções da cultura francesa e o neo-realismo tardio. Ouviu os Beatles num gira-discos e ficou ali, fascinada e inculta. Leu as frases escolhidas de Sartre e julgou ter chegado ao cume da montanha. Mas quer ser moderna. Mesmo se a "nova esquerda" portuguesa não entende porque hoje, nos bares onde se sentem os novos tempos, se voltam a escutar os Sétima Legião, os New Order ou os Heróis do Mar, num espírito revivalista dos anos 80. Simplesmente porque a banda sonora dos tempos de crise é o rock.

Culturalmente a esquerda foi no século XX a galinha dos ovos de ouro da cultura. E acreditou que ia ser a poedeira de serviço para sempre. Absorveu a época em que quem não louvava as teses comunistas ou o neo-realismo era um pária que merecia a guilhotina a cair-lhe sobre a língua. Em Portugal fez isso com requintes, mesmo no período de Salazar. Conquistou a universidade e as elites culturais. Apagou o resto. Os anos 60 abriram-lhe as portas de onde saiu Blair, entre o rock'n'roll e a televisão. Em Portugal não. Porque a "nouvelle cuisine" ideológica da esquerda pós-comunista contaminou o seu pensamento. Preparou a sua política cultural feito à sombra da bananeira do Estado. A esquerda, para melhor controlar o que se fazia, fez do subsídio a sua fonte de ideias. Para a esquerda a cultura não pode nascer fora da órbita do Estado. Porque, de outra forma, não a controla. Assim, subsidia-a. Por isso a esquerda apoia os denominados produtores de cultura. São eles a quem se destina. E não a quem poderia ler ou ver. A isso poderia chamar-se "centralismo democrático" pseudo-cultural. Ramalho Ortigão, nas "Farpas" escreveu que: "imaginou-se a ostentação e o fausto como medida geral, e, não havendo o 'ar', inventou-se a 'moda'; não havendo a elegância, criou-se o 'chique'. E assim foi que nasceu o dandismo contemporâneo". A cultura da "nova esquerda" é de centro comercial: muita forma e pouco conteúdo. Vive do artifício e do "jet set" que viu um quadro de Warhol mas desconhece Caravaggio. Não é por acaso que Manuel Maria Carrilho representou o símbolo perfeito da "nova esquerda" que vive à volta do PS. A que é que se reconduz a "política cultural" dos períodos de Guterres e de Sócrates? A um admirável deserto que é o Foz Côa, à lógica do direito dos criadores serem subsidiados para "cultivarem" o povo e ao nebuloso acordo para a entrada da "colecção Berardo" no CCB. A forma substituiu o conteúdo. Isabel Pires de Lima é, nesse aspecto, a Cinderella da política cultural da esquerda: passa o tempo à procura de um chinelo pós-moderno que lhe caiba no pé. A chamada "nova esquerda" é assim. Recupera o "snobismo" que nunca perdeu, pela negativa. Isto é, tenta ser proletária sem o ser. Diz que a arte serve para ensinar coisas, mas pratica uma cartilha diferente: um jogo de vénias alimentado pelos espelhos. Faz filmes para o povo que só ela vê. É uma natação obrigatória: escreve sobre os amigos escritores na imprensa. Domina parte do pensamento universitário. Critica as elites. Mas é a elite que patrulha ideologicamente tudo o que não faz parte da sua teia de amizades. Porque a chamada esquerda cultural em Portugal não é um clube ideológico: é um círculo de amigos que acreditam na sua "superioridade moral", mas que praticam um dandismo pouco esclarecido. A sua modernidade é um equívoco. Porque, em Portugal, a "nova esquerda", não se libertou do complexo de órfã tardia do dogmatismo francófono. Mesmo quando tenta ser moderna à moda de Blair. ●

> Isabel Pires de Lima é a Cinderella da política cultural de esquerda: passa a vida à procura de um chinelo pós-moderno que lhe caiba no pé. A chamada "nova esquerda" é assim: faz filmes para o povo que só ela vê, vive do "jet set" e do artifício

Roteiro Atlântico

POR ALAÍDE COSTA

SEMINÁRIOS| CONGRESSOS| CONFERÊNCIAS| LANÇAMENTOS|ETC.

EM DESTAQUE

Colóquio Internacional Movimento Estudantil – Dilemas e Perspectivas
24 de Maio [14h30] - Sessão Inaugural
[16h30] - Transformação Social, Culturas Juvenis e Movimentos Estudantis
25 de Maio [10h00] - Espacialidades e Dinâmicas
[15h00] - Experiências e Desafios
[17h30] - Conclusões e Sessão de Encerramento
O colóquio "Movimento Estudantil: dilemas e perspectivas", pretende estimular a reflexão sobre o estado da arte na abordagem teórica dos movimentos estudantis, dar a conhecer alguns estudos recentes a decorrer nesta área, e promover um debate inter-geracional centrado na realidade do movimento estudantil português das últimas quatro décadas.
Este colóquio terá a participação das seguintes individualidades: Colin Barker (Manchester Metropolitan University), Miguel Gómez Oliver (Universidad de Granada), Nina Clara Tiesler (ICS – Univ. de Lisboa), Elísio Estanque (FEUC), José Manuel Mendes (FEUC), Claudino Ferreira (FEUC), Miguel Cardina (FLUC), Ana Drago (FEUC), Ana Delicado (Univ. de Lisboa), Ana Paula Marques (Univ. do Minho), Rui Bebiano (FLUC) Rui Namorado, Hélder Costa, Diana Andringa, José Neves, Zita Henriques, Miguel Duarte, Ana Sofia Pinto, Octávio Luiz Machado e Maria Manuela Cruzeiro (Centro de Documentação 25 de Abril).
Local: Faculdade de Economia da Univ. de Coimbra, Colégio de S. Jerónimo
3001- 401 Coimbra
Tel. +351 239855570
e-mail: cjuvenis@ces.uc.pt e-mail:
Organização: Projecto Culturas Juvenis – Centro de Estudos Sociais, Fac. de Economia Univ. de Coimbra
(www.ces.uc.pt)

SEMINÁRIOS

Seminários Temáticos do ISCTE
03 de Maio [18h00] - Que Justiça para o sec. XXI?
Conceição Gomes (Observatório Permanente da Justiça Portuguesa)

24 de Maio [18h00] - O segredo da desigualdade social: a tolerância societal às desigualdades?
Manuel Villaverde Cabral (Inst. de Ciências Sociais, Univ. de Lisboa)
Local: ISCTE, Av. Das Forças Armadas 1649-026 Lisboa
Tel. + 351 217 903 000
e-mail: iscte@iscte.pt
Organização: ISCTE, (www.iscte.pt)

2º Ciclo de Seminários de Investigação em Ciências da Comunicação
11 de Maio [18h30] - A Cartase do Fogo: Sobre a Simbologia dos Incêndios no Ecrã da Televisão
Fernando Ilharco (Fac. Ciências Humanas / UCP)
Local: Edifício João Paulo II, Palma de Cima 1649-023 Lisboa
Tel. +351 217 214 000
e-mail: rlopes@fch.ucp.pt
Organização: Centro de Estudos de Ciências da Comunicação, da Univ. Católica Portuguesa, (www.ucp.pt)

Encontros Arrabida: Seminário Internacional "Cultura, Factor de criação de riqueza"
11 de Maio [10h00] - Cidades, Indústrias Criativas e Desenvolvimento
[11h30] - A Economia da Cultura
[16h30] - Discussão / Debate
Nuri Çolakoglu (Comité Executivo Istambul Capital Europeia da Cultura 2010); Juris Dambis (Autoridade da conservação do Património Cultural, Letónia); Guilherme Oliveira Martins (Tribunal de Contas); Carlos Laranjo Medeiros (Rede IPI); Francesco Buranelli (Museus do Vaticanos); Stephen Fuller (George Manson University)
12 de Maio [10h00] - Relação Cultura, Inovação
[11h50] - Discusão / Debate
[14h30] - O "Estado da arte" em Portugal
[16h15] - Discussão / Debate
Carlos Laranjo Medeiro; Guilherme Oliveira Martins; Arun Mahizhnan (Instituto de Estudos Políticos de Singapura); José Maria Ballester (Fundación Marcelino Botin, Espanha); Nuno Portas (Arquitecto); João Pinto Guerreiro (Reitor Univ. do Algarve); Rita Oliveira (Shift); Odete Patrício (Fundação de Serralves); Daniela Rodrigues (Museu Nac. Arte Antiga)

Local: Fundação Oriente, Rua do Salitre 66-68 1269-065 Lisboa
Tel. + 351 213 585 200
e-mail: dcultura@foriente.pt
Organização: Fundação Oriente
(www.foriente.pt)

Ciclo de Seminários do Depto de Economia da Universidade de Évora
12 de Maio [14h30] - Output Persistence and Upside Down Electoral Business Cycles: What Does Really Matter?
António Caleiro (Univ. de Évora)
Local: Colégio do Espírito Santo, 7000-803 Évora
Tel. +351 266 740 894
e-mail: economia@uevora.pt
Organização: Depto. Economia da Univ. de Évora, (www.uevora.pt)

Ciclo de Seminários ISEG
12 de Maio [15h00] - Economic Definitions of the City: Four perspectives
Jonh Parr (University of Glasgow)
22 de Maio [14h30] - Seminário "A divisão sexual do trabalho nos novos sectores da economia"
Sara Falcão Casaca (ISEG)
Local: ISEG, Rua do Quelhas, 6 1200-781 Lisboa
Tel. +351 213 925 800
e-mail: idefe@iseg.utl.pt
Organização: Instituto Superior de Economia e Gestão da Univ. Técnica de Lisboa, (www.iseg.utl.pt)

CONFERÊNCIAS

Conferências de Administração Pública: "Menor Estado Melhor Estado"
03 de Maio [10h00] - Racionalização dos

Serviços Públicos
[14h30] - Parcerias Público-Privado
[16h30] - Sustentabilidade da Segurança Social
Carlos Silva Menezes (Director do Centro de Emprego); Paulo José de Ribeiro Moita de Macedo (Director-Geral dos Impostos); Bettencourt Picanço (Sindicato dos Quadros Técnicos do Estado); João Figueiredo (Secretário Estado da Administração Pública); José Pedro Machado (Câmara Municipal de Braga); Óscar Gaspar (Acessor do Primeiro Ministro); Eugénio Rosa (Economista); Lino Mesquita Machado (Director do Em parceria com a Agência Hospital S. Marcos); Paula Veiga (Univ. do Minho); Custódio Lima (Univ. do Minho); Francisco Carballo Cruz (Univ. do Minho); Medina Carreira; José António Vieira da Silva (Ministro da Segurança Social e do Trabalho); Isabel Pinho (Univ. do Minho); Carlos Manuel Pereira da Silva (Univ. do Minho); Fernando Lopes (Univ. do Minho); Miguel Gouveia (Univ. do Minho); Teresa Rodrigues Santos Veiga (Univ. do Minho)
Local: Campus de Gualtar 4710-057 Braga
Tel. +351 253 253 604 518
e-mail: jfilipe@eeg.uminho.pt
Organização: Centro de Estudos de Administração Pública, da Univ. do Minho, (www.eeg.uminho.pt)

Ciclo de Relações Internacionais

03 de Maio [15h00] - A Corrupção e o Seu Combate a Nível Internacional: Actores, Processos e Impactos
Luís de Sousa (ISCTE)
Local: Almedina Minho - Campus de Gualtar 4710-057 Braga
Tel. +351 253 253 678 822
e-mail: geral@almedina.net
Organização:Livraria Almedina (www.almedina.net)
24 de Maio [19h00] - O Público decide: O Médio Oriente consente a Democracia! Intervenientes a definir
Local: Almedina Atrium Saldanha – Atrium Saldanha Loja 71, 2º Piso, Praça Duque Saldanha 1050-094 Lisboa Braga
Tel. +351 213 570 428
e-mail: geral@almedina.net
Organização:Livraria Almedina (www.almedina.net)
Instituto Português de Relações Internacionais (www.ipri.pt)

Ciclo Falar de Blogues

17 de Maio [19h00] - Blogues no Jornalismo: Jornalismo e Comunicação
Manuel Pinto (Jornalismo e Comunicação: www.webjornal.blogspot.com); Paulo Querido (Mas certamente que sim : www.pauloquerido.net); António José Silva (Sopa de Pedra: www.sopadepedra.blogspot.com)
Local: Almedina Atrium Saldanha – Atrium Saldanha Loja 71, 2º Piso, Praça Duque Saldanha 1050-094 Lisboa Braga
Tel. +351 213 570 428
e-mail: geral@almedina.net

Organização:Livraria Almedina (www.almedina.net)
José Carlos Abrantes (www.josecarlosabrantes.net)

Hetero-Retratos

09 de Maio [21h30] - Direito: Código Penal
Figueiredo Dias (Fac. Direito, Univ. de Coimbra); Paulo Ferreira da Cunha (Fac. Direito, Univ. do Porto); António Pedro Pita (Filósofo)
Local: Auditório de Serralves, Rua D. João Castro 210 4150-417 Porto
Tel. +351 226 156 500
e-mail: serralvesl@serralves.pt
Organização: Fundação de Serralves (www.serralves.pt)

Antes que venha o Mundial: futebol e literatura

09 de Maio [18h30] - A Escrita do futebol: O futebol como matéria-prima. Os livros, os escritores e o acto criativo da escrita sobre futebol
Álvaro Magalhães; Ferreira Fernandes; Ivan Nunes; Ricardo Araújo Pereira; Torcato Sepúlveda
16 de Maio [18h30] - Jornalismo desportivo: Vantagens, desvantagens, dasafios e limitações do tratamento jornalístico do futebol em Portugal
Afonso de Melo; António Tadeia; João Marcelino; Pedro
Boucherie Mendes ; Rui Zink
23 de Maio [18h30] - Patriotismo no futebol: Perspectivas para o Mundial e para a forma como acompanharemos a selecção nacional
João Querido Manha; Jorge Madeira ("maradona"); Miguel
Guedes; Pedro Mexia; Rui Tavares

Livros em Desassossego

25 de Maio [21h30] - Os clássicos portugueses devem, ou não, ser estudados na escola?
Debate moderado por Carlos Vaz
Local: Casa Fernando Pessoa, Rua Coelho da Rocha 16-18
1250-088 Lisboa
Tel. +351 213 913 270
e-mail: cfp@casafernandopessoa.com
Organização: Casa Fernando Pessoa (www.casafernandopessoa.com)

Comemoração do Cinquentenário da Fundação Calouste Gulbenkian

10 de Maio [18h00] - Poluição do ar e saúde: Uma perspectiva europeia
Sylvia Medina (APHEIS, European Information System on Air Pollution and Health); Carlos Borrego (Univ. de Aveiro); Viriato Soromenho Marques (Fac. Letras, Univ. de Lisboa)
23 de Maio [18h00] - Alterações cilmáticas e saúde: uma perspectiva global
Bettina Menne (Global Changr and Health, WHO/OMS, Regional Office for Europe); Filipe Duarte Santos (Fac. De Ciências, Univ. de Lisboa); Viriato Soromenho Marques
Local: Fundação Calouste Gulbenkian ,Av. de Berna 45
1067-001 Lisboa
Tel. +351 217 823 000
e-mail: serralvesl@serralves.pt
Organização:Fórum Gulbenkian de Saúde, da Fundação Calouste Gulbenkian (www.gulbenkian.net)
Agência Europeia do Ambiente (www.eea.eu.int)
24 de Maio [18h00] - A Ciência e a Cidade: O Ócio
Fernando Catarino (Fac. de Ciências, Univ. de Lisboa);
Carmo Gomes (ISCTE); Nuno Delgado (desportista)
Local: Fundação Calouste Gulbenkian, Av. de Berna 45
1067-001 Lisboa
Tel. +351 217 823 000
e-mail: info@gulbenkian.pt
Organização: Fundação Calouste Gulbenkian (www.gulbenkian.pt)

LANÇAMENTOS

15 de Maio – Revista Europa Novas Fronteiras nº 18 : Estratégia de Lisboa Relançada – O caminho europeu e o emprego
Paralelamente decorrerá um debate sobre a Estratégia de Lisboa, organizada pelo Centro de Informação Europeia Jacques Delors
Local: CIEJD, Centro Cultural de Belém, Rua Bartolomeu Dias 1400-026 Lisboa
Tel. +351 213 652 500
e-mail: geral@ciejd.pt
(www.ciejd.pt)
31 de Maio – Histórias de vida de médicos imigrantes, de Ricardo Falnei
O lançamento deste livro insere-seno Fórum Gulbenkian Imigraçã, que intregra o debate sobre Médicos Imigrantes moderado por Manuel Antunes
Local: Fundação Calouste Gulbenkian, Av. de Berna 45 1067-001 Lisboa
e-mail: info@gulbenkian.pt
(www.gulbenkian.pt) ●

(ALAIDERAMALHOCOSTA@GMAIL.COM)

Deste Mundo e do Outro

VIDAS | MULHERES | SÍTIOS | RELIGIÃO | BLOGUES | FUTEBOL | BOÉMIA | RÁDIO | ETC.

SENTADOS NO SOFÁ

A POLÍTICA NA TV

Manuel Falcão

Em Portugal, hoje em dia, neste ano da graça de 2006, a política surge na televisão de forma pré-histórica: em declarações feitas a pedido, em conferências de imprensa monótonas, em congressos partidários transmitidos em directo e em transmissões oficiais do Parlamento. O resto, não existe. O jornalismo político, a análise séria, a notícia, a investigação, o debate, quase desapareceram – dos canais generalistas desapareceram mesmo e os dois canais de informação (SIC Notícias e RTPN) oscilam entre a propaganda e a notícia, com claro predomínio da propaganda.

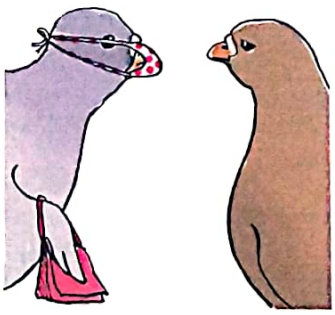
O pior é que alguns seres que se apresentam como jornalistas políticos têm tendência a camuflar a respectiva parcialidade através de graçolas e brincadeiras subdesenvolvidas, para introduzir comentários a despropósito. O acto de informar, reportar, foi abandonado e venceu a galhofeira observação de pé de página, muleta dos pobres de espírito.

No fundo, alguns pretensos jornalistas políticos mimetizam o estilo dos políticos comentadores, e assim se cria uma perversão ainda maior: acaba por ser o modelo abastardado a ser a referência quase monopolista.

O mais triste, porém, é o que se passa no comentário: em vez de ser feito por observadores atentos, é produzido pelas partes interessadas. Os jornalistas foram substituídos por deputados, líderes putativos, chefes de fila diversos ou moços de recados e traficantes de influências. Curioso é que um membro desta alargada corporação de interesses, como Jorge Coelho, considere que a situação se prende «com a economia de mercado em que vivemos», numa atabalhoada justificação para uma mistificação, muito bem resumida por essa sumidade comunicacional que é um dos obreiros da intervenção do Estado na informação, Arons de Carvalho – cuja passagem pela pasta da Comunicação em dois governos socialistas não deixou saudades e foi causa de muitos dislates. O axioma de Arons ficou assim definido: «as pessoas têm interesse em ouvir um político no activo».

Não sei em que se baseia o senhor deputado, mas na realidade esta ideia serviu de base a uma distorção comum: é a de que tudo é feito a bem da democracia e do pluralismo. É obviamente falso. Esta é a maneira mais segura de minar a democracia e limitar o pluralismo. Entre o estilo relato de futebol de Marcelo e o estilo porta-voz oficioso de António Vitorino, muito fica a faltar. Na realidade a utilização destas «talking heads» partidárias é a desculpa para não existirem mais debates, é o pretexto para pseudo-entrevistas. Eles são o álibi – se a política não está ali, onde estará?

Uma busca cuidada pelas grelhas dos principais canais públicos e privados da Europa e dos Estados Unidos revela que nos outros países não existe o fascínio pelos políticos no activo que Arons de Carvalho enaltece, nem pelos vistos a presença dos políticos nos ecrãs (salvo momentos excepcionais) é considerada fundamental para o desenvolvimento das respectivas economias de mercado. Mesmo na Itália de Berlusconi não se ia tão longe e a RAI inclusivamente tinha todas as noites um programa de debate (de debate, repito!), moderado e intermediado, o «Porta a Porta», onde se debatiam temas concretos com a presença de políticos, especialistas e responsáveis sectoriais. Notem bem: debate e não comentário; troca de ideias, em vez da deificação da opinião absolutista dos iluminados.



Vai uma diferença, não vai? ●

MULHERES À SOLTA

MITOLOGIA ERÓTICA FEMININA

Rita Barata Silvério

O difícil não é escrever sobre homens. O que mais sobra por aí são pernas nuas ao domingo nas televisões inter-planetárias, dezenas de homens a correr atrás da bola, suadas as t-shirts e a masculinidade nunca posta em causa quando embatem ao mais puro estilo «cabresto da montanha alpina em competição pela única fêmea em setenta quilômetros à redonda». São assim os jogadores de futebol, atletas obscenamente bem pagos para meter golos e alegrar os sentidos gustativos do mulherio que por contrato conjugal, inércia ou gosto genuíno (que também as há) assiste a estas lutas de noventa minutos por três pontos na classificação. Porque estes homens desprendem tanta testosterona por metro quadrado que não há mulher a quem não se lhe detenha a retina em frente ao ecrã. Nem que seja por um segundo. Até a dupla desportivo-dentária Ronaldo e Ronaldinho tem a sua graça enquanto figurinos do jogo de machos. Dura normalmente este êxtase um breve instante: o suficiente para transformar indivíduos com o vocabulário de uma criança de sete anos em absolutos heróis da mitologia erótica feminina. O mesmo acontece com os toureiros, machos por excelência e o culminar da bravura dentro daquelas calças bem apertadas e com os olhos postos na morte. Ou, se me permitem os leitores, os bombeiros, os últimos guerreiros honestos do meu universo particular, sempre prontos a salvar gatinhos das árvores, bebés do fogo feroz e danificados em geral. Como Kurt Russell em Backdraf, com esse ponto de alcoolismo, desgraça familiar e uma dose de valentia não apta para cardíacas hormonais.

Acontece que o nosso mito erótico não

passa da guloseima entre horas, do capricho caro e dispensável: do último que uma mulher precisa é de um Joaquín Cortés pavoneando-se pela casa em tronco nu à hora da sesta, por muito bem que lhe dê ao músculo abdominal. Para divas da tragicomédia urbana já nos bastamos sozinhas. Mais do que heróis, Hércules ou Atilas com infâncias complexadas, as mulheres querem o Deus do Olimpo, o Homem Absoluto, aquele que congela a vida e a ideia dos outros só com dizer o nosso nome. Esquecemos o antes e para o depois só desejamos estar enroladas no abraço eterno do mais fabuloso dos seres. E não falo em casamento, mas de jornais ao domingo, pés frios no inverno e a compreensão do corpo alheio. Como compaginar a celulite com um homem como David Beckham? Essa é a diferença entre heróis e deuses: aos primeiros cega-lhes tanto o orgulho violento à base de cremes ou batalhas que esquecem que a primeira vitória está na cama à espera de os proclamar imortais. Escrever sobre homens é fácil, o difícil é conseguir encontrar um Homem Absoluto que encha um livro. ●

o défice mais escandaloso não é o de sexys na igreja mas o de igreja nos sexys.

Importa ressalvar a importância de como se persuade. Uma religião sem modos não vai longe. Muito menos ao Céu. Tocar às campainhas das pessoas para as inquirir sobre o destino eterno nem ao Diabo lembra. É rejeitar semelhante estratégia e seus emissários. Pela espada é manifestamente desconfortável e os tempos aconselham cuidado com as lâminas. A hora propicia terceiras vias. Proselitismo gentil, pois claro. Daquele que afirma como quem afina, daquele que convence como quem convida, daquele que baptiza como quem balança.

As virtudes do proselitismo não são apenas espirituais. O proselitismo acredita na economia de mercado. Que vença a melhor ideia desde que haja espaço nas prateleiras para todas e a todos os preços. A ética protestante e o espírito do capitalismo não estão para brincadeiras. O monopólio do pluralismo já deu o que tinha a dar. Objectarão os tímidos que a fé não se pode resumir a um produto. Claramente porque nunca o experimentaram. ●

O PÚLPITO

PROSELITISTA, POIS COM CERTEZA

Bruno Alves

Converter pagãos ao cristianismo é das poucas coisas realmente importantes que restam. Fazer proselitismo. Com estilo, de preferência. A vantagem dos evangélicos sobre os católicos é que, crendo que a fé ainda serve para algo, permanecem aplicando a lógica da expansão. Não há amizades desinteressadas: qualquer vizinho, qualquer colega, qualquer moço da Telepizza é um alvo de evangelização. O que há de mais divertido que fazer um santo de um devasso?

Enquanto o mundo saliva por perder a virgindade, a igreja anseia por restituí-la. É esse o intuito de arranjar novos fiéis. Tapar todos os buracos previamente penetrados. Reconstruir da imundície a pureza. Substituir a livralhada ateia pela Bíblia Sagrada. A inexorável dinâmica do cristianismo é negar irreversibilidades: nunca outra religião fez tanto por ex-prostitutas. Argumentam as almas tolerantes não ser bonito defender a superioridade da nossa religião. Não é sexy. Contudo,

SOLTEIRÃO

RE: FRUSTRADO E REBARBADO

Adolfo Mesquita Nunes

Um dos momentos por que mais ansiei desde que comecei a desfiar a minha privacidade nesta revista finalmente aconteceu, na semana passada. Esperei cerca de quatro meses para encontrar, escondido entre os e-mails do *enlarge your penis* (como é que eles descobriram?), o meu primeiro hate mail. Há muito que esperava pela conservadora indignação dos que ainda pensam no celibato como uma partida do destino que devemos tratar com complacência. E é com evidente satisfação que vos posso dizer que o autor, anónimo como tem de ser, deu tantas largas ao tom difamatório, gozão e maldizente que desconfio que tão cedo não encontrarei outra coroa de glória como esta. Resumidamente, e traduzindo para linguagem mais ou menos aceitável numa revista como esta, o "Sr. Casado" (é este o endereço de e-mail) insurge-se contra o tom rebarbativo desta coluna e diz que me imagina como um frustrado amoroso, incapaz de esconder o desejo de encontrar alguém com quem casar e de ter aquela vida que se supõe seja feliz para sempre. Respondi-lhe, agradecendo as palavras sinceras e honestas, confessando que ele não estaria longe da razão e que, por uma simples questão de justiça, estaria disposto a assumir, na próxima coluna, sem medos ou falsos devaneios, que estou a atravessar uma fase de negação do meu estado de solteiro e que nunca como antes estou a considerar a possibilidade do casamento. Vamos a isso "Sr. Casado"?

Comecei a sonhar com um casamento na altura em que decidi mudar de ares e arrendar nova casa. Arrendar, digo bem, porque os preços proibitivos impedem qualquer solteiro de comprar uma casa sem receber de oferta uma corda com que se enforcar no dia em que os juros subirem um pouco mais do que o esperado. Ao que parece, os jovens casais gostam de imobilizar 35 anos da sua vida no crédito imobiliário, impedindo os preços de descer e os celibatários de comprar. Acontece que encontrar casa para arrendar não é tarefa fácil. Também ao que parece, as leis do arrendamento são tão descaradas que nenhum proprietário na plena posse das suas capacidades mentais aceita arrendar as suas casas. Ainda assim, porque a persistência ainda é a arma dos fracos, lá encontrei três casas para visitar, todas de seguida. Na hora marcada, com o meu melhor fato e o mais respeitável dos semblantes, apareceu a minha primeira candidata a senhoria (eram todas mulheres). Franziu o olho quando me viu sozinho, sem ninguém atrelado a fazer conjunto, num gesto que seria repetido pelas restantes candidatas. A meio da visita, entre o corredor e a sala, quase discretamente, a senhora lá perguntou se eu teria bebés. Evidentemente que, se os tivesse, teria mulher. E se tivesse mulher, seriamos um adorável casalinho, recém-casado, ao estilo do "vê-se mesmo que são boa gente, ele é doutor e tudo". Mas não, respondi. Que não tenho bebés e que não sou casado. Com esta leprosa revelação, o inevitável aconteceu, desta e das outras vezes: a senhoria lá elencou as mazelas do prédio e dos vizinhos. Que são gente de idade, que quer descanso, que não suporta barulho, que não se faziam festas no prédio, que aquilo não podia ser um entra-e-sai de gente, que o prédio está velho e tem de ser estimado, que os cães não são bem vindos, que o condomínio afinal sou eu que pago, que a água falta quase todos os dias...

Apesar das três más experiências, e já devidamente acomodado nas meias-verdades, encontrei finalmente uma casa, esta de onde vos escrevo, sentado numa cadeira já apodrecida que resgatei na casa de uma bisavó. Aliás, tudo o que povoa esta casa foi conseguido à custa da fácil caridade de quem se

À Esquerda

ESQUERDA LIBERAL

Bruno Cardoso Reis

Esquerda liberal é coisa que não existe. Ou, quando muito, é uma maneira útil de fazer contrabando de boas ideias (de direita), num país sociologicamente à esquerda como Portugal, em que agendas reformistas (de direita) fazem medo. Admito que a tese (defendida, por exemplo, por José Crespo de Carvalho, no Jornal de Negócios há umas semanas) mereça alguma consideração. Com o 25 de Abril, a esquerda tomou o poder e moldou o regime. A tendência normal do "centrão" para recear mudanças bruscas levaria-o a estar, em Portugal, mais à esquerda do que à direita. Mas, se virmos os resultados eleitorais nestes trinta anos, a verdade é que não há sinais claros desse predomínio esmagador da esquerda. Talvez faça mais sentido falar de um esquerdismo difuso que obriga a direita, para chegar ao poder, a descair no sentido de um estatismo dito social-democrata. Mas há dois problemas com esta tese. O primeiro é a ideia de que estatismo ou Estado Providência é algo necessariamente estranho à direita. O segundo é a noção de que o liberalismo é algo naturalmente de direita.

Sobre a existência de uma direita estatista não vale a pena elaborar muito, basta dar exemplos: do nosso miguelismo, passando pelo bonapartismo e bismarckianismo, até aos fascismos vários e aos partidos democrata-cristãos. Mas a ideia da esquerda liberal como uma invenção recente também não resiste a uma análise historicamente informada.

A noção política de esquerda e direita, ou seja, de um espectro partidário, surgiu no contexto da política parlamentar muito polarizada da França pós-Revolução Francesa. Ora, nesse parlamento francês em que primeiro se falou politicamente de esquerda e direita, a ala esquerda era ocupada sobretudo por liberais. Durante boa parte do século XIX, ser liberal e ser de esquerda era o normal em boa parte da Europa. Mesmo na Inglaterra, evocada como exemplo da tríade supostamente mais rigorosa – Esquerda (Trabalhista), Centro (Liberal) e Direita (Conservadora) – a verdade é que esta divisão só começou a fazer algum sentido depois da Primeira Guerra Mundial. Claro que este esquema funciona sobretudo no contexto partidário e parlamentar no qual surgiu, menos no campo mais complexo da filosofia politica. Mas os pensadores não existem no vazio, e, por exemplo, Locke ou Burke faziam parte de grupos reformistas (Whigs) à esquerda de grupos mais conservadores (Tories).

Mas faz hoje sentido falar de um liberalismo de esquerda? É verdade que o conteúdo do espectro partidário tem variado. Hoje somos todos liberais ao aceitar certos aspectos da democracia burguesa antes ardentemente contestados pela direita reaccionária e pela esquerda radical. Mas, a par da esquerda comunista, sempre existiu na Europa e nos EUA uma outra tradição. Basta pensar em nomes como Keynes (se não acreditam em mim leiam o que sobre ele escreve Hayek) ou Arthur Schlesinger Jr., precisamente na altura em que emerge o neo-liberalismo (que tem algo de liberal mas também muito de neo). Ou autores actuais como Amartya Sen, Joseph Nye, John Rawls, ou Paul Krugman.

Não tenho problemas em reconhecer que existe uma direita neo-liberal que desenvolveu a partir do liberalismo clássico uma agenda de redução radical do papel do Estado. Mas não vejo qual o argumento para recusar direito de cidade a uma esquerda que tem pelo menos tanta legitimidade para reclamar essa herança clássica – e que a lê no sentido de dar a um Estado reformado um papel importante no equilíbrio de poderes, o que sempre foi uma preocupação fundamental do liberalismo. No fundo, é positivo que a herança filosófica liberal seja disputada. Apenas duvido que em Portugal, à esquerda e à direita, o liberalismo seja tão popular e tão conhecido como alguns parecem supor.

quer ver livre das coisas velhas: o microondas da tia, já sem um botão, a máquina de lavar a roupa do pai que só pode funcionar a 45.º, o serviço desencontrado e de várias proveniências que as cozinhas já dispensam e até a televisão, do tempo em que ainda se pagava taxa e o António Calvário era um sex-symbol, veio encomendada de uma prima, também em mudanças. Ainda insisti numa lista de presentes para a minha nova casa, que os meus amigos rejeitaram, dizendo que se encarregariam de me levar coisas na festa de inauguração. Graças a essa festa de inauguração, e a todos os meus amigos, tenho actualmente 13 cinzeiros, 4 equipamentos de fondue, 16 conjuntos de bases para copos e 3 saleiros. Todos estes presentes, por junto, devem valer o mesmo que eu gastei no casamento de cada um deles. Mesmo daqueles a quem tive de dar o presente em conjunto, dividido o preço irmamente entre casados e solteiros, cabendo a cada casal o mesmo que a cada solteiro.

É por estas e por outras "Sr. Casado", que o senhor está cheio de razão. O tom rebarbativo destas crónicas existe. E nunca como antes quis tanto (mas tanto) ser casado. •

MÃE GALINHA

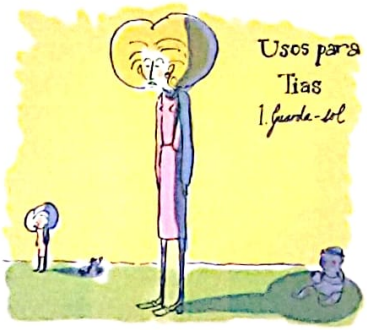
TERESINHA

Inês Teotónio Pereira

Nasceu a minha primeira filha, a Teresinha. Mas como é a quarta vez que eu tenho um filho, o entusiasmo à volta deste acontecimento foi mais esbatido. No hospital ninguém se interessou muito em dar-me lições sobre os banhos, as cólicas ou a complicada tarefa de amamentar. "Ah, é o quarto filho?! Então já sabe..." Por mais que eu explicasse que já não me lembrava bem como é que se punha álcool no umbigo e que nunca tinha mudado uma fralda a uma rapariga, ninguém me levou muito a sério. Olhavam para mim e pensavam: "És louca, metes-te aí a ter filhos uns atrás dos outros, agora desenrasca-te!" E eu desenrasqueime: telefonei freneticamente para a minha irmã que é enfermeira e cá me tenho safado.

Entretanto, os meus dias passaram a ser repartidos por horas, mais especificamente de três em três horas, em vez da forma tradicional e civilizada que divide as 24 horas em dia e noite. Entre alimentar o bebé, tratar das outras crianças, fazer massagens para aliviar as cólicas da Teresinha e

ir buscar e entregar os meus outros filhos nas escolas, sobra pouco tempo para comer. A minha vida transformou-se de facto, e parece que irreversivelmente. Deixei de ter um bem essencial que nunca me faltou – tempo. Agora passei a ter algumas horas disponíveis que servem essencialmente para dormir e para comer. Mas não me queixo (só um bocadinho). Esta nova experiência de ser mãe de alguém do mesmo sexo, deixa-me assustada: imagino os laços, os gritinhos, as barbies, o cor-de-rosa choque a invadirem a minha casa e a chocarem com os carros, as bolas, os soldados e a Play Station 2 que estarão sempre em franca maioria. Como gerir o quarto dos brinquedos? É a minha primeira dúvida. A outra tem que ver com o número de filhos: viagens de carro só em monovolumes. Depois, são as adversidades: já não posso aparecer em casa dos meus pais para almoçar e avisar apenas meia-hora antes, e como é que se adormecem quatro crianças de idades diferentes mas próximas ao mesmo tempo? Com a Teresinha, a minha vida mudou mesmo. É mais difícil, mas está muito melhor. ●



LIVRO ABERTO

CHOQUE DE CIVILIZAÇÕES

Bernardo Pires de Lima

Saio de casa com dois, três livros debaixo do braço. Minto: com algum jeito ainda cabe um jornal e até uma revista, normalmente a "Economist". Nunca gostei de andar com as mãos a abanar. Manias? Todos as temos. Pior é quando elas se tornam necessidades vitais. Compromissos pessoais. Entro no metro. Pouco depois a velha cantiga: "próxima paragem: Restauradores". Olho em volta e, invariavelmente, o mesmo: "VIP's", "Novas Gentes", alguns "Metros". Com muito cuidado, viro as capas dos livros para o outro lado. Acabo de assumir que me sinto intimidado com o arsenal de papel que pulula pelas carruagens. Vejo olhares na minha direcção – e na de mais um ou dois "aliens" – que, traduzidos, davam qualquer coisa como "e anda a gente a trabalhar para sustentar estes parasitas", ou "lá vai este com os livros do costume, em vez de se fazer à vida". Sossego. Vislumbro um "Memórias de uma Gueixa" e um Dan Brown qualquer. Por alguns instantes estou reconfortado, integrado naquele canto de carruagem. Não me interpretem mal: não sou fundamentalista da qualidade, muito menos tenho perfil para censor público. Mas gosto de livros. Sempre achei que o civismo também passava por aí. A viagem continua. Pergunto-me pela trigésima vez se algo se passa comigo. Terei sarna? Os olhares continuam, o que me faz desconfiar de alguma coisa. Olho de soslaio para a vidraça na tentativa de descobrir o que se passa. Resposta dada pelo reflexo: montanha de livros, mais jornais, mais revistas. Tudo isto à vista e sem aquelas odiosas pastas que arrumam com qualquer um. Saio na "próxima paragem: S. Sebastião". Porque a Gulbenkian é já ali.

Regressado de Londres dias depois, o choque não perdoa. Inclino-me para uma explicação que está a meio caminho entre um programa do Manuel Luís Goucha e um café na Tate. Dizem os entendidos que o caso não terá cura: chama-se "deslocamento identitário". Logo me confrontam com o inevitável "porque não vais para lá viver definitivamente, se te estás sempre a queixar?". Hesito na resposta, mesmo que a saiba na ponta da língua. Porque não voltar a entrar em Covent Garden e passar um bom bocado até Earl's Court? Porque não voltar a estar entre pessoas civilizadas que se recusam a andar duas estações sem entrar por um livro adentro? Porque não saber que em cada esquina há uma livraria que nos faz sentir uma criança numa loja de brinquedos? Acho que tenho a resposta na ponta da língua, mesmo que não me apeteça dá-la para já.

Para bem dos meus pecados, o tratamento à crise não envolveu terapias de choques eléctricos nem tão pouco à psicanálise de sofá. Foi bem mais simples e a conta bancária agradeceu. Duas ou três agradáveis viagens no velhinho "tube" para nos autodiagnosticarmos: o choque é civilizacional. Huntington, ao contrário do que muitos pensam, falhou completamente o alvo. ●

MARIALVA

O ELOGIO DAS LARVAS

Rodrigo Moita de Deus

Nunca fui fanático. Pelo contrário, nessas coisas sou muito bem comportado. Sempre que estou com não fumadores, por exemplo, evito puxar do cigarro. É uma questão de cortesia e civismo em sociedade, tão elementar como usar desodorizante. Fumo, bebo e como quase tudo. Tenho mais probabilidades de morrer com um ataque cardíaco que o Benfica tem de voltar a ganhar a liga dos campeões.

O governo prepara-se agora para proibir o fumo em locais públicos. Depois da proibição de venda e utilização de colheres de pau, suspeito que seja apenas mais um passo nesse longo caminho para uma sociedade de utopia esterilizada. Uma sociedade sem fumo, germes nem bifanas preparadas em frigideiras com patine. Uma sociedade imaculada onde podemos viver tempo suficiente para usarmos fraldas outra vez. Prolongar a vida.

Esta ideia traz-me à cabeça a impressionante imagem de uma certa velhota que, num corredor de um hospital público, esperava por uma consulta. Empurrada numa cadeirinha, já não falava, já não pensava, de cabeça tombada para a frente, limitava-se a respirar o suficiente para sobreviver. Na cara liam-se marcados mais de cem anos.

A longevidade denunciava-lhe uma vida saudável. Provavelmente não fumou, não saiu à noite, não exagerou nos fritos, nunca adormeceu num passeio com uma borracheira digna de embaraçar romanos. Na prática não viveu, mas viverá certamente muito mais do que eu. As larvas debaixo da terra vão-lhe elogiar a qualidade dos rins, fígados e pulmões. Não comia nada assim há séculos. Que belos pulmões! Parecem novos. Sabe Deus que comigo vai ser bem diferente. Os fascistas da higiene recorrem sempre ao argumento dos custos para o sistema nacional de saúde dos fumadores que lá chegam com os pulmões feitos panela de escape de um Ford Escort da década de setenta e o fígado feito alambique. Bom argumento. E o dinheirão que custa a velhota, que deve passar três dias por semana ali no hospital? E o dinheirão que custará manter toda essa praga de velhinhos e velhinhas que querem multiplicar com as leis de esterilização? Custos de saúde, custos em reformas, custos em lares subsidiados pela segurança

social. Ah, pois é!

A verdade é que um homem compra o seu maço de Marlboro, paga 60% de impostos e ainda faz o favor de ir desta para melhor no auge da vida activa, com evidente lucro para o Estado. E o que fazem eles? Proíbem-nos de fumar aumentando exponencialmente o défice.

Viver muito? Morrer tarde? Sim, claro. Mas com o corpinho dos vinte, a erudição intelectual dos cinquenta e a capacidade sexual dos trinta. Quando conseguirem isso, avisem-me. Eu estou ali ao fundo da rua a empanturrar-me com um cozidinho à portuguesa. ●

VIDA ACADÉMICA

O PORREIRISMO E A FINLANDESA

Henrique Raposo

Trabalho de grupo na faculdade. Fenómeno endémico. Fórmula conhecida: alunos e/ou alunas (entre três a cinco), copos, muita conversa intercalada com tédio de tumba e algum sexo. Não se lê. Não se escreve. Um dos membros do grupo rabisca qualquer coisa na véspera da entrega. E a nota da paródia nem costuma ser má. Num país qualquer, o trabalho de grupo é uma tarefa específica, entre outras tarefas. Em Portugal, é mais do que isso. É cultura. É a representação académica do porreirismo. Mas o que é o 'porreirismo'? A única forma de compreender o fenómeno passa por conversar com estrangeiros, sobretudo com as gentes albinas do Norte.

Há dias conheci um finlandês. Estatuto: mago do telemóvel. Ocupação: distribuir sapiência tecnológica entre empresas indígenas. Apreciação: um chato do caraças! Porquê? O tipo, aparentemente, não parava de elogiar Portugal. "Mas V. está bem?", comentei. O ditoso finlandês, Joonas Muurinen, continuou: "Não! Vocês são simpáticos! Fazem sentir-nos bem! São bons amigos". "Ah! Assim está bem, companheiro", exclamei de imediato. Afinal, Joonas não estava a elogiar Portugal mas os portugueses. E há uma diferença. Há que perceber o abismo que separa o conceito 'Portugal' (falhado projecto público) do conceito 'portugueses' (os seres privados que habitam Portugal).

Joonas tem razão: gostamos de largas mesas recheadas com largos copos e animadas por larguíssimas conversas. Isto é, "somos porreiros", para parafrasear a mulher de Joonas, Taina. Mas se o 'ser-se porreiro' é um festival privado, é também uma infelicidade pública. Porquê? Porque os portugueses regem a vida pública de forma privada. O porreirismo é a abolição da diferença entre público e privado, cidadão e amigo, Francisco Veiga e Chico. Por outras palavras, os portugueses levam as pantufas para o trabalho. O português é um óptimo pai, mas é um mau vizinho. É um grande amigo, mas é um mau companheiro de trabalho. Portugal só existe enquanto conjunto de humores privados. Não tem vida pública. Não temos patriotas ou cidadãos. Apenas gajos porreiros.

A paródia do trabalho de grupo é um reflexo de um país que trabalha de pantufas. Nesta estranha actividade colectiva, onde não se aprende nada, o aluno português revela a essência do 'gajo porreiro': um pequeno deus privado entre amigos, mas um imbecil público entre colegas de trabalho. Gosto dos portugueses. Detesto Portugal.

O gajo porreiro, entre copos e conversas, leva a finlandesa para casa, mas, depois, tem de implorar ajuda profissional ao finlandês. Eis, portanto, o eterno dilema português: ficar com a Taina, mantendo a ideologia da porreirice, ou copiar os hábitos de sucesso de Joonas, recusando o porreirismo que nos garante a finlandesa. Recuso-me a optar. Prefiro manter a esperança. Há-de existir maneira de conciliar a quentura privada que derrete a Taina com uma frieza pública que dispense o Joonas. Descobrimos a Índia! Haveremos de descobrir forma de manter as pantufas entre quatro paredes! ●

A SERRA E A CIDADE

DA FALSIDADE SOBRE A PACATEZ

Nuno Amaral Jerónimo

É uma falsa ideia julgar que a vida das cidades do Interior é de uma pacatez absoluta comparada com o grande rebuliço das metrópoles do Litoral. É verdade que as maiores cidades na faixa de 100 quilómetros mais perto de Espanha têm entre 25 e 30 mil habitantes, número que os maiores prédios de Tóquio ou Nova Iorque albergam com facilidade. Por outro lado, os elevadores desses prédios nunca estão quietos. Na cidade onde moro, por exemplo, as autoridades competentes, com receio de enormes fluxos de trânsito nocturno, decidiram manter os semáforos ligados 24 horas por dia. Não seguiram o exemplo de Coimbra, minha cidade natal, onde os semáforos, chegada aquela horinha de ir para cama, passam a intermitente, obrigando os condutores a cuidados especiais como sejam olhar para um lado e para o outro.

Aqui não. Mesmo em cruzamentos com visibilidade total, lá está o sinal vermelho a indicar-nos que devemos parar. No fundo, uma mensagem pedagógica às 4 da madrugada. Que as regras existem e são para cumprir, de noite e de dia. Que a pressa não é boa conselheira. Que a vida no Interior – lá está – não é feita da lufa-lufa da capital. Este é um exemplo claro da proximidade e da preocupação com o indivíduo próprio das zonas mais despovoadas. Aquele sinal vermelho, numa rua onde não passa mais nenhum carro, diz-me "Agora pode não vir ninguém da esquerda, mas... e se viesse? Isto nesta cidade nunca se sabe. Eu estou aqui para te proteger, Nuno." Porque eu acredito que, ao contrário do que se passa em Lisboa ou no Porto, aqueles semáforos me conhecem. E acredito nisto porque sempre que me aproximo, mudam tranquilamente para amarelo e depois para vermelho, numa atitude familiar e condescendente.

A vida nas cidades do Interior é feita de pequenos gestos, como cumprimentar diariamente o senhor da mercearia (embora se façam as compras todas num dos quatro hipermercados à disposição) ou levantar o dedo do meio aos chico-espertos (fauna existente em todo o território nacional) que invariavelmente surgem nas nossas vidas, aparentemente pacatas. Pequenos gestos. E pequenas palavras, também, algumas delas irreproduzíveis em revistas de tiragem alargada como esta. Porque a vida no Interior e nas encostas das serras não é assim tão pacata como um morador da Avenida da República pode julgar. ●

SEGREDOS DO CHEF

O "PLÁSTICO" NA COMIDA

José Avillez

A constante evolução na cozinha, não nos proporciona apenas maravilhas para os sentidos, como as espumas, os ares comestíveis e outros deslumbres culinários que um pouco por todo o mundo se têm desenvolvido.

A cozinha e a sua evolução não segue só este caminho e o aparecimento de novos tipos de cozedura vem provar isso mesmo. Se, por um lado, surge a chamada comida de plástico (a maior parte sem qualidade) a que tentamos não recorrer sob o risco de perdermos a identidade alimentar e, até, de ficarmos adeptos da facilidade de sabores estrategicamente utilizados (doce e salgado). Por outro, surgem as novas técnicas culinárias que nos "servem" comida cozinhada em plástico. Esta, quando bem feita, é de grande qualidade. Falo da cozinha sous vide ou cozinha em vácuo, técnica desenvolvida no final dos anos 60 em França e hoje utilizada um pouco por todo mundo em grandes restaurantes e cozinhas industriais.

Sous vide é um método de cozedura onde se coloca um determinado alimento, normalmente carne, num saco de plástico próprio para o efeito e se sela em vácuo. A cozedura é feita num banho-maria com temperatura controlada ou num forno a vapor e, muitas vezes, utilizando os dois métodos. Para os mais leigos na matéria, a ideia de colocar comida em sacos de plástico, cozinhá-la e comê-la é, de certa forma, estranha e pouco apetecível. Mas, aprofundando um pouco esta técnica, vamos perceber a razão deste método e porque conseguimos retirar tanto partido dos alimentos assim cozinhados. Em primeiro lugar, mais do que uma arte "esta cozinha" é uma ciência, em muitos dos casos exacta: o profissional domina as técnicas seguindo procedimentos rigorosos guiados por tempos e temperaturas precisas.

Já todos fomos comer um bife a um restaurante e definimos o seu ponto de cozedura: mal passado, médio ou bem passado. São termos que dominamos perfeitamente e que nos permitem controlar (com alguma margem de erro) o ponto do bife que vamos comer. Mas, e se esta margem de erro fosse diminuída ao mínimo e começássemos a pedir um bife com 54 °C no interior (mal passado) ou um com 57 °C (médio - mal)? Conseguiríamos, de certo, um bife à nossa medida.

Com a cozedura sous vide isto é mais do que possível, e não só. Ao cozinharmos uma peça de carne dentro de um saco de plástico numa temperatura controlada, a carne não tem qualquer contacto com a água não perdendo por isso quaisquer sucos, e assim conseguimos conservar tudo o que de melhor temos na carne, jogar com as temperaturas, tempos e texturas. Um exemplo prático ajuda-nos a perceber melhor. Vejamos todo o procedimento tomando como exemplo um magret de pato.

1. fazer cortes em zig-zag na pele do pato sem chegar à carne, temperar com sal; 2. Saltear primeiro do lado da pele, numa frigideira bem quente sem gordura nenhuma, até ganhar alguma cor; 3. Virar de lado e corar mais 30 segundos.(Corar o magret ajuda a despertar todos os sabores da caramelização); 4. Arrefecer em célula. Colocar o magret num saco e selar em vácuo; 5. Num forno a vapor colocar o magret a 83°C durante 3 minutos (permite fazer uma «selagem» mais eficaz e ajuda a manter os sucos no seu interior) retirar e colocar num banho-maria com a água a 60°C até o peito de pato atingir os 50°C de interior (aqui o magret começa a sua cozedura interior, a temperatura interior é medida com um termómetro com sonda); 6. Retirar deste banho-maria e colocar num outro a 54°C até atingir também 54°C no interior (Completa a cozedura ficando mal passado). (Aqui poderiam haver algumas variantes, aumentar a temperatura final para o pato cozinhar mais ou deixar 30 minutos a 54°C para ficar mais tenro); 7. Com o magret cozinhado à temperatura definida, retirar do banho-maria e deixar arrefecer 30 minutos à temperatura ambiente (para que os sucos que saíram da carne voltem a entrar lentamente). Colocar mais 30 minutos em água, e, de seguida, 1 hora em água com gelo; 8. Guardar refrigerado. Tem uma validade de 21 dias.

Para voltar a aquecer, basta colocar num tacho com água a 50 graus, aproximadamente, e se desejar, voltar a corar o magret para ficar crocante. Com certeza que não é uma receita para se experimentar em casa, acho no entanto interessante transmiti-la para que se possa perceber a complexidade da cozinha. E até onde se chega para procurar a perfeição.

Agora já sabe, quando lhe falarem em comida cozinhada em "plástico", o que está por detrás do prato que lhe chega à mesa. Não pense muito, delicie-se... ●

BOLA QUADRADA

GAZUA

Francisco Trigo de Abreu

É indiscutível que a selecção húngara de 1954 foi uma das melhores equipas de sempre. Ainda antes do Mundial foi jogar a Wembley contra Inglaterra. Ganharam 6-3. Os ingleses pediram a desforra em Budapeste. Levaram 7-1. Eu sei que eles eram os melhores. Não porque os tivesse visto, mas porque o meu tio me contou e o meu tio, acreditem, percebe muito de futebol. É verdade que os húngaros perderam a final do Mundial disputado na Suiça contra a Alemanha por 3-2, mas não é menos certo que, na fase de eliminatórias, a equipa de Puskas, Kokcis e Czibor cilindrou a mesma Alemanha por 8-3.

Porém, nenhum destes jogos vem verdadeiramente ao meu caso. O que eu quero é falar do jogo contra o Brasil no mesmo Mundial de 54. Os húngaros ganharam ao escrete por 4-2 e passaram à fase seguinte. Mas o facto verdadeiramente significativo desse jogo foi o relato feito por um dos muitos locutores de rádio brasileiros. Depois de passar todo o jogo a insultar o árbitro ("salafrário" foi um dos mimos repetido ao longo da transmissão radiofónica), o jornalista decidiu provar aos seus ouvintes que a sua opinião era completamente imparcial. Chamou ao microfone para dar a sua opinião sobre o jogo "esse grande vulto da cultura brasileira José Lins do Rego". O romancista, que se deslocara à Suíça só apara ver a selecção, foi muito sintético sobre a actuação do árbitro inglês:

-"Laaaadrão de Mr. Ellis, gaaatuno! Ele não tem apito, tem gazua. Caaabrão!"

Vem este episódio a propósito do meu protesto contra a qualidade das arbitragens portuguesas. E não quero fazer o "post-mortem" dos vários casos da arbitragem portuguesa durante esta época. Não vou escrever sobre a mão do Pepe no jogo da taça contra o Sporting; o golo anulado ao Rio Ave contra o Benfica em Vila do Conde; a escandalosa não expulsão de Quaresma ou mesmo a anedótica amostragem do cartão vermelho a Bosingwa no último Sporting-Porto. Também não vou falar do penalty escamoteado ao Braga na Luz ou mesmo do famoso síndroma do jogador-que-tem-de-jogar-sem-braços. O que eu quero falar é sobre os árbitros que nem sequer têm a grandeza para ficarem na história como grandes ladrões. São só medíocres. José Lins do Rego não lhes dedicaria um só insulto. A arbitragem portuguesa nunca desceu tão baixo. ●

ALMADA CONNECTION

RISCOS & RABISCOS

Tiago Geraldo

O garatujo, espontâneo, irreprimível, é filosofia de trupe. Assinaturas estilizadas, formas medíocres e simplistas, um uso quase pornográfico da cor e uma imaginação a preto e branco: eis o graffiti, uma insinuação juvenil destinada à exultação momentânea de um ideal estético pouco menos que medieval.

Os graffitis poluem desdenhosamente as nossas cidades e insultam diariamente o nosso

bom gosto. Há quem fale em «contra-cultura» para designar os obscenos rabiscos que maculam a candura virginal das nossas paredes. Um conceito de cultura aberto em todos os seus pontos às dilacerações do absurdo e do desastre estético, transformou-se, infelizmente, num lugar comum. Méritos deste novo nivelamento? Aparentemente nenhuns. Senão vejamos.

A criação intelectual surge muitas vezes da consciência aguda do fracasso terreno e da necessidade, gloriosa e perfeccionista, de abolir, pela sublimação, aquilo que nos constrange e diminui. A angústia existencial de Kierkegaard nasce dos risos que ouve na rua pela postura marreca e a célebre perna curta e Baudelaire escreve sobre mulheres para minorar os efeitos de uma cruel impotência.

Os graffitis não mostram esta tensão, este conflito. Porquê? Porque antes de querer ser uma forma de arte, é sobretudo uma declaração de guerra. Uma guerra que nos deve lembrar Napoleão – um homem que declarou guerra ao mundo para esquecer que as mulheres, na cama, lhe chamavam «Napi».

Pondo de parte o atrevimento e o anarquismo da vadiagem, há naquela mixórdia a que alguns insistem em chamar de arte um certo primarismo penitencial. Pensamos nas teorias de Lombroso e vemos nesta juventude avessa ao banho, ao estudo e ao próprio quarto, uma vocação dramática para a marginalidade e a delinquência. Cada pedaço de parede desfigurado pelas insígnias do bando é um lugar, privatizado pelos jovens, que se pretende excluir da esfera celeste.

Para nossa suprema desgraça, os meninos querem mesmo um mundo à sua imagem: tão mau e tão feio como eles. Um tamanho ódio ao cânone e ao Renascimento é a raiva própria de quem acaba de ver ao espelho aquilo de que não gosta em si mesmo. Não menosprezem nunca a angústia destes rapazes. Por menos que isto Napoleão mandou invadir Portugal. •

VINTE E UM

VELHO DE ESPÍRITO

Bruno Alves

Apesar do diminuto contacto que vou mantendo com os restantes membros da minha faixa etária (opção minha, sorte deles) há coisas de que me vou apercebendo. E uma delas é o receio que os jovens modernos têm de deixar de o ser. Como em quase tudo o resto, não os acompanho. Não receio a velhice. Receio a morte (embora vá mantendo a esperança que ela, seguindo o exemplo das várias raparigas com que me fui cruzando na vida, não queira saber de mim). Mas a velhice não. Aliás, aguardo ansiosamente pela velhice. Suspiro pela minha chegada à terceira idade. Apenas dispensava a segunda. Não é a aproximação da chegada do Fim, inerente aos anos dourados, que me assusta. É o esforço despendido nos anos que os antecedem, e a sensação de que tudo terá sido em vão.

É isto que os políticos obcecados com o "emprego jovem" não percebem. Não percebem que a juventude em geral não ambiciona entrar no "mercado de trabalho" (perdoe-me, caro leitor, pela aridez da linguagem. É o resultado de prestar atenção aos discursos do Primeiro-Ministro). Ambicionam, isso sim, passar directamente da dependência paternal para a dependência estatal. Do parasitismo privado ao parasitismo público. Da mesada à reforma. Não sou excepção. E se isso se passa comigo, que sou, como o leitor poderá facilmente constatar, superior à restante maralha púbere, imagine como será com eles.

Mas há uma coisa que nos separa. Os meus companheiros de grupo sociológico não querem trabalhar, pois desejam continuar a ter tempo para as suas festas e para a sua conhecida promiscuidade. Enquanto eu anseio pela minha chegada à condição de pensionista por já saber como ela é. Levo, caro leitor, uma vida de velho. Fechado em casa. Lendo livros. Vendo televisão. Olhando para jovens beldades vagamente ilegais com um considerável sentimento de culpa, e plena consciência da falta de interesse que teriam por mim, caso a minha extrema magreza não me tornasse invisível aos seus olhos. Sofrendo com o calor. Sofrendo com o frio. Sofrendo com tudo. E, caro leitor, só tenho pena de não ser pago para o fazer.

Como diziam os apoiantes do dr. Soares, a única idade que interessa é a idade do nosso espírito. De espírito, sou um velho. Um velho de 127 anos. Como se pode ver, de resto. A senilidade transparece em cada linha. •

SÍTIOS DE CULTO

A MINHA CASA DA SORTE

Pedro Marques Lopes

Gosto do jogo da Lotaria. Aquelas histórias do EuroMilhões e do Totoloto não me convencem. Os prémios que saem nesses jogos parece que nos tornam em tipos com vontade de fazer viagens a Marte, de comprar ilhas ou ir para o Paris Dakar de limousine acompanhado de pedicure, massagista, disc-jokey, etc. etc. Como tenho medo de voar, não gosto de ver só água á minha volta e não gosto de passeios no deserto armado em aventureiro, esses jogos não são para mim. Não fosse isto bastante, parece que se fica excêntrico... como os que conheço são na sua maioria esmagadora tontos infelizes, contento-me com a Sorte Grande. Isso sim, parece que além do dinheirito – em quantidades que me parecem razoáveis e não nos permitem entrar em loucuras disparatadas – o cidadão fica com sorte e grande – ou melhor, muita.

Basta ver os clientes deste jogo e dos outros. O candidato à taluda vai à sua loja habitual ou ao cauteleiro com prazer, pergunta por que diabo na semana passada lhe voltou a vender cautelas sem prémio ao que lhe respondem que foi por pouco: "Tá a ver, se em vez de este que eu lhe disse, tivesse ficado com o outro...". Fala-se de futebol, do tempo, provoca-se o vendedor dizendo que só vende jogo "branco", ao que este responde que já "deu" centenas de prémios – e por fim, lá se enfiam um ou vários rectângulos ao bolso e nos despedimos com o invariável "até para a semana".

Nada disto se passa com os jogadores dos outros jogos. Estes entram nas lojas com um ar desconfiado, com um papel já preenchido, pagam e vão-se embora. Como prova da aposta levem um microscópico papelinho branco sem alma, com umas dezenas de números que não significam nada. Nem uma foto de um santinho, nem uma igreja, nada. Eu tenho o meu número certo, o 8008, que ainda me há de dar a sorte grande, mas enquanto não sai vou comprando semanalmente as minhas cautelinhas. Assim, à terça-feira desço ao Rossio onde na Casa da Sorte entrego às mãos conhecedoras do Sr Augusto as cautelas respeitantes à "roda que andou" no dia anterior. Mal me vê informa-me que o 8008 não deu nada. Queixa-se pela enésima vez das arbitragens do seu Sporting e da sinusite. Nesse momento chega o Sr. Oliveira que diz que tem ali o segundo prémio e que faz questão de mo dar. Do fim do balcão ouve-se o Sr. Álvaro que informa que "jogo premiado é aqui deste lado" e que me guardou o 77 do Macarthy.

A Casa da Sorte do Rossio é um antigo estabelecimento especializado em Lotarias e outros jogos de apostas – repito, Lotarias e outros jogos, como se houvesse um verdadeiro jogo e os outros. Tem toda a razão. É uma casa com "patine", que nos dá a sensação de termos entrado numa máquina do tempo que nos transportou para uma época diferente onde

havia tempo para uma conversa, uma anedota, um comentário sobre as nossas maleitas, onde ainda se vê gente de chapéu a escolher os seus bilhetes de lotaria de uma resma de cautelas. Ouvem-se bizarras histórias de pessoas que entravam de costas, de outros que procuravam as cautelas com um rasgãozito, de outros ainda que exigiam que o empregado pisasse a cautela que queriam levar. É uma casa com História e com muitas, muitas histórias para contar. Saio sempre com uns cobres a menos, mas bem-disposto e mais apaixonado pela cidade que me adoptou e que ainda tem estes paraísos escondidos no meio dela. ●

CRÓNICA BOÉMIA

MANHÃS SUBMERSAS

Alexandre Borges

Desde sempre que o boémio tem de enfrentar um temível inimigo: as manhãs. O verdadeiro noctívago tem pavor à luz fria matinal e sabe que jamais será arrancado da cama antes das onze por bons motivos.

O que acontece de manhã? É preciso fazer análises, ao sangue ou à urina – em jejum, logo, de manhã. Médico. Consulta. De manhã, óbvio. A senhora do centro de saúde nem deu hipótese: "Fica logo para a oito", disse, com um sorriso de boa samaritana, acrescentando, despudoradamente, "para ficar despachado e poder ir trabalhar à vontade". Como se 'trabalho' e 'vontade' fossem palavras que, alguma vez, tivessem cabido numa só modesta frase.

O que acontece mais de manhã? Tudo aquilo que é impraticável à tarde; leia-se: serviços da administração pública. Avisam-nos logo: "o melhor é vir cedinho, quando há pouca gente". Ora, como dizem isto a todos, bem mandado, entro na loja do cidadão pela manhã e suponho que os U2 estejam lá ao fundo, entre o balcão do Gás e o do Registo Automóvel, a conceder um pequeno show-case. Ou que reapareceu o Messias. Ou que a Angelina Jolie decidiu ir ali mudar a sua morada fiscal.

Depois, há os transportes públicos que oferecem recriações diárias de como se vive em Pequim, os pequenos-almoços com os familiares idosos que estão acordados desde as quatro e meia, as ressacas, o nosso cabelo a assumir-se como animal selvagem farto do cativeiro e a tortura chinesa de, em tudo quanto é sítio, levar com provérbios acerca da saúde que dá levantar cedo, como cínica resposta ao nosso aspecto ensonado e febril.

O noctívago, devidamente fornecido do kit café + guronsan + óculos de sol, habita as manhãs como um astronauta: dentro de um fato, ouvindo a própria respiração, boiando pelo espaço por causa da pouca gravidade. Contempla os aliens em torno e admira-se que haja vida inteligente naquele planeta frio. E, no fundo, apesar de orgulhoso do seu empreendimento, ele deseja mesmo é regressar a casa e, ao final da noite, correr as ruas desertas a insultar a analista, o médico de família e o yuppy do cardio-fitness, enquanto se pergunta se alguém, alguma vez, se terá apaixonado de manhã. ●

O HOMEM DA MARGEM

MAUS TEMPOS PARA VIVER

Jorge Madeira

Coube-lhe, como a todos os homens, maus tempos para viver".

Foi a "desertificação do interior" - expressão pandémica, gerada pela inultrapassável conjugação da ingnorância com a estupidez e uns pozinhos de mau feitio, sempre proferida em toada de choro e, lamento, muitíssimo em voga, por exemplo, na época de caça aos incêndios - que produziu boa parte do que são hoje as populações que cercam Lisboa e, a bem dizer, de qualquer outra cidade, em Portugal ou no Mundo (Bélgica incluída), assim como o gulag urbanístico que são Cacilhas e Feijó, Bracarena e Massamá, etc e etc. Esta escorrência centrípeta de pessoas em direcção a um ponto mais agradável à vidinha deixou as suas marcas: não se passa fome, vive-se mais tempo, tem-se televisores, frigoríficos, aspiradores, carros, máquinas eléctricas para cortar pão, jornais e revistas a tempo e horas, proximidade geral das coisas, o Estádio de Alvalade ali a meia hora (item em revisão).

Há muitas coisas belas sem senão (Catherine Deneuve, Subaru Impreza, Rooney, o actual Presidente da República o Professor Doutor Aníbal António Cavaco Silva), mas esta não é manifestamente uma delas. Com as hordas chegaram também as poluições: muita poluição visual, odorífica, táctil, gostativa, auditiva e, no meu entender mais grave que todas as precedentes, a poluição psicológica, de onde tenciono destacar a conspurcação do nobre sentimento "saudade" pela reaccionária "nostalgia". Nunca conseguirei ver vantagem nem inteligência na associação da tristeza por já não se fazer pão ou pescar carapau "como antigamente" e o projecto de que o que era bom é que em vez do T2 na Póvoa de Santo Adrião vivêssemos todos numa casinha junto aos silos de Ferreira de Alentejo, ideia admitidamente partilhada pela outra horda, esta lisboeta de gema e muitas vezes às mãos de um todo o todo-o-terreno (mas decerto sem gravata), que a intervalos bem definidos se mostra de nojo pela perda do "interior povoado". Semelhante selecção psicológica retroactiva, peneiramento do bom e do mau consoante os paraisos que cada um constroi para si durante o sono, cheira-me a brincadeira de crianças, o que seria óptimo e pessoalmente indiferente, se as crianças não estivessem a querer continuar a sonhar quando acordadas, pondo e dispondo de adultos de carne e osso.

No caso dos que sempre viveram no conforto, despreocupação e irresponsabilidade da participação cívica da metrópole, como a esquerdalhada queque e a direita à lá "lavrador" do doutor Paulo Portas, têm a minha condescendência e desculpa, eles estão aqui mesmo só para se divertir e andar de um lado para outro à vista do maior número de seres humanos possivel. Agora ouvir isso não só à descendência dos primeiros migrantes (genericamente inimputáveis), como aos próprios ex-habitantes do interior agora "desertificado", isso já me faz querer escrever e mostrar-me ao maior número de seres humanos possivel.

A minha avó curava as gripes do meu pai com colheres de azeite, mas o que ele recorda melhor não são os miúdos que não tiveram a sorte de nascer com a sua resistência natural - e que por isso cederam para sempre aos febrões (testemunho dele próprio) -, mas sim a cor do azeite que se perdeu. Não lhe apetece recordar o facto de ter comido carapaus no máximo duas vezes por semana e de nunca ter colocado o dente num sargo até aos vinte anos, mas todos os dias lamenta a actual escassez de peixe na costa portuguesa (desertificação dos mares), no que é acompanhado no horror e espanto pelo senhor Jerónimo de Sousa, que ainda há pouco tempo ouvi prometer "mais pescas" se as suas políticas fossem seguidas.

Esta meticulosa construção de sustento psicológico para a aridez e o desalmamento da vida citadina contemporânea através da rasura do mal e do empolamento de um bem passado e evidentemente irrecuperável deve ser traço humano, digamos, inrasurável. Tenho alguma dificuldade em lidar com este assunto, até em admiti-lo (facto que só me ficaria bem, dado ser um dos expoentes no pernicioso sentimento). Quer os que sonham com um passado que nunca existiu, quer os que não querem perceber que muitos dos males que hoje os afligem são facturas para bens que agora dão por adquiridos e que de maneira nenhuma estão dispostos a dispensar, padecem do mesmo mal. Uns sonham com Salazar, outros acham que o que têm em mãos lhes poderia (com melhores politicos, claro está) chegar de borla; de forma só superficialemente diferente, ambos poluem esse "riacho de águas límpidas e transparentes de seu nome saudade" (talvez Mendes Bota, provavelmente Manuel Alegre, ou um outro assim desses). ●

FERNANDO GIL: UM CONVITE À LEITURA

Paulo Tunhas

Ler Fernando Gil é a melhor forma de compreender a importância da sua obra. Por isso mesmo, esta é uma viagem inacabada pelos livros e pelo pensamento do Filósofo e do Homem, onde a noção do indivíduo e a importância da crença esteve sempre presente

O último artigo publicado em vida por Fernando Gil, "O hospital e a lei moral" – uma muito caracteristicamente sua reflexão sobre o modo como o hospital público realiza o imperativo categórico kantiano, comovente na exigência de ver claro até ao fim e de pensar para além de si – veio à luz no número 7 desta revista, por convite da anterior directora, Helena Matos. Agradeço ao actual director, Paulo Pinto Mascarenhas, a sugestão para escrever algo como uma apresentação geral da obra de Fernando Gil.

Em 1992, quando estava a escrever o *Tratado da evidência* (1993), Fernando Gil confessou-me que só então se dava plenamente conta do que tinha querido dizer quando, mais de vinte anos antes, falara sobre aquilo que chamava a "pressuposição da referência", em *La logique du nom* (1971). Que eu saiba, ele próprio pouco sublinhou essa continuidade entre as duas obras, e entre *La logique du nom* e *A convicção* (2000). De resto, gostava de dizer que tinha descoberto os seus problemas, como dizia, bastante tarde. Não é rigorosamente verdade. É o que quero aqui sobretudo procurar mostrar, e assim se explica o espaço um pouco desproporcionado que, nestas páginas, darei a *Logique du nom*.

Poderia fazê-lo tomando como ponto de partida a noção de indivíduo, que nunca deixou de o ocupar. A inteligibilidade máxima – está escrito em praticamente todos os seus livros – é a inteligibilidade do singular. É-me possível, para simplificar, conhecer melhor Pedro do que a humanidade. Optarei, no entanto, pela noção de crença. Sem que nisso haja, de resto, contradição com o outro ponto de vista. É que a crença se dirige, antes de tudo o mais, ao singular, e implica o Eu e a subjectividade ("incompressível", como escreveu). A preocupação com esta, e com o singular, encontra-se implícita em tudo o que é dito adiante.

Comecemos, precisamente, por *A convicção*. Nesse livro, Fernando Gil retoma uma das suas questões fundamentais: a do papel do sujeito no conhecimento. Trata-se de encarar a inteligibilidade como o produto de uma actividade do espírito, de analisar simultaneamente a relação do saber com a realidade e a relação do sujeito com o seu saber. Em jargão filosófico: de considerar a relação entre os problemas epistemológicos e os problemas epistémicos. A inteligibilidade é forçosamente linguística ou será que assenta em bases pré-linguísticas? O que significa compreender? Qual o sentido do conhecimento para o sujeito? São alguns dos problemas que o livro aborda. E um dos núcleos da resposta (que aqui me limito a assinalar, sem o procurar desenvolver) encontra-se na tese segundo a qual qualquer boa explicação remete, de uma forma ou de outra, para a intuição. "A explicação deve conduzir à intuição para engendrar a convicção". Dito de outra maneira: a convicção exige algo como um contacto directo com a coisa.

Mas aquilo que mais nos interessa vem a seguir. Trata-se da distinção entre fundamento e fundação e da distinção paralela entre crença e convicção. Dito muito esquematicamente. As crenças baseiam-se na aceitação – alucinada, voltarei a este aspecto – de um fundamento que não se discute. A inteligibilidade que elas permitem é fraca e difusa, embora a crença em si possa ser forte. A convicção, pelo contrário, supõe uma actividade do espírito, uma acção do Eu. O objecto ao qual ela se refere é um objecto construído. E ela oferece-nos algo como uma "certeza da certeza". Na medida em que essa actividade é reproduzível pelos outros, a convicção pode – sem perder a sua relação com a actividade do Eu, que é o que lhe confere inteligibilidade - ser partilhada. A crença também, sem dúvida, mas é uma partilha assente numa ignorância da actividade do espírito. A crença – voltarei também mais adiante a esta questão – é tendencialmente ideológica. A convicção – que se produz, repito, pela acção do espírito – diz, pelo contrário, respeito à verdade. Tal como a ideologia mascara a verdade, o fundamento oculta, recalca, a fundação, oblitera a acção, a construção do espírito, que nos faz crer. Pelo menos parcialmente. Fernando Gil analisa esta relação entre fundamento e fundação, entre crença e convicção, nos domínios da teoria política, da teologia e da teoria do conhecimento. Não há obviamente aqui espaço para detalhes.

O núcleo dos problemas d'*A convicção* encontrava-se já anunciado no *Tratado da evidência*, bem como no volume que directamente o prolonga, *Modos da evidência* (1998). Tratava-se já aí de apurar os estratos mais profundos e arcaicos da crença, através de uma reflexão sobre a evidência. Tal como em *A convicção*, os planos epistemológico e epistémico encontram-se ligados, sem que o primeiro faça esquecer o segundo (poder-se-ia talvez dizer que o recalcamento do epistémico pelo espistemológico é uma figura da obliteração da fundação pelo fundamento). A evidência, ao mesmo tempo que estrutura a nossa relação com a verdade (sendo no entanto neutra por relação a esta), encontra-se no sujeito. E a alucinação (eficaz, como se viu, na crença no fundamento) desempenha também aqui um papel fundamental. Ela é, na terminologia de Fernando Gil, o principal "operador" da evidência. A evidência alucinada permanece o modelo da máxima inteligibilidade, de uma inteligibilidade que não deixa margem para dúvidas e que, sobretudo, nos conduz a uma crença absoluta na existência e à felicidade do

conhecimento, ao preenchimento da expectativa (o par expectativa/preenchimento atravessa toda a obra de Fernando Gil). A crença absoluta na existência é aqui fundamental, bem como a ideia forte da presença do conhecido. De facto, a alucinação – e a evidência construída através das suas operações – não admite a existência de algo como um "não-facto" originário. Existência e verdade vão uma com a outra, e a presença acompanha-as. Acreditar na verdade é acreditar na existência. Na presença da existência.

Continuando com esta marcha-atrás, podemos descobrir sinais percursores de algumas das doutrinas mais fundamentais d'*A convicção* em dois livros que antecedem o *Tratado da evidência: Provas* (1986) e *Mimésis e negação* (1984). Em *Provas*, que trata da figura antitética da da evidência – a prova, precisamente (a evidência define-se imediatamente por ser aquilo que dispensa a prova) -, a questão da relação do sujeito com o seu saber aparece já, de múltiplas maneiras. Depois de expor o modo como a filosofia, a retórica e o direito pensam a prova, Fernando Gil discute as controvérsias que, do neo-positivismo até aos anos oitenta, rodearam o conceito de prova; e, finalmente, a relação entre prova e justificação na física. Mas a epistemologia não faz esquecer a dimensão epistémica. E, por isso, a questão da crença está aí inteiramente presente. Por exemplo: na discussão da relação entre opinião, fé e saber em Kant; na análise do estatuto das "crenças básicas" (na realidade da existência do mundo antes do meu nascimento, por exemplo) em Wittgenstein; na exploração do estatuto singular das crenças científicas, da maneira como as hipóteses engendram a convicção (é uma palavra que aparece já amiúde em *Provas*); na tematização do entrelaçamento da inteligibilidade, da experiência própria, da compreensão, da significação e da satisfação intelectual; etc. É verdade que crença e convicção são discutidas aqui sobretudo por relação às práticas da prova e da controvérsia (outro tema preferido de Fernando Gil). Mas encontram-se, de qualquer maneira, no centro do livro.

Fernando Gil analisa esta relação entre fundamento e fundação, entre crença e convicção, nos domínios da teoria política, da teologia e da teoria do conhecimento

Como se encontram também no coração desse livro maravilhoso que é *Mimésis e negação*. Em primeiro lugar, no modo como é salientada a continuidade entre percepção e representação. Contrariando várias formas de convencionalismo, *Mimésis e negação* afirma que os aspectos arbitrários da representação são secundários, que esta possui uma "legitimidade de princípio" que se enraíza no "nosso dispositivo categorial «natural»". A percepção de semelhanças é "intrinsecamente fiável". A *mimésis*, a representação, funda-se em necessidades adaptativas (o tema reaparecerá em *A convicção* na discussão da "crença animal") e encontra o seu fundamento na percepção. Certamente que a nossa disposição para a percepção de semelhanças, que é o emblema da representação por excelência, e da qual a "entre-expressão monádica" de Leibniz é uma das mais profundas recriações filosóficas, esbarra em contrastes vários, em negações. Tal como a crença científica esbarra na realidade da controvérsia. "O facto da negação – do contraste, da oposição, da controvérsia – é o limite insuperável da *mimésis*." O contraste e a semelhança constituem as duas fundamentais condições lógicas e biológicas do nosso conhecimento. Mas – qualquer que seja a importância da negação; e o capítulo dedicado às oposições é de uma riqueza filosófica impressionante - há, à maneira de Charles Sanders Peirce, uma "articulação originária do pensamento com a verdade", uma tendência natural do pensamento para a verdade. Uma ideia que, no fundo, Fernando Gil nunca abandonou. Vale a pena insistir neste ponto, já que ele ecoa nas obras posteriores. O cognoscente exprime, natural e muito leibnizianamente, o conhecido. Em *Mimésis e negação* esta tese é ainda explorada através de uma notável análise dos conceitos de imaginação e de afinidade em Kant. A imaginação revela a afinidade, conduz-nos à descoberta de semelhanças. Ela prolonga a própria natureza. *Mimésis e negação* fusiona, no fundo, uma teoria da realidade (uma ontologia) e uma teoria do nosso conhecimento da realidade (uma epistemologia). A evidência, a crença e a convicção perfilam-se no horizonte. A afirmação (a *mimésis*, a semelhança) é já primeira por relação à negação (ao contraste, à controvérsia), como o será no *Tratado da evidência* e na *Convicção*, e também, à sua maneira, em *Provas*.

E chegámos deste modo, por assim dizer, ao princípio, quer dizer: a *Logique du nom* (deixarei aqui de lado o primeiro livro de Fernando Gil, *Aproximação antropológica*, datado de 1961). Em que é que *La logique du nom* antecipa as obras posteriores? No seu problema fundamental: a "pressuposição da referência". O que é que isto quer dizer? Para o vermos, convém dar uma ideia geral do livro. Trata-se de um estudo assaz técnico onde, a partir de Frege, Russell e Wittgenstein – os fundadores da chamada "filosofia analítica" -, se procura apurar como designa a linguagem os indivíduos (e a questão do indivíduo, do singular, é, como apontei no início, a par do tema da crença, o tema fundamental de Fernando Gil – a ponto de, como também o disse, os dois quase se indistinguirem).

Limitemo-nos à discussão de Frege (demonstração semelhante poderia ser feita no que diz respeito aos outros autores, e o Wittgenstein do *Tractatus* conviria talvez até melhor). A linguagem, através do nome próprio, refere indivíduos (Pedro, Paulo, etc.) e, o que não é a mesma coisa, supõe a existência (a presença) desses mesmos indivíduos. A natureza desta presença é fundamental, e é ela que convém interrogar. Existe uma "metafísica da presença do referente do nome próprio". Porquê? Notemos, para começar, que a noção de "presença", fundamental no *Tratado da evidência*, se encontra já aqui.

Ora bem, colocar esta questão, e tentar resolvê-la, como o fez Frege, são empreendimentos que relevam de uma "necessidade de *certeza*", da "exigência de um ser verdadeiro na certeza da sua presença". A coincidência entre objecto e referência é, para Frege, "a condição absoluta da certeza do discurso científico". Segunda nota: encontramos já aqui um tema que será central em *A convicção*, o tema da certeza.

O que interessa interrogar, como referi antes, é o modo de dizer o indivíduo: aquilo que, na linguagem de Frege, é em si mesmo saturado e compacto, as entidades individuais e independentes, as únicas entidades verdadeiramente dotadas de ser – por oposição aos conceitos, que são "quase-entidades". No plano linguístico, tais entidades são representadas pelo sujeito da proposição, e, no plano ontológico, são realidades determinadas, concebidas à imagem das "coisas": "entidades individuais autónomas e reconhecíveis, determinadas, dizendo-se no singular". Lembro de novo a importância do singular na obra futura.

Para além de *Provas*, e, num certo sentido, de *Mimésis e negação*, muitos dos textos de Fernando Gil ocupam-se de uma reflexão sobre a natureza do conhecimento científico

A "pressuposição da referência" é, em Frege e nos outros autores estudados, fundamental. Pressupomos sempre uma referência para os nomes que designam indivíduos. Dito de outra maneira, o nosso discurso não é um discurso sobre representações: é sobre entidades às quais as representações se referem. Certamente que nos podemos enganar: pode não haver referência efectiva do nosso discurso, e a ficção – "Profundamente adormecido, Ulisses desembarcou em Ítaca" – dispensa a referência, o prazer estético conhece-se com a simples representação. É a investigação científica que nos empurra sobretudo do sentido para a referência. Mas mesmo "Ulisses" pressupõe, por uma espécie de necessidade interna, uma referência. A "lógica da linguagem" pressupõe referências, a linguagem possui uma "vocação denotativa", uma "aptidão fundamental" para denotar. O nome "pressupõe, sem uma posição correlativa de existência". A pressuposição da referência é fatal, tanto no discurso "sério" como no "ficcional", mesmo que ela não implique uma posição de existência.

E chegamos aqui a algo que nos vai levar directamente para o coração de *A convicção*. A referência não se funda na ontologia. Pretender que uma posição de existência se encontra implicada na pressuposição de referência – isto é, conceder à linguagem uma "função ontológica" – releva daquilo que Fernando Gil designa por "ideologia". Em si, a "pressuposição da referência não implica uma pressuposição existencial", não acarreta "implicações ontológicas", não "possui ser": "Ela é a entidade cuja admissão a título de *possibilidade* é a condição *necessária* para que a linguagem seja linguagem e eventualmente para toda a busca da verdade". O erro – o erro que Fernando Gil atribui ao logicismo - surge quando o "indivíduo" é transformado, reificado, em "objecto": tal é o movimento da ideologia. É este, repito, o ponto em que *Logique du nom* (mas encontramos já num texto de 1963, "Facto, significação, razão", originalmente publicado em *O Tempo e o Modo*, e republicado em *Mediações* (2001), a mesma crítica, tendo por alvo a redução wittgensteiniana dos "estados de coisas" a "objectos") aponta decisivamente para as investigações posteriores de Fernando Gil, nomeadamente para o *Tratado da evidência* e para *A convicção*. A ideologia – a palavra reaparece justamente em A convicção – caracteriza-se, na *Logique du nom*, por um ilegítimo mas quase compulsivo desdobrar da referência na existência, uma transformação do indivíduo em objecto; n' *A convicção*, por uma ocultação da actividade da fundação por um fundamento petrificado e inamovível; e, no *Tratado* – onde a palavra não é utilizada, mas se encontra subentendida -, por uma "má evidência".

Convém acrescentar – e isso é algo sobre o qual o *Tratado* e *A convicção* pensam o que a *Logique du nom* não sabia ainda pensar – que não se trata, nesta "ideologia", de um banal erro, mas da manifestação de uma compulsão a acreditar que é própria ao ser humano. Passar da "pressuposição da referência" para a "pressuposição da existência", ou da actividade da fundação para a crença na fixidez do fundamento são gestos que a vida quotidiana não só tolera como também incentiva, e que até a vida científica tende a aceitar. São, no fundo, e mais radicalmente, manifestações da crença arcaica na existência e também, como no verso de Éluard que Fernando Gil gostava de citar, do "duro desejo de durar". O que em *La logique du nom* aparecia como negativo surge posteriormente como o facto filosófico fundamental sobre o qual é necessário pensar.

Creio que era sobretudo a isto – bem como aos temas da presença, da certeza e do singular – que Fernando Gil se referia quando me falou de como só com o *Tratado da evidência* tinha bem percebido o que quisera dizer na *Logique du nom*. Neste livro encontra-se de facto *in nuce* o essencial da problemática que ele iria depois desenvolver.

Ligados com estes temas, outros se apresentarão recorrentes na sua obra. Eis alguns, telegraficamente, a título de inventário. A problemática da descrição. Ou a da inteligibilidade e da compreensão. O inquérito, sobretudo a partir de Vieira, sobre a profecia. A questão – cada vez mais presente no seu pensamento - da expressão (o livro que a morte o impediu de concluir chamar-se-ia, pelo menos a certa altura, "Expressão e objecto"). O tema perene da intuição (daí o seu trabalho permanente sobre o intuicionismo matemático, e a importância que para ele tinha um autor como Hermann Weyl). As questões da identidade, ou do pensamento categorial, às quais sempre voltava. O significado das hipóteses e das conjecturas. O pensamento morfológico de Goethe, e, sobretudo, de Étienne Geoffroy Saint-Hilaire, de quem era sem dúvida, o maior conhecedor. E, nada paradoxalmente, a defesa do senso-comum.

Essa problemática certamente que se diversificou. Quase a acabar, deixo – telegraficamente, mais uma vez - algumas notas sobre certos percursos que essa diversificação tomou. Concentrar-me-ei em três: questões epistemológicas, questões estéticas e questões morais e políticas. São outras tantas maneiras de declinar as suas questões fundamentais, modulando-as diferentemente. Os três volumes de ensaios coligidos que nos últimos anos publicou – *Modos da evidência*, *Mediações* e *Acentos* (2005) - são um bom guia para a observação desses trajectos.

Em primeiro lugar, a epistemologia e a história das ciências. Para além de *Provas*, e, num certo sentido, de *Mimésis e negação*, muitos dos textos de Fernando Gil ocupam-se de uma reflexão sobre a natureza do conhecimento científico. É, de resto, o aspecto mais conhecido da sua obra. Cito alguns dos seus objectos preferidos. A posição do sujeito na construção da actividade científica. A questão da prova (inclusive da prova em psicanálise) e a sua articulação com os conceitos de demonstração, exemplo e pedra-de-toque. O valor da cultura científica e as condições do acesso do cidadão a esta. O significado do projecto enciclopédico (sobre esta questão, cfr. também *Cruzamentos da enciclopédia* (1986)). As análises de grandes controvérsias científicas (como por exemplo, a que opôs Cuvier a Étienne Geoffroy Saint-Hilaire, ou Leibniz a Newton, por intermédio de Clarke), e reflexões sobre o próprio estatuto das controvérsias. A "fixação do facto" científico. A avaliação do significado dos chamados *science studies*. A recepção da revolução copernicana, e, sobretudo, a importância de Kepler, "uma das mais desconcertantes e extraordinárias figuras (em todos os sentidos destes adjectivos) do pensamento ocidental". A criação da *Royal Society*, atra-

vés de uma análise do texto fundador de Thomas Sprat. A natureza dos princípios do conhecimento, da harmonia e dos "conceitos intermédios" em Leibniz.

Em segundo lugar, a estética. A estética encontra-se, em Fernando Gil, a maior parte das vezes, ligada ao pensamento da evidência. Um texto como "O amor da evidência", embora não seja explicitamente um texto sobre estética, liga-se a esta. O mesmo se poderá dizer de dois artigos sobre Leibniz, "O vago e o determinado" e "O belo como excesso do existir". Ou as reflexões sobre a estética wittgensteiniana – "Entre o aspecto e o eterno, a arte" -, ou sobre "A poesia de existir". E, obviamente, o que escreveu sobre pintura e fotografia: Menez, Jorge Martins, Eduardo Luiz, Júlio Pomar, Gérard Castello Lopes. O belo texto sobre as "Imagens da cidade" inscreve-se directamente nesta linha. E dois livros escritos de parceria – um com Hélder Macedo (*Viagens do Olhar. Retrospecção, Visão e Profecia no Renascimento Português*, 1998), outro com Mário Vieira de Carvalho (*A quatro mãos. Schumann, Eichendorff e outras notas*, 2005) – ilustram maravilhosamente um pouco do que Fernando Gil tinha a dizer sobre literatura e música.

Por fim, a reflexão moral e política. A ética kantiana e o conceito de comunidade. O papel da racionalidade em política. A reflexão sobre Leibniz a propósito do "lugar do outro". Os estudos sobre "a escola e a sociedade civil" e sobre "a universidade e o conhecimento". A análise do "pensamento soberano", em *A convicção* e em textos posteriores (como, por exemplo, "A soberania como alucinação do fundamento"). E ainda tudo aquilo que escreveu, nos últimos anos, sobre a incerteza e a contingência: a propósito de Camões, de Aristóteles, de Verdi, da morte e do mal e da invenção do futuro. "Estas coisas de que os homens falam" resume perfeitamente a tonalidade final do seu pensamento no capítulo – e antecipa, como ele não poderia imaginar, "O hospital e a lei moral". Acrescento ainda o livro que comigo ele escreveu sobre o pós-11 de Setembro (*Impasses*, seguido de *Coisas vistas, coisas ouvidas*, por Danièle Cohn, 2003), bem como os textos que se lhe seguiram, na última secção ("Medos") de *Acentos*.

A acabar mesmo, permito-me notar que todos estes temas (epistemológicos, estéticos, morais e políticos) se encontram ligados entre si. À imagem dos seus escritos sobre Leibniz, que poderiam encontrar-se distribuídos por todos os três grupos nos quais dividi os prolongamentos do núcleo central das preocupações de Fernando Gil mas que convergem fortemente para o grupo central – o da estética -, Fernando Gil, mesmo quando acentua os procedimentos de determinação das ciências da natureza (primeiro grupo) ou a dimensão do acaso, do aleatório e da contingência nas coisas mais humanas (terceiro grupo), tem, a seu modo, os olhos postos no brilho intrínseco da evidência que o segundo grupo, melhor do que nenhum outro, ilustra: a evidência do singular, na sua presença efectiva, objecto de uma crença sem resto e portador de uma inteligibilidade máxima que a sua filosofia procurou sobretudo compreender e dar a ver, descrever.

Relendo o que atrás escrevi – e não me refiro apenas aos últimos parágrafos mais telegráficos –, receio não ter sabido dar convenientemente a imagem de um pensamento no qual, para falar como Leibniz, "tudo conspira entre si". Felizmente há uma boa solução: é lê-lo. ●

Descubra a Europa

europa lisboa 90.4fm

Confissões

Maria Filomena Mónica

FAMÍLIA

Depois desta viagem pelos valores da velha direita – Deus, Pátria, Família – os leitores poderão interrogar-se sobre se não albergo valores. Fiquem descansados: não sou tão imoral quanto julgam. Simplesmente, os meus princípios - a liberdade, o individualismo e a justiça – são outros. Será deles que, em seguida, falarei

É melhor viver no seio de uma família harmoniosa e culta do que entre grunhos despenteados e sujos, disputando, entre si, o afecto, o status e o dinheiro. A necessidade de afirmar tal evidência deriva de o tema deste artigo – a família – ser atreito a generalizações. É por isso que começo pelo princípio, ou seja, pela pergunta: serão as famílias idênticas ou variarão no tempo e no espaço? Se estudarmos a História e a Geografia, depressa constataremos que um lar ateniense, do século V A.C., composto por um pai omnipotente, uma esposa dócil, alguns filhos e um amante (na forma de um rapazinho púbere) é tão diferente das famílias dos índios Nayar, na qual os homens não têm qualquer papel a desempenhar, quanto das modernas famílias reduzidas a um pai, uma mãe e um filho.

Tão forte é, contudo, a ideologia que rodeia a instituição que a tendemos sempre a ver como uma entidade universal. Muita gente postula, à partida, um modelo, a partir do qual julga as famílias que contacta, de onde resulta serem consideradas «disfuncionais» (para usar o termo inventado pelos sociólogos) as unidades, e são a maioria, onde detectam traços que divergem do tipo ideal. Num momento em que os políticos - de esquerda e de direita – gostam de apregoar os «valores» ligados ao conceito, vale a pena espreitar para dentro da redoma.

Por serem as mais frequentemente comentadas, deixo de lado as relações verticais, entre pais e filhos, para dar atenção às horizontais, as que ocorrem entre irmãos. Estou farta de ouvir citar o poema de Larkins que começa com as linhas «They fuck you up, your mum and dad...» e de assistir a elucubrações sobre o «complexo de Édipo» de Freud. Prefiro lembrar o azedume fraternal, um sentimento mais frequente do que se julga, como, desde logo, o demonstra a história das relações no seio da Família Original, em que um dos filhos, Caim, mata o outro, Abel. Mas não é só no Antigo Testamento que tal acontece. A História está cheia de exemplos de relações deploráveis entre irmãos: basta lembrar os Bórgias, os Kennedys ou, mais perto de nós, D. Pedro e D. Miguel de Bragança. E nem é preciso ir tão alto: olhe-se, como lembrava o cínico Salazar, a forma como decorrem as partilhas, quando os pais morrem. É «disfuncionalmente» que as famílias se comportam, um facto menos patente entre os ricos por estes possuírem meios para elevarem, à sua volta, uma fachada. Os sentimentos entre os membros de uma família tendem a ser simultaneamente ternos e assassinos. A força da instituição reside, aliás, na complexidade das atitudes que suscita. Apesar da relutância em aceitar as teorias da Psicanálise, tenho de admitir que muitas das emoções que albergamos ao longo da vida, provêem da forma como decorreu a infância. Não que tenhamos de ficar determinados até à Eternidade pelo casulo familiar, mas, até certo ponto, é ele que nos forma.

Há dias, queixando-me de um caso recente a um amigo estrangeiro, este interrogou-me se já me esquecera das conversas com ele mantidas há mais de trinta anos, quando, ambos estudantes, tínhamos concordado no efeito negativo que a instituição assumira no nosso desenvolvimento. Para podermos ser livres, decidíramos, tínhamos de cortar os laços que nos uniam à família, como, aliás, o fizera Jesus Cristo, o fundador da religião em que eu fora educada (sendo judeu, ele tinha outras referências).

Ao longo dos séculos, fizeram-se muitas experiências no sentido da substituição da unidade familiar, mas todas elas falharam, incluindo as comunidades hippies que sempre me pareceram detestáveis. Deve ter sido então que percebi quão resistente era a família. A este propósito, vale a pena recordar as primeiras linhas de «Anna Karenina», onde Tolstoi declara que, das famílias felizes, não reza a história. Apenas as infelizes, que o eram cada uma à sua maneira, mereceriam atenção.

Depois desta viagem pelos valores da velha direita – Deus, Pátria, Família – os leitores poderão interrogar-se sobre se não albergo valores. Fiquem descansados: não sou tão imoral quanto julgam. Simplesmente, os meus princípios - a liberdade, o individualismo e a justiça – são outros. Será deles que, em seguida, falarei. ●

Agora, os bons momentos não têm limites.

Junte os Aditivos Vodafone ao seu tarifário e comunique mais.

Aditivo Fim-de-Semana:

fale a **0 cênt.** para a Vodafone aos sábados, domingos e feriados nacionais.

(Adesão: €10/mês)

Aditivo SMS:

envie mensagens para todas as redes a preços reduzidos.

Aditivo Internacional:

fale a 29 cênt. por minuto para mais de 60 países.

Ligue 1277 (gratuito) e escolha os seus.

Viva o momento.
now

vodafone

GRUPO BPN

PREÇO MÍNIMO GARANTIDO

Agora, há um terminal
que lhe cobra
menos pelas suas vendas.

Ao aderir ao sistema de pagamento automático Netpay, está a escolher a solução mais competitiva e com mais vantagens para o seu negócio. As vantagens começam logo com o preço de instalação e com as taxas de comissão por transacção, que são as mais baixas do mercado. Estes já são dois bons motivos para disponibilizar este Serviço aos seus Clientes. Além disso, ao optar pelo Netpay, tem a garantia de instalação do Serviço, dispõe de uma tecnologia avançada e adequada às suas necessidades e também de uma assistência personalizada e permanente. Como vê, há vários motivos para que o Netpay seja o terminal feliz.

Fale connosco hoje mesmo · 707 782 211 · www.netpay.pt

rede net pay

o terminal feliz